



Banco Votorantim S.A.

**Demonstrações financeiras em IFRS
31 de dezembro de 2012**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais consolidados	5
Demonstrações de resultados consolidados	6
Demonstrações de resultados abrangentes consolidados	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido consolidadas	8
Demonstrações dos fluxos de caixa consolidadas	9
Demonstrações dos valores adicionados consolidadas	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas	11



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco Votorantim S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Votorantim S.A. (“Banco”) e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras consolidadas

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Votorantim S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB).

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração consolidada do valor adicionado, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação está sendo efetuada de forma espontânea pelo Banco, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da demonstração do valor adicionado. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0

Banco Votorantim S.A.

Balancos patrimoniais consolidados em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	Nota	2012	2011		Nota	2012	2011
Ativo		<u>133.142.379</u>	<u>134.145.459</u>	Passivo		<u>125.506.356</u>	<u>127.132.047</u>
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.178.101	5.594.904	Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	15	607.437	123.706
Ativos financeiros com acordo de revenda	5	13.914.873	9.618.225	Passivos financeiros ao custo amortizado	16	42.812.526	35.366.768
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	6a	12.460.855	10.011.804	Passivos financeiros associados a ativos transferidos	17	16.170.585	23.484.973
Ativos financeiros disponíveis para venda	6b	22.928.411	16.045.469	Depósitos de instituições financeiras	18	2.356.810	2.856.203
Instrumentos financeiros derivativos	7	1.979.551	1.676.944	Depósitos de clientes	19	12.907.634	22.768.436
Empréstimos e recebíveis	8	70.242.288	85.773.460	Empréstimos e repasses	20	10.235.926	11.478.362
Dividendos a receber		34.705	26.148	Títulos emitidos	21	22.706.385	17.739.264
Ativos tributários correntes	9	666.641	1.122.984	Instrumentos financeiros derivativos	7	1.735.250	1.482.004
Ativos tributários diferidos	10	4.929.358	2.523.364	Passivos subordinados	22	6.991.211	7.397.310
Ativos não-correntes mantidos para venda	11	152.556	101.826	Provisões	23	1.275.295	337.157
Outros ativos	12	4.486.252	1.469.075	Passivos tributários correntes	24	299.761	98.576
Ativos tangíveis	13	116.387	138.928	Passivos tributários diferidos	25	543.701	660.049
Ativos intangíveis	14	<u>52.401</u>	<u>42.328</u>	Obrigações legais	26	1.617.768	1.524.350
				Outros passivos	27	5.246.067	1.814.889
				Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		<u>7.636.022</u>	<u>7.013.403</u>
				Capital social		7.026.841	5.026.841
				Reservas	28b	302.046	1.968.167
				Ajustes de avaliação patrimonial	28d	307.135	18.395
				Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas não controladores		<u>1</u>	<u>9</u>
Total do ativo		<u>133.142.379</u>	<u>134.145.459</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>133.142.379</u>	<u>134.145.459</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Banco Votorantim S.A.

Demonstrações de resultados consolidados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	Nota	2012	2011
Receitas de juros	29	14.467.119	16.568.001
Despesas de juros	30	(9.918.548)	(12.649.084)
Margem financeira		<u>4.548.571</u>	<u>3.918.917</u>
Resultado líquido de serviços e comissões	31	<u>(928.352)</u>	<u>(801.893)</u>
Resultado de ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	32	3.988.188	3.446.854
Resultado de ativos financeiros disponíveis para venda		(6.562)	132.644
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	33	(1.743.549)	(1.328.467)
Outros resultados operacionais	34	(735.089)	(450.781)
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>5.123.207</u>	<u>4.917.274</u>
Resultado de perdas por redução ao valor recuperável	35	(5.679.489)	(4.023.487)
Despesas de pessoal	36	(978.774)	(858.650)
Outras despesas administrativas	37	(505.087)	(557.548)
Depreciação e amortização	38	(29.443)	(37.202)
Despesas tributárias	39	(513.361)	(580.268)
Resultado na alienação de ativos não correntes para a venda	40	(145.255)	(105.198)
Resultado antes de impostos e contribuições e participação nos lucros		<u>(2.728.202)</u>	<u>(1.245.079)</u>
Impostos e contribuições sobre a renda correntes	41a	(1.289.234)	(112.653)
Impostos e contribuições sobre a renda diferidos	41b	2.646.783	1.039.827
Participação nos lucros		<u>(295.468)</u>	<u>(186.916)</u>
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores		<u>(1.666.121)</u>	<u>(504.821)</u>
Participações de não controladores		<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado líquido do exercício		<u>(1.666.121)</u>	<u>(504.821)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Votorantim S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes consolidados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	2012	2011
Resultado líquido do exercício	<u>(1.666.121)</u>	<u>(504.821)</u>
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	<u>400.683</u>	<u>129.270</u>
Ajuste ao valor justo contra o patrimônio líquido	394.121	261.914
Reclassificação do resultado realizado para o resultado	6.562	(132.644)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Hedge)	5.005	(5.005)
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	<u>(116.948)</u>	<u>(52.486)</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(1.377.381)</u></u>	<u><u>(433.042)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Votorantim S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores								
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucro	Outros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucro/ (prejuízo) acumulado	Total	Participações não controladores	Total patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2011	4.026.841	585.104	3.109.921	(93.647)	(53.384)	-	7.574.835	60	7.574.895
Aumento / (redução) de Capital social	1.000.000	-	(1.000.000)	-	-	-	-	-	-
Constituição / (reversão) de reservas	-	-	(726.858)	-	-	726.857	(1)	(51)	(52)
Receitas associadas a captação	-	-	-	93.647	-	(93.647)	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	71.779	-	71.779	-	71.779
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	(504.821)	(504.821)	-	(504.821)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(128.389)	(128.389)	-	(128.389)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>5.026.841</u>	<u>585.104</u>	<u>1.383.063</u>	<u>-</u>	<u>18.395</u>	<u>-</u>	<u>7.013.403</u>	<u>9</u>	<u>7.013.412</u>
Aumento / (redução) de Capital social	2.000.000	-	-	-	-	-	2.000.000	(6)	1.999.994
Constituição / (reversão) de reservas	-	(283.058)	(1.383.063)	-	-	1.666.121	-	(2)	(2)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	288.740	-	288.740	-	288.740
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	(1.666.121)	(1.666.121)	-	(1.666.121)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>7.026.841</u>	<u>302.046</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>307.135</u>	<u>-</u>	<u>7.636.022</u>	<u>1</u>	<u>7.636.023</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Votorantim S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	2012	2011
Fluxos de caixa proveniente das operações		
Resultado líquido do exercício	<u>(1.666.121)</u>	<u>(504.821)</u>
Ajustes ao resultado líquido:	<u>6.998.928</u>	<u>4.690.036</u>
Depreciação/amortização	29.443	37.202
Provisão para perdas por redução no valor recuperável	5.932.196	4.211.719
Provisões e obrigações legais	1.037.289	347.468
Receitas associadas à captação	-	93.647
(Aumento) decréscimo líquido nos ativos operacionais	<u>(9.069.645)</u>	<u>(13.617.444)</u>
Ativos financeiros com acordo de revenda	(4.296.648)	2.638.148
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(2.449.051)	3.099.556
Ativos financeiros disponíveis para venda	(6.594.201)	(7.249.211)
Instrumentos financeiros derivativos	(302.606)	112.481
Empréstimos e recebíveis	9.756.760	(11.570.871)
Dividendos a receber	(8.557)	(26.148)
Ativos tributários correntes	298.560	(337.374)
Ativos tributários diferidos	(2.405.994)	(482.683)
Ativos não-correntes mantidos para venda	(50.730)	(14.496)
Outros ativos	(3.017.178)	141.375
Ajustes de avaliação patrimonial	-	71.779
Aumento (decrécimo) líquido nos passivos operacionais	<u>(7.224.003)</u>	<u>6.978.137</u>
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	483.731	(2.500.271)
Passivos financeiros ao custo amortizado	7.445.758	1.368.327
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	(7.314.388)	8.148.229
Depósitos de instituições financeiras	(499.393)	2.129.937
Depósitos de clientes	(9.860.801)	(103.254)
Empréstimos e repasses	(1.242.436)	223.882
Instrumentos financeiros derivativos	253.246	(412.617)
Passivos tributários correntes	201.185	(47.183)
Passivos tributários diferidos	(116.348)	(504.657)
Provisões e obrigações legais	(5.733)	-
Outros passivos	3.431.176	(1.324.256)
Caixa gerado/(utilizado) pelas operações	<u>(10.960.841)</u>	<u>(2.454.092)</u>
Fluxos de caixa proveniente das atividades de financiamento		
Aumento de capital	2.000.000	-
Dividendos pagos	-	(270.629)
Aumento ou decréscimo de participações de não controladores	(8)	(51)
Títulos emitidos	4.967.121	6.392.735
Passivos subordinados	(406.100)	493.048
Caixa gerado/(utilizado) pelas atividades de financiamento	<u>6.561.013</u>	<u>6.615.103</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento		
Ativos tangíveis	(1.902)	(41.758)
Ativos intangíveis	(15.073)	(24.330)
Caixa gerado/(utilizado) pelas atividades de investimentos	<u>(16.975)</u>	<u>(66.088)</u>
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>(4.416.803)</u>	<u>4.094.923</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.594.904	1.499.981
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>1.178.101</u>	<u>5.594.904</u>
Aumento/(redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>(4.416.803)</u>	<u>4.094.923</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Votorantim S.A.

Demonstrações dos valores adicionados consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	2012	2011
Receitas	<u>(701.537)</u>	<u>788.589</u>
Receitas de juros	14.467.119	16.568.001
Despesas de juros	(9.918.548)	(12.649.084)
Resultado de serviços e comissões	(928.352)	(801.893)
Resultado de perdas por redução ao valor recuperável	(5.679.489)	(4.023.487)
Outras receitas/(despesas) operacionais	1.357.733	1.695.052
Itens adquiridos de terceiros	<u>(369.525)</u>	<u>(423.944)</u>
Materiais, energia e outros	(7.528)	(9.836)
Serviços de terceiros	(13.385)	(17.274)
Outras	<u>(348.612)</u>	<u>(396.834)</u>
Comunicações	(80.454)	(101.454)
Manutenção e conservação de bens	(14.201)	(17.183)
Processamento de dados	(169.204)	(152.250)
Promoções e relações públicas	(5.711)	(16.222)
Publicações	(1.220)	(1.000)
Propaganda e publicidade	(3.350)	(10.211)
Serviços do sistema financeiro	(2.227)	(692)
Serviços técnicos especializados	(563)	(27)
Transportes	(15.975)	(24.151)
Outras	(55.707)	(73.644)
Valor adicionado bruto	<u>(1.071.062)</u>	<u>364.645</u>
Despesas de amortização/depreciação	(29.443)	(37.202)
Valor adicionado líquido produzido pela Entidade	<u>(1.100.505)</u>	<u>327.443</u>
Valor adicionado a distribuir	<u>(1.100.505)</u>	<u>327.443</u>
Valor adicionado distribuído	<u>(1.100.505)</u>	<u>327.443</u>
Pessoal	<u>1.144.084</u>	<u>911.308</u>
Salários e honorários	640.862	529.854
Participação no lucro	295.468	186.916
Benefícios e treinamentos	152.212	144.375
FGTS	55.542	50.163
Impostos, taxas e contribuições	<u>(714.029)</u>	<u>(212.648)</u>
No País	(714.029)	(212.648)
INSS sobre salários	130.158	134.258
Despesas tributárias (exceto IR e CS)	513.361	580.268
Imposto de renda / contribuição Social	(1.357.548)	(927.174)
Remuneração de capitais de terceiros	<u>135.561</u>	<u>133.604</u>
Aluguéis	135.561	133.604
Remuneração de capitais próprios	<u>(1.666.121)</u>	<u>(504.821)</u>
Dividendos / juros sobre capital próprio	-	128.389
(Prejuízo) / Lucro retido	(1.666.121)	(633.210)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Banco Votorantim é uma Companhia de capital fechado que, operando na forma de banco múltiplo, desenvolve atividades bancárias em modalidades autorizadas, por meio de suas carteiras comercial, de investimento, de financiamento e de operações de câmbio. Domiciliado no Brasil, o Banco Votorantim está localizado na Avenida das Nações Unidas, 14171 - São Paulo - SP.

O Banco Votorantim e suas controladas BV Financeira S.A.- Crédito, Financiamento e Investimento, Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. (Conglomerado) também atuam em diversas outras modalidades, com destaque para as atividades de crédito ao consumidor, de arrendamento mercantil e administração de recursos de terceiros.

As operações são conduzidas integradamente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, sendo que certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2 Base de preparação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pela International Accounting Standards Board (IASB).

b. Base de reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos, são reconhecidos na data de negociação - data na qual o Conglomerado se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os instrumentos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham expirados ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Conglomerado tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade do instrumento financeiro. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado

em resultado de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado no exercício em que ocorrem.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda por redução no seu valor recuperável, os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado como resultado de ativos financeiros disponíveis para venda.

Os valores justos dos ativos financeiros com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra e venda. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não registrados em Bolsa) não estiver ativo, o Conglomerado estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração.

O Conglomerado avalia, regularmente, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um Grupo de ativos financeiros indique perda por redução ao seu valor recuperável. No caso de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada do valor justo do título para abaixo de seu valor de custo é considerado um indicador de que os títulos estão com imparidade. Se houver alguma dessas evidências para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, é retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

d. Estimativas contábeis e julgamento

A elaboração de demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação de ativos e passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo, análise de risco de crédito para determinação da provisão para perdas por redução no valor recuperável, assim como da análise sobre os passivos contingentes. A Administração revisa as estimativas e premissas regularmente.

Os principais valores reconhecidos nas demonstrações financeiras por meio das estimativas estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

- nº 6 - Ativos financeiros
- nº 7 - Instrumentos financeiros derivativos
- nº 8 - Empréstimos e recebíveis

- nº 15 - Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado
- nº 23 - Provisões

e. Base de consolidação

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a Companhia exerce controle, representado pelo poder de gerir as suas políticas financeiras e operacionais para obter benefícios das suas atividades. As subsidiárias são consolidadas pelo método integral desde o momento em que a Companhia assume o controle sobre as suas atividades até o momento em que esse controle cessa.

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as transações do Banco Votorantim (controladora) e das seguintes empresas:

	Percentual	
	2012	2011
Controladas no País (participação direta)		
Votorantim CTVM Ltda.	99,99	99,98
Votorantim Asset Management DTVM Ltda.	99,99	99,99
BV Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	100,00	100,00
BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A.	99,99	99,99
BVIP - BV Investimentos e Participações S.A.	100,00	100,00
BVIA - BV Inv. Alternativos e Gestão de Recursos S.A.	100,00	100,00
Votorantim Corretora de Seguros S.A. (a)	100,00	-
Controladas no exterior (participação direta)		
Votorantim Bank Limited	100,00	100,00
Banco Votorantim Securities Inc.	100,00	100,00
Votorantim Securities (UK) Limited	100,00	100,00

As demonstrações financeiras consolidadas também compreendem os fundos de investimento nos quais o Banco Votorantim e suas controladas detêm a maioria dos riscos e benefícios das atividades desses fundos, a seguir relacionados:

	Percentual de participação sobre o total de quotas	
	2012	2011
Fundo Invest. Nióbio I Renda fixa – (b)	100,00	100,00
BV Financeira FIDC V – Não padronizado	52,09	29,29
Votorantim G&K FIP	-	100,00
BVIA Fundo Invest. Participações	90,03	100,00
Fundo de Invest. Sedna Ref. DI	-	100,00

- (a) Em 31 de janeiro de 2012, o Banco Votorantim adquiriu da BV Participações S.A. a totalidade de 200.000 ações ordinárias da Votorantim Corretora de Seguros S.A. pelo valor de R\$109.604.
- (b) O Banco Votorantim e a sua controlada BV Financeira detêm indiretamente, através do Fundo Invest. Nióbio I Renda fixa que a partir de 25 de julho de 2011 incorporou, 100%

das cotas subordinadas dos Fundos de Investimento em Direitos Créditorios descritos no quadro abaixo:

	Percentual de participação indireta sobre o total de quotas	
	2012	2011
BV Financeira FIDC I	48,65	59,22
BV Financeira FIDC II	14,63	24,51
BV Financeira FIDC III	100,00	24,31
BV Financeira FIDC IV	100,00	22,48
BV Financeira FIDC VI	29,93	25,80

f. Investimentos em coligadas

Uma coligada é uma entidade sobre a qual o Banco possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum (joint venture). Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem controlar de forma individual ou em conjunto dessas políticas. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o Conglomerado não possui investimentos em coligadas.

g. Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas, registrados por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Conglomerado na Companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Os valores patrimoniais das Companhias Investidas, apresentados nos quadros abaixo (h, i e j) estão consubstanciados nas normas emanadas pelo Banco Central do Brasil (COSIF). Os ajustes referentes às diferenças de prática contábeis entre COSIF e IFRS são contabilizados nos saldos após a consolidação e estão apresentados ao longo desta demonstração financeira.

h. Posição patrimonial das controladas no País

Em 31 de dezembro de 2012

	Votorantim CTVM	Votorantim DTVM	BV Financeira	BV Leasing	BVIP	BVIA	Votorantim Corretora de Seguros
Ativo circulante	370.637	67.763	18.141.480	8.581.885	36	112	106.378
Ativo não circulante	22.977	77.189	34.410.564	21.450.621	-	-	109.934
Total do ativo	<u>393.614</u>	<u>144.952</u>	<u>52.552.044</u>	<u>30.032.506</u>	<u>36</u>	<u>112</u>	<u>216.312</u>
Passivo circulante	111.978	51.587	47.007.787	1.991.537	-	-	52.941
Passivo não circulante	24.674	327	2.417.569	26.719.228	-	-	-
Patrimônio líquido	<u>256.962</u>	<u>93.038</u>	<u>3.126.688</u>	<u>1.321.741</u>	<u>36</u>	<u>112</u>	<u>163.371</u>

	393.614	144.952	52.552.044	30.032.506	36	112	216.312
--	---------	---------	------------	------------	----	-----	---------

Em 31 de dezembro de 2011

	Votorantim CTVM	Votorantim DTVMM	BV Financeira	BV Leasing	BVIP	BVIA
Ativo circulante	348.898	26.078	17.405.110	18.407.460	109	172
Ativo não circulante	18.607	91.211	26.102.932	10.518.298	-	-
Total do ativo	367.505	117.289	43.508.042	28.925.758	109	172
Passivo circulante	81.601	39.693	24.924.916	3.252.967	-	-
Passivo não circulante	30.597	-	17.882.296	24.376.936	-	-
Patrimônio líquido	255.307	77.596	700.830	1.295.855	109	172
Total do passivo	367.505	117.289	43.508.042	28.925.758	109	172

i. Posição patrimonial das controladas no Exterior

	2012			2011		
	VBL	BV Securities	BV Securities UK	VBL	BV Securities	BV Securities UK
Ativo circulante	46.005	16.098	12.819	113.516	11.107	11.667
Ativo não circulante	1.550	426	-	1.845	442	-
Total do ativo	47.555	16.524	12.819	115.361	11.549	11.667
Passivo circulante	7.191	535	-	78.771	530	-
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	40.364	15.989	12.819	36.590	11.019	11.667
Total do passivo	47.555	16.524	12.819	115.361	11.549	11.667

j. Posição patrimonial dos fundos de investimento

Em 31 de dezembro de 2012

	FI Nióbio I Renda fixa – (a)	BV Financeira FIDC V	BVIA FIP
Ativo circulante	1.788.153	664.536	632.415
Ativo não circulante	-	-	-
Total do ativo	1.788.153	664.536	632.415
Passivo circulante	680	366	50.104
Passivo não circulante	-	-	-
Patrimônio líquido	1.787.473	664.170	582.311
Total do passivo	1.788.153	664.536	632.415

Em 31 de dezembro de 2011

	FI Nióbio I Renda fixa – (a)	BV Financeira FIDC V	Votorantim G&K FIP	BVIA FIP	FI Sedna Ref. DI	Outros Fundos
Ativo circulante	1.528.534	1.057.126	55.663	470.997	43.425	289.325
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-
Total do ativo	<u>1.528.534</u>	<u>1.057.126</u>	<u>55.663</u>	<u>470.997</u>	<u>43.425</u>	<u>289.325</u>
Passivo circulante	372	3.166	83	70	4	-
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	<u>1.528.162</u>	<u>1.053.960</u>	<u>55.580</u>	<u>470.927</u>	<u>43.421</u>	<u>289.325</u>
Total do passivo	<u>1.528.534</u>	<u>1.057.126</u>	<u>55.663</u>	<u>470.997</u>	<u>43.425</u>	<u>289.325</u>

- (a) O Banco Votorantim e a sua controlada BV Financeira detêm indiretamente, através do Fundo Invest. Nióbio I Renda fixa que, a partir de 25 de julho de 2011, incorporou, 100% das cotas subordinadas dos Fundos de Investimento em Direitos Créditórios descritos no quadro abaixo:

Em 31 de dezembro de 2012

	BV Financeira FIDC I	BV Financeira FIDC II	BV Financeira FIDC III	BV Financeira FIDC IV	BV Financeira FIDC VI
Ativo circulante	269.400	894.840	105.670	439.028	3.048.118
Ativo não circulante	-	-	-	-	-
Total do ativo	<u>269.400</u>	<u>894.840</u>	<u>105.670</u>	<u>439.028</u>	<u>3.048.118</u>
Passivo circulante	1.012	586	163	420	1.094
Passivo não circulante	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	<u>268.388</u>	<u>894.254</u>	<u>105.507</u>	<u>438.608</u>	<u>3.047.024</u>
Total do passivo	<u>269.400</u>	<u>894.840</u>	<u>105.670</u>	<u>439.028</u>	<u>3.048.118</u>

Em 31 de dezembro de 2011

	BV Financeira FIDC I	BV Financeira FIDC II	BV Financeira FIDC III	BV Financeira FIDC IV	BV Financeira FIDC VI
Ativo circulante	459.053	920.419	693.825	1.765.633	2.726.672
Ativo não circulante	-	-	-	-	-
Total do ativo	<u>459.053</u>	<u>920.419</u>	<u>693.825</u>	<u>1.765.633</u>	<u>2.726.672</u>
Passivo circulante	6.610	3.142	2.905	2.508	2.640
Passivo não circulante	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	<u>452.443</u>	<u>917.277</u>	<u>690.920</u>	<u>1.763.125</u>	<u>2.724.032</u>
Total do passivo	<u>459.053</u>	<u>920.419</u>	<u>693.825</u>	<u>1.765.633</u>	<u>2.726.672</u>

k. Moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e

o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Na data-base, os ativos e passivos da subsidiária e da agência localizadas no exterior são convertidos para a moeda de apresentação adotada pela Companhia, pela taxa de câmbio em vigor na data do balanço.

l. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros somente são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

m. Normas e interpretações que entraram em vigor no exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Alteração do IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures* – Em Outubro de 2010 foi emitida uma alteração nesse pronunciamento requerendo divulgações adicionais sobre transferências de ativos financeiros com riscos remanescentes.

Alteração do IAS 12 – *Income taxes* - Em Dezembro de 2010 foi emitida uma alteração nesse pronunciamento inserindo uma exceção na mensuração dos ativos e passivos de impostos diferidos, referente a investimentos em propriedades mensuradas pelo valor justo. Essa alteração no pronunciamento não gerou impacto nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

n. Normas e interpretações que entrarão em vigor após o exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis Consolidadas e não foram adotados antecipadamente:

Alteração do IAS 32 – *Financial Instruments: Presentation* – Essa alteração foi emitida para esclarecer os requerimentos de *offsetting* de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial. Essa alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2014. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados.

Alterações do IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures* – Em dezembro de 2011 foi emitida nova alteração do pronunciamento requerendo divulgações adicionais sobre o processo de *offsetting*. Esses requerimentos são efetivos para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessas alterações estão sendo avaliados.

IFRS 9 – *Financial Instruments* – O pronunciamento é a primeira etapa no processo de substituir o IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement*. O IFRS 9 introduz novos requerimentos para classificar e mensurar ativos financeiros e é esperado que afete a contabilização de instrumentos financeiros do Conglomerado. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2015, sua adoção antecipada é permitida pelo IASB, mas vedada pelo Banco Central do Brasil.

Alteração do IAS 19 – *Employee Benefits* – Essa alteração exclui a alternativa do uso do método do corredor e requer que todas as movimentações devam ser lançadas em Outros Resultados Abrangentes Acumulados. É efetivo para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013. Não existirão impactos relevantes no Conglomerado decorrentes da adoção desse pronunciamento.

IFRS 10 – Consolidated Financial Statements – O pronunciamento altera o princípio atual, identificando o conceito de controle como fator determinante para uma entidade ser consolidada. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Os possíveis impactos decorrentes da adoção do pronunciamento estão sendo avaliados.

IFRS 11 – Joint Arrangements – O pronunciamento fornece uma abordagem diferente para análises de *Joint Arrangements* com foco maior nos direitos e obrigações dos acordos, do que nas formas legais. O IFRS 11 divide os *Joint Arrangements* em duas formas: *Joint Operations* e *Joint Ventures*, de acordo com os direitos e as obrigações das partes. Para investimentos em *Joint Ventures*, a consolidação proporcional não é mais permitida. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Os possíveis impactos decorrentes da adoção do pronunciamento estão sendo avaliados.

IFRS 12 – Disclosures of Interests in Other Entities – O pronunciamento inclui novas exigências de divulgação de todas as formas de investimento em outras entidades, tal como *Joint Arrangements*, associações e sociedades de propósitos específicos. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Os possíveis impactos decorrentes da adoção do pronunciamento estão sendo avaliados.

IFRS 13 – Fair Value Measurement – O pronunciamento tem como objetivo um maior alinhamento entre IFRS e USGAAP, aumentando a consistência e diminuindo a complexidade das divulgações, utilizando definições precisas de valor justo. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Os possíveis impactos da adoção do pronunciamento estão sendo avaliados.

Annual Improvements cycle (2009-2011) – Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação. Nesse ciclo foram revisados o IFRS 1 – *First-time adoption of IFRS*, IAS 1 – *Presentation of Financial Statements*, IAS 16 – *Property, Plant and Equipment*, IAS 32 – *Financial Instruments: Presentation* e IAS 34 – *Interim Financial Reporting*. As alterações não são efetivas antes de 1º de janeiro de 2013. Não esperamos que existam impactos relevantes.

o. Mudanças na política contábil

Diferimento

No segundo semestre de 2012, baseado no pressuposto do regime de competência e no confronto das despesas com as respectivas receitas apuradas com bases individuais dos contratos de crédito, foi necessário alterar o critério contábil aplicado para os custos associados com a produção de empréstimos e financiamentos, incorridos após a origem da operação, passando a registrá-los em despesa no momento em que são pagos e os valores dos créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias pelo valor líquido de suas obrigações fiscais diferidas.

A mudança na política contábil afetou os Balanços Patrimoniais da Companhia, bem como as Demonstrações de Resultados, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstrações de Valor Adicionado referentes aos períodos apresentados.

Com vistas a manter a comparabilidade das demonstrações financeiras e em atendimento ao IAS 8 estamos apresentando, nesse momento, as demonstrações contábeis de 2011 com os ajustes abaixo apresentados:

	Divulgação anterior	Ajustes	Saldo ajustado
Em 31 de dezembro de 2011			
Ativo			
Empréstimos e recebíveis	86.148.678	(375.218)	85.773.460
Ativos tributários correntes	965.201	157.783	1.122.984
Impacto no total dos ativos	<u>134.362.894</u>	<u>(217.435)</u>	<u>134.145.459</u>
Patrimônio líquido			
Reservas	2.185.602	(217.435)	1.968.167
Impacto no patrimônio líquido	<u>7.230.847</u>	<u>(217.435)</u>	<u>7.013.412</u>
Resultado			
Outros resultados operacionais	(457.133)	6.352	(450.781)
Impostos e contribuições sobre a renda correntes	(119.934)	7.281	(112.653)
Impacto no resultado	<u>(518.454)</u>	<u>13.633</u>	<u>(504.821)</u>

Compensação de Impostos

Foram efetuadas reclassificações nos saldos de 31 de dezembro de 2011 no Balanço Patrimonial, visando permitir a comparabilidade das demonstrações contábeis. O Conglomerado passou a registrar os valores dos créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias pelo valor líquido de suas obrigações fiscais diferidas. As principais reclassificações foram:

	Divulgação anterior	Reclassificação	Saldo reclassificado
Ativos tributários diferidos	2.900.047	(376.683)	2.523.364
Passivos tributários diferidos	1.036.732	(376.683)	660.049

p. Autorização das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28 de Fevereiro de 2013.

3 Principais práticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades, aplicações em depósitos interfinanceiros, aplicações em moedas estrangeiras e aplicações em operações compromissadas - posição bancada, com vencimento até 90 dias.

b. Instrumentos financeiros com compromisso de recompra/revenda

Títulos vendidos com contrato de recompra em uma data futura específica não são baixados do balanço patrimonial, já que o Conglomerado retém substancialmente todos os riscos e benefícios de posse. O correspondente caixa recebido é reconhecido no balanço patrimonial como uma obrigação de retorno, incluindo os juros apropriados como um passivo, refletindo a substância

econômica da transação como uma dívida do Conglomerado. A diferença entre o preço de venda e recompra é tratada como despesa de juros e é apropriada sobre a duração do contrato utilizando a taxa de juros efetiva.

Inversamente, para os títulos adquiridos com acordo de revenda em uma data futura específica, o montante pago, incluindo juros apropriados, é registrado no balanço patrimonial como ativos financeiros com acordo de revenda, refletindo assim a substância econômica da transação. A diferença entre o preço de compra e revenda é registrada em 'receita de juros' e é apropriada durante o prazo do contrato utilizando a taxa de juros efetiva.

c. Instrumentos financeiros

De acordo com o IAS39, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado – mantidos para negociação;
- Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado – designados a valor justo;
- Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado – derivativos;
- Ativos financeiros disponíveis para venda;
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento;
- Empréstimos e recebíveis;
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

O Banco Votorantim S.A através de sua administração classifica em suas demonstrações financeiras consolidadas os instrumentos financeiros em categorias que refletiam da maneira mais adequada a natureza e as características de tais instrumentos.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e/ou revertidas, respectivamente, na data de negociação.

Os ativos financeiros são revertidos/baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando o Banco Votorantim S.A transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade, de tal forma que justifique a reversão (IAS39). Portanto, se os riscos e benefícios não foram substancialmente transferidos, o Banco Votorantim S.A reavaliará o seu controle e determinará se o real envolvimento relacionado com qualquer controle retido não o impedirá de efetuar a tal reversão. Os passivos financeiros são revertidos quando da sua liquidação ou extinção.

- i. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - mantidos para negociação** - São os ativos adquiridos e incorridos principalmente com a intenção de serem negociados no curto prazo ou quando fazem parte de um portfólio de instrumentos financeiros que são administrados como um todo e para os quais existe evidência de um histórico recente de vendas no curto prazo. Instrumentos financeiros derivativos são classificados como mantidos para negociação exceto quando são designados e efetivos como instrumentos de *hedge* contábil. O Banco Votorantim S.A optou por divulgar os derivativos em linha segregada do Balanço Patrimonial consolidado (Item (iii)).

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são designados para valor justo por meio do resultado se a Administração gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Conglomerado. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros com remuneração prefixado ou pós-fixada têm seu custo amortizado calculado através do método dos juros efetivos e medidos pelo valor justo. A remuneração calculada pelo custo amortizado dos ativos financeiros reconhecidos inicialmente é apresentada na demonstração de resultado como Receitas de juros.

A remuneração dos ativos financeiros mantidos para negociação é considerada incidente às operações de negociação do Banco Votorantim S.A e são apresentadas de forma agregada a todas as mudanças no valor justo dos ativos mantidos para negociação na rubrica Resultado de ativos financeiros mantidos ao valor justo por meio do resultado.

As mudanças do seu valor justo são reconhecidas no resultado do período e apresentadas na demonstração de resultado como Resultado de ativos financeiros mantidos ao valor justo por meio do resultado.

- ii. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - designados a valor justo** - São os ativos designados a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo). Esta designação não pode ser alterada subsequentemente. De acordo com o IAS39, a opção de valor justo somente pode ser aplicada quando sua aplicação reduz ou elimina inconsistências contábeis no resultado ou quando os ativos financeiros fazem parte de uma carteira cujo risco é administrado e reportado à Administração com base no seu valor justo ou ainda, quando estes ativos consistem em instrumento de dívida e em derivativo embutido que devem ser separados.

O Banco Votorantim S.A, não possuía operações classificadas nesta categoria em sua demonstração financeira consolidada referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 e 2011.

- iii. Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado – derivativos** - Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de *hedge* têm seus ajustes ao valor justo registrados diretamente no resultado do período e apresentados na demonstração de resultado como resultado de instrumentos financeiros derivativos.

Instrumentos financeiros combinados com outros instrumentos financeiros, derivativos ou não, são tratados como instrumentos financeiros distintos e registrados, considerando as características econômicas e riscos diretamente relacionados com os do contrato principal.

Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados, individualmente, caso as características econômicas e riscos do contrato principal e do derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados; ou um instrumento individual com as mesmas condições do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo.

- iv. **Ativos financeiros disponíveis para venda** - Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros com remuneração prefixada ou pós-fixada são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos e medidos pelo valor justo. As mudanças do seu valor justo, que não sejam perdas por redução no valor recuperável, são reconhecidas, líquidos dos efeitos tributários dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado no patrimônio líquido é transferido para o resultado do período.
- v. **Ativos financeiros mantidos até o vencimento** - Caso o Conglomerado tenha intenção e a capacidade de manter ativos financeiros até o vencimento, tais ativos são classificados como mantidos até o vencimento. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros com remuneração prefixado ou pós-fixada são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos e apresentada na demonstração de resultado como Receitas de juros, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

O Banco Votorantim S.A, não possuía operações classificadas nesta categoria em sua demonstração financeira consolidada referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

- vi. **Empréstimos e recebíveis** - Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os rendimentos calculados pelo custo amortizado são apresentados na demonstração de resultado como receita de juros. Os empréstimos e recebíveis que são objetos de *hedge* de instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor justo, utilizando critério consistente e verificável.

As mudanças do seu valor justo são reconhecidas no resultado do período a apresentadas na demonstração de resultado como resultado de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

d. Baixa de instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes) é baixado quando:

- O direito de receber o fluxo de caixa do ativo estiver expirado; ou
- O Conglomerado transferiu o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro devido a um contrato de repasse e se:
- O Conglomerado transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou
- O Conglomerado não transferiu substancialmente ou reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas tenha transferido o controle sobre o ativo.

Os empréstimos e recebíveis que atingem 360 dias de atraso são baixados contra a provisão para perdas na redução ao valor recuperável, exceto quando existir alguma expectativa de recuperação.

ii. Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação a respeito do passivo é eliminada, cancelada, vencida ou liquidada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por um outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os passivos financeiros não sofreram substituições significativas.

e. Hedge accounting

O Conglomerado mantém instrumentos derivativos de *hedge* financeiro para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

No momento da designação inicial do *hedge*, o Conglomerado formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*. O Conglomerado faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, como continuamente, garantindo a existência de uma expectativa que os instrumentos de *hedge* sejam altamente eficazes na compensação de variações no valor justo dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o período para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de 80-125 por cento.

Para os itens objeto que deixaram de compor o programa de *hedge* e permanecem registrados no Balanço, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os instrumentos financeiros derivativos considerados como instrumentos de proteção (*hedge*) são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de risco de mercado - Os instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria, bem como o item objeto de *hedge*, têm seus ajustes ao valor justo registrados em contrapartida ao resultado do período e apresentados na demonstração de resultado como resultado de instrumentos financeiros derivativos; e

Hedge de fluxo de caixa - Os instrumentos financeiros derivativos classificados nesta categoria, têm seus ajustes ao valor justo reconhecidos no patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial, líquidos dos efeitos tributários.

f. Determinação do valor justo

O valor justo dos instrumentos financeiros com cotação pública se baseia nos preços atuais de mercado.

Para ativos e passivos financeiros sem mercado ativo, o Conglomerado estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas são estabelecidas com observância de critérios consistentes e verificáveis e podem incluir:

- A comparação com operações recentes contratadas com terceiros;
- A referência a outros instrumentos que são substancialmente similares;
- A análise de fluxos de caixa descontados; e
- Modelos de precificação convencionais e consagrados.

As principais informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo.

g. Provisão para perdas por redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado periodicamente para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A mensuração do valor recuperável se aplica aos seguintes ativos financeiros presentes no Balanço Patrimonial, sejam eles atribuídos ao segmento Atacado ou ao segmento Varejo:

- Ativos financeiros com acordo de revenda;
- Ativos financeiros Disponíveis para Venda; e
- Empréstimos e recebíveis.

Além dos ativos mencionados acima, são considerados todos os itens fora do balanço que apresentam riscos de crédito para a entidade como, por exemplo, avais e fianças prestadas.

Os procedimentos aplicáveis para mensuração de perda no seu valor recuperável consideram as fases do ciclo de vida do ativo financeiro, sendo estas: originação / aquisição de ativos financeiros, surgimento de evidências objetivas de imparidade, renegociação de ativo financeiro e baixa para prejuízo.

Na originação ou aquisição de ativos financeiros, o Conglomerado não reconhece qualquer redução do valor recuperável do ativo, da mesma forma que não considera, para fins contábeis,

perdas esperadas estimadas como resultado de eventos futuros e incertos, independentemente de sua probabilidade.

O surgimento de evidências objetivas de perda no seu valor recuperável indica possíveis problemas de recuperação em um ativo financeiro, ou um grupo de ativos financeiros. De acordo com as políticas internas do Conglomerado, os seguintes fatos são considerados pela instituição como evidência objetiva de perda no seu valor recuperável:

- O não-pagamento;
- Atraso no pagamento,
- Uma reestruturação do valor devido sobre condições de que o Conglomerado não consideraria em outras transações;
- Indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência;
- O desaparecimento de um mercado ativo para um título.

O Conglomerado, primeiramente, avalia se existe evidência objetiva de perda no seu valor recuperável para ativos individualmente significativos ou coletivamente para ativos massificados.

Para este fim, a área de Risco de Crédito do Conglomerado considera como ativos individualmente significativos aqueles ativos cujo valor nominal é igual ou superior ao valor de referência individualmente significativo (valor correspondente à aplicação de um percentual sobre o Patrimônio de Referência). Estas operações sofrem avaliação periódica (contrato a contrato) no que diz respeito à capacidade de pagamento do tomador ou do grupo econômico do tomador, qualidade das garantias oferecidas e atendimento de todas as condições negociadas contratualmente.

Aquelas operações que não se enquadrarem no patamar definido como ativos individualmente significativos, serão classificadas como operações massificadas e serão avaliadas pela área de Risco de Crédito de forma conjunta.

Caso um ativo individualmente significativo apresente uma ou mais evidências objetivas de perda, uma provisão é constituída pela diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente estimado dos fluxos de caixa.

O nível de provisões para redução ao valor recuperável dos saldos individualmente significativos, definidos como material é revisado pelo menos trimestralmente, e mais regularmente quando as circunstâncias assim o exigem. Isto normalmente engloba uma reavaliação de aplicabilidade da execução de garantias mantidas e antecipação de recebimentos.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma massificada, o Conglomerado utiliza sistema interno de avaliação que considera tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração.

A carteira de operações massificadas é dividida de maneira a identificar grupos com níveis homogêneos nos parâmetros observados de probabilidade de inadimplência e de perdas atribuídas à inadimplência e estabilidade em tais parâmetros em um determinado período histórico. Cada um desses grupos demonstra níveis distintos desses parâmetros. A formação de grupos homogêneos é direcionada por critérios como produto, modalidade e prazo.

Nestes casos, a mensuração da provisão para perdas é efetuada com base em métodos estatísticos que levam em consideração a Perda, dado o Descumprimento (calculada com base nos dados históricos de perdas para os casos em que as evidências de perda foram identificadas).

As provisões para redução ao valor recuperável somente são reduzidas quando há evidências razoáveis e objetivas de alterações favoráveis nas estimativas de perda que foram previamente estabelecidas.

As garantias prestadas também estão sujeitas a perdas. No surgimento de evidência objetiva de perda no seu valor recuperável para a carteira de garantias prestadas, o Conglomerado reconhece a garantia como um passivo financeiro ao valor justo. Neste caso, sendo uma operação pactuada conforme os parâmetros de mercado, o valor justo é igual ao prêmio pago pela contraparte. Ao final de cada período de reporte, estas garantias financeiras são avaliadas quanto à probabilidade de que estas venham a ser honradas pelo Conglomerado e classificadas como prováveis, possíveis ou remotas. Para cada uma destas classificações, um tratamento contábil específico é aplicado.

No caso de garantias financeiras classificadas como prováveis, o valor presente do gasto exigido para liquidar a obrigação presente da instituição é reconhecido como um passivo. Já para as classificadas como possíveis, o valor presente do gasto exigido para liquidar a obrigação é divulgado em notas explicativas. Para aquelas garantias classificadas como remotas, nenhum procedimento adicional é efetuado pela entidade. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, para as garantias financeiras não foram identificadas perdas prováveis.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro, medido pelo custo amortizado, calculada com base na diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados é reconhecida no resultado e apresentada na demonstração de resultado como resultado de perdas por redução ao valor recuperável, em contrapartida em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Quando possível, o Conglomerado procura reestruturar dívidas em vez de tomar posse da garantia. Isso pode envolver a extensão do termo de pagamento e o acordo de novas condições ao empréstimo. A Administração efetua revisão contínua dos empréstimos renegociados para garantir que todos os critérios são cumpridos e que pagamentos futuros irão ocorrer. Os empréstimos continuam a ser sujeitos à avaliação individual ou coletiva de redução ao valor recuperável, calculado utilizando a taxa efetiva original do empréstimo.

h. Cessão de ativos financeiros

Ao aplicar as práticas contábeis aos ativos financeiros cedidos, o Conglomerado considerou o grau de transferência dos riscos e benefícios dos ativos transferidos para uma outra entidade:

- Quando o Conglomerado transferiu ativos financeiros para uma outra entidade, mas não transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos, os ativos permanecem reconhecidos no balanço do Conglomerado.
- Quando o Conglomerado transfere substancialmente todos os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos para uma entidade que não seja controlada, os ativos são baixados do balanço do Conglomerado.
- Quando o Conglomerado não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relacionados a ativos financeiros transferidos, e retém o controle dos ativos transferidos, o Conglomerado continua a reconhecer o ativo transferido na extensão da sua continuidade no envolvimento do ativo financeiro transferido.

No curso de suas atividades, o Conglomerado efetua transações que resultam na transferência de ativos financeiros para terceiros ou para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, porém os riscos de crédito destas operações são substancialmente retidos. Desta forma, o Conglomerado permanece a reconhecer estas operações no seu balanço e um passivo associado.

i. Ativos não correntes mantidos para venda

Os ativos e grupos de ativos não correntes mantidos para venda são classificados como destinados à venda se seu valor contábil for recuperado principalmente por meio de venda em vez do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é altamente provável e o ativo não corrente estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada uma venda concluída dentro de um ano da data de classificação.

O valor contábil destes itens é registrado inicialmente no balanço pelo menor valor entre; (a) valor justo dos bens menos os custos estimados para sua venda; (b) o valor contábil do empréstimo.

A alienação destes bens é feita nas condições que os bens se encontram mediante realização de leilões oficiais periódicos, podendo o bem ser mantido na condição de não correntes pelo período de 1 (um) ano, com possibilidade de prorrogação, com anuência do órgão regulador (Banco Central do Brasil).

j. Ativos contingentes

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando a existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Não existe ativo contingente reconhecido nessas demonstrações financeiras.

k. Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais:

- Instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%;
- Sistema de comunicação, segurança e transporte - 10%;
- Sistemas de processamento de dados e bens arrendados - 20%;

- Benfeitorias em propriedade de terceiros - prazo do contrato de aluguel.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Os ativos estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais.

l. Ativos intangíveis

Atividades de desenvolvimento envolvem um projeto visando a produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se o Conglomerado tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar o ativo.

Os ativos intangíveis incluem os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade. A amortização é calculada pelo método linear, com base nos seguintes prazos:

- Licenças e software - Prazo do contrato de uso;
- Fundo de comércio - Prazo do contrato de aluguel;
- Acordo de direito de comercialização - Prazo do acordo;
- Projetos corporativos - Prazo em que os benefícios econômicos futuros estão previstos.

Os ativos estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais.

m. Impostos e contribuições sobre a renda

O imposto de renda foi apurado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, e a contribuição social foi apurada com base na alíquota de 15% para as instituições financeiras e 9% para as instituições não financeiras, ambas aplicáveis ao lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos e contribuições sobre a renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que sejam reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o passivo tributário corrente esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício.

Os ativos tributários diferidos são constituídos de acordo com estudo de capacidade de realização, preparado pela Administração.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases tributárias de ativos e passivos e seus valores contábeis para fins de divulgação financeira.

Ativos tributários diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que é provável que lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas.

O valor contábil dos ativos tributários diferidos é revisado mensalmente e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que toda ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Ativos tributários diferidos baixados são reavaliados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se tornam prováveis que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos tributários diferidos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, baseado nas taxas de imposto que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos correntes ativos e impostos correntes passivos somente são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Impostos diferidos ativos e impostos diferidos passivos são compensados quando há um direito legalmente aplicável e a intenção de liquidar pelo valor líquido, estabelecendo de forma confiável se o imposto diferido passivo resultará em pagamentos maiores de imposto no mesmo período em que um imposto diferido ativo resultará em pagamentos menores.

n. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. Esta categoria de passivos em conformidade com as normas de contabilidade internacional (IAS39) podem ser divididos em duas categorias distintas:

- i. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado – designados a valor justo - O Conglomerado não possuía nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado - designados a valor justo em sua carteira nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.**

- ii. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado – mantidos para negociação - Os passivos financeiros a valor justo por meio resultado – mantidos para negociação reconhecidos pelo Conglomerado correspondem a operações compromissadas, empréstimos de ações e instrumentos financeiros derivativos, a menos que sejam designados e efetivos como instrumentos de *hedge* - e aos passivos financeiros designados a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo). Esta designação não pode ser alterada subsequentemente. De acordo com o IAS39, a opção de valor justo somente pode ser aplicada quando sua aplicação reduz ou elimina inconsistências contábeis no resultado ou quando os ativos financeiros fazem parte de uma carteira cujo risco é administrado e reportado à Administração com base no seu valor justo ou ainda, quando estes ativos consistem em instrumento de dívida e em derivativo embutido que devem ser separados.**

o. Passivos financeiros ao custo amortizado

Passivos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Os encargos calculados pelo custo amortizado são apresentados na demonstração de resultado como despesas de juros.

p. Passivos financeiros associados a ativos transferidos

Passivos financeiros associados a ativos transferidos são compostos:

- Pelas obrigações contratuais firmadas junto aos cessionários, adquirentes de carteiras de empréstimos e recebíveis com cláusula de coobrigação ou retenção significativa de risco de crédito; e
- Posição patrimonial dos cotistas participantes dos fundos de investimento em direitos creditórios, consolidados nessas demonstrações financeiras, conforme notas explicativas nºs 2e e 2j.

Os passivos financeiros junto aos cessionários são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Os encargos calculados pelo custo amortizado são apresentados na demonstração de resultado como despesas de juros.

q. Depósitos de instituições financeiras e de clientes

Depósitos de instituições financeiras e de clientes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses depósitos são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Os encargos calculados pelo custo amortizado são apresentados na demonstração de resultado como despesas de juros.

r. Empréstimos e repasses, títulos emitidos e passivos subordinados

Empréstimos e repasses, títulos emitidos e passivos subordinados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Os encargos calculados pelo custo amortizado são apresentados na demonstração de resultado como despesas de juros.

Os empréstimos e repasses, títulos emitidos e passivos subordinados que são objetos de *hedge* de instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor justo utilizando critério consistente e verificável. As mudanças do seu valor justo são reconhecidas no resultado do período e apresentadas na demonstração de resultado como resultado de passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

s. Provisões

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.

t. Obrigações legais

As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, reconhecidas com base na avaliação de risco da Administração.

u. Outros ativos e outros passivos

Outros ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas e provisão para perda, quando julgada necessária.

Outros passivos estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridas.

v. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não existem custos diretamente atribuíveis à emissão de ações.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

w. Reservas

Reservas de capital

A reserva de capital está constituída por ágio na subscrição de ações.

Reserva de lucro - Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido obtido com base da contabilidade societária do período, até atingir o limite de 20% do capital social obtido da mesma base societária. A reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

Reserva de lucro - Reserva de expansão

No encerramento do exercício, a Administração propõe a destinação do lucro/prejuízo não distribuído para Reserva para Expansão, constituída após as destinações. O saldo de reserva está à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembléia Geral.

Dividendos de ações ordinárias e preferenciais

Dividendos de ações ordinárias e preferenciais são reconhecidos como um passivo e deduzidos do patrimônio líquido quando aprovados pelos acionistas. Dividendos em datas interinas são deduzidos do patrimônio líquido quando declarados e não estão sujeitos à decisão futura do Conglomerado.

Dividendos do ano que foram aprovados após a data do balanço são divulgados como um evento subsequente à data do balanço.

x. Pagamento baseado em ações

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 o Conglomerado instituiu um programa de pagamento baseado em ações, de acordo com política interna da área de Recursos Humanos. Os efeitos contábeis ocorrerão a partir do próximo exercício.

y. Receitas e despesas de juros

Para todos os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos financeiros que arrecadam juros classificados como disponíveis para venda e instrumentos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado, a receita ou despesa de juros são registrados utilizando a taxa de juros efetiva. O cálculo leva em consideração todos os termos contratuais do instrumento financeiro e inclui qualquer taxa ou custo incremental que são diretamente atribuíveis ao instrumento e são partes integrais da taxa efetiva, mas não das perdas futuras de crédito. O valor contábil do ativo ou passivo financeiro é ajustado quando o Conglomerado revisa suas estimativas de pagamento e recebimento.

z. Receitas e despesas de serviços e comissões

O Conglomerado auferir receita de serviços e comissões por meio de diversos tipos de serviços que fornece aos seus clientes. Taxas auferidas com a prestação de serviços ao longo do período são apropriadas ao longo do mesmo período.

Receitas com taxas de compromissos de empréstimos em que o crédito provavelmente não será usado, a receita é reconhecida ao longo do prazo do compromisso utilizando o método linear.

aa. Receita de dividendo

As receitas de dividendos são reconhecidas quando o direito do recebimento é estabelecido. Os dividendos são refletidos como um componente do Resultado de ativos financeiros contabilizados ao valor justo por meio do resultado ou em Outras receitas operacionais, de acordo com a classificação do instrumento de capital.

bb. Segmentos operacionais

A Administração gerencia os resultados operacionais das suas unidades de negócio separadamente para fins de tomar decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A performance do segmento é avaliada com base no lucro ou prejuízo da operação, que em certos casos é mensurado de forma diferente do lucro ou prejuízo operacional nas demonstrações financeiras consolidadas.

As receitas de juros são reportadas líquidas, uma vez que a gerência primeiramente depende da receita de juros líquida como uma medida de desempenho, e não de receita bruta e despesas. Preços de transferência entre segmentos operacionais são efetuados a preços de mercado, de uma forma semelhante às operações realizadas com terceiros.

cc. Administração de fundos de investimentos

O Conglomerado gerencia e administra ativos mantidos em fundos de investimento e outras modalidades de investimento em favor de investidores. As demonstrações financeiras desses fundos não são consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado, exceto aquelas dos fundos controlados pelo Conglomerado. Informações sobre a administração de fundos pelo Conglomerado estão dispostas na Nota Explicativa nº 2J.

dd. Eventos subsequentes

Até a data de encerramento desta demonstração financeira, não foi identificado nenhum evento subsequente que poderia alterar substancialmente a posição patrimonial do Conglomerado.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2012	2011
Disponibilidades	155.670	188.188
Caixa	427	420
Depósitos bancários	107.738	81.199
Disponibilidades em moedas estrangeiras	47.505	106.569
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.022.431	5.406.716
Oper. comprom. - Posição bancada	462.765	4.062.765
Aplic. em depósitos interfinanceiros	125.901	1.087.331
Aplicações em moedas estrangeiras	433.765	256.620
Total	1.178.101	5.594.904

5 Ativos Financeiros com acordo de revenda

	2012		2011	
	Valor de Mercado (contábil)	Valor Justo da Garantia	Valor de Mercado (contábil)	Valor Justo da Garantia
Oper. comprom. - Posição bancada	2.507.727	2.457.036	3.305.384	3.064.960
Letras do Tesouro Nacional	777.367	783.360	662.173	675.296
Notas do Tesouro Nacional	1.701.189	1.644.086	2.643.211	2.389.664
Outros	29.171	29.590	-	-

	2012		2011	
	Valor de Mercado (contábil)	Valor Justo da Garantia	Valor de Mercado (contábil)	Valor Justo da Garantia
Oper. comprom. - Posição financiada	10.922.486	10.988.051	6.312.841	6.383.763
Letras Financeiras do Tesouro	541.791	543.938	2.465.337	2.471.265
Letras do Tesouro Nacional	8.544.636	8.621.303	3.649.107	3.712.412
Notas do Tesouro Nacional	1.836.059	1.822.810	198.397	200.086
Oper. comprom. - Posição vendida	484.660	482.061	-	-
Letras do Tesouro Nacional	231.130	236.438	-	-
Notas do Tesouro Nacional	253.530	245.623	-	-
Total	13.914.873	13.927.148	9.618.225	9.448.723

6 Ativos financeiros

a. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	2012			2011		
	Valor de custo	Valor justo (contábil)	Ganho/ (perda) não realizado	Valor de custo	Valor justo (contábil)	Ganho/ (perda) não realizado
No País	11.193.693	11.357.803	164.110	8.235.321	8.320.601	85.280
Letras Financeiras do Tesouro	1.330.269	1.329.921	(348)	727.758	727.805	47
Letras do Tesouro Nacional	3.069.239	3.068.593	(646)	515.304	515.161	(143)
Notas do Tesouro Nacional	3.424.658	3.442.800	18.142	2.778.912	2.820.015	41.103
Certif. de Receb. Imobiliários	301	301	-	12.247	12.247	-
Debêntures	315.554	363.533	47.479	261.573	291.183	29.610
Títulos da Dívida Agrária	29.848	31.821	1.973	31.468	33.118	1.650
Cédulas de Produto Rural	353.617	359.941	6.324	401.986	416.603	14.617
Notas Promissórias	-	-	-	101.507	101.507	-
Cotas de Fundos de Invest.	-	-	-	2.578.349	2.578.349	-
Cotas de FIDC	2.152.752	2.152.752	-	289.325	289.325	-
Ações de Cias. Abertas	32.920	29.333	(3.587)	69.800	68.196	(1.604)
Ações de Cias. Fechadas	484.535	578.808	94.273	467.092	467.092	-
No exterior	1.101.404	1.103.052	1.648	1.678.688	1.691.203	12.515
Governos estrangeiros	614.666	614.669	3	1.376.790	1.383.392	6.602
Tesouro nacional	311.612	310.704	(908)	104.069	106.299	2.230
Outros títulos	175.126	177.679	2.553	197.829	201.512	3.683
Total	12.295.097	12.460.855	165.758	9.914.009	10.011.804	97.795

b. Ativos financeiros disponíveis para venda

	2012			2011		
	Valor de custo	Valor justo (contábil)	Ganho/ (perda) não realizado	Valor de custo	Valor justo (contábil)	Ganho/ (perda) não realizado
No País	21.799.480	22.177.802	378.323	15.443.681	15.372.330	(71.351)
Letras Financeiras	73.012	73.012	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	11.905.662	12.062.472	156.810	5.145.765	5.125.335	(20.430)
Notas do Tesouro Nacional	4.685.729	4.947.329	261.600	5.968.134	6.011.139	43.005
Certif. de Receb. Imobiliários	41.894	43.161	1.267	16.154	17.000	846
Debêntures	2.152.753	2.152.845	93	1.384.942	1.352.215	(32.727)
Cédulas de Produto Rural	348.086	348.294	208	-	-	-
Certif. de Receb. Agronegócio	59.265	59.928	663	-	-	-
Notas Promissórias	430.981	430.987	6	261.144	261.126	(18)
Cotas de Fundos de Invest.	419.920	419.920	-	372.996	372.996	-
Cotas de FIDC	37.580	37.580	-	427.238	427.238	-
Ações de Cias. Abertas	69.521	54.514	(15.007)	62.326	54.343	(7.983)
Ações de Cias. Fechadas	1.463.794	1.480.681	16.887	1.700.040	1.688.436	(11.604)
Outras ações e cotas	-	-	-	6	6	-
Invest. por incentivos fiscais	111.101	66.897	(44.204)	104.759	62.319	(42.440)
Títulos patrimoniais	176	176	-	177	177	-
Outros Títulos	6	6	-	-	-	-
No exterior	721.866	750.609	28.743	713.209	673.139	(40.070)
Outros títulos	721.866	750.609	28.743	713.209	673.139	(40.070)
Total	22.521.346	22.928.411	407.065	16.156.890	16.045.469	(111.421)

7 Instrumentos financeiros derivativos

a. Composição em contas patrimoniais

	2012	2011
Ativo		
Diferencial a receber de <i>swap</i>	1.576.205	936.599
Contratos de termo de moeda	41.095	1.561
Compra de opções de compra - Ações	4.838	5.886
Compra de opções de venda - Ações	11.779	796
Compra de opções de compra - Ativo fin./merc.	65.247	448.504
Compra de opções de venda - Ativo fin./merc.	38.783	32.821
Derivativos de crédito	13.966	45.216
<i>Non Deliverable Forward</i>	133.785	176.431
Outros	93.853	29.130
Total	1.979.551	1.676.944

	2012	2011
Passivo		
Diferencial a pagar de <i>swap</i>	1.355.585	851.589
Contratos de termo de moeda	41.740	935
Venda de opções de compra - Ações	13.713	1.170
Venda de opções de venda - Ações	9.502	339
Venda de opções de compra - Ativo fin./merc.	126.695	379.642
Venda de opções de venda - Ativo fin./merc.	42.654	157.677
Derivativos de crédito	8.606	36.146
<i>Non Deliverable Forward</i>	62.364	47.120
Outros	74.391	7.386
	<u>1.735.250</u>	<u>1.482.004</u>
Total	<u>1.735.250</u>	<u>1.482.004</u>

b. Composição dos contratos de swap por indexador

	2012			2011		
	Valor original	Valor de curva	Valor justo	Valor original	Valor de curva	Valor justo
Posição ativa	28.068.124	30.877.905	32.567.980	26.413.149	28.598.238	29.802.418
DI	11.786.096	12.578.768	13.484.336	11.788.416	12.212.857	13.261.785
Dolar	4.348.667	5.148.742	5.378.628	4.561.641	5.129.083	5.219.953
Euro	480.933	557.716	563.780	479.815	504.654	506.797
IGPM	789.103	1.121.666	1.224.316	1.172.403	1.509.120	1.536.882
IPCA	5.063.530	5.539.828	5.917.304	3.774.454	4.153.412	4.179.558
Prefixado	3.439.669	3.591.899	3.645.752	2.344.148	2.751.801	2.795.384
<i>Libor</i>	1.398.882	1.458.013	1.462.938	1.566.664	1.534.893	1.517.827
Franco Suíço	441.047	561.143	573.403	441.047	501.328	511.258
<i>Commodities</i>	13.672	13.605	13.603	3.192	19.720	2.999
Outros	306.525	306.525	303.920	281.369	281.370	269.975
Posição passiva	28.068.124	30.297.209	32.347.360	26.413.149	28.216.829	29.717.408
DI	9.604.131	10.404.028	10.443.641	7.802.011	8.695.648	8.710.616
Dolar	2.614.193	2.938.682	3.009.129	2.144.944	2.357.482	2.391.096
Euro	53.648	53.238	53.095	88.792	89.228	89.073
IGPM	533.300	852.668	929.154	837.270	1.203.870	1.229.837
IPCA	6.745.472	8.103.821	8.730.500	5.411.638	6.870.856	7.054.138
Prefixado	7.359.833	6.768.893	7.988.471	9.518.811	8.390.047	9.665.522
<i>Libor</i>	617.466	610.782	625.654	345.964	331.402	303.892
TJLP	514.392	530.698	532.382	247.121	255.276	249.476
<i>Commodities</i>	13.786	13.672	13.536	4.270	4.150	3.950
Outros	11.903	20.727	21.798	12.328	18.870	19.808
Diferencial líquido	-	580.696	220.620	-	381.409	85.010

c. Composição dos contratos de termo por indexador

	2012			2011		
	Valor original	Valor de curva	Valor justo	Valor original	Valor de curva	Valor justo
Posição ativa						
Termo de moeda	12.011	40.894	41.095	16.969	1.561	1.561
Total	12.011	40.894	41.095	16.969	1.561	1.561
Posição passiva						
Termo de moeda	28.883	40.894	41.740	7.884	935	935
Total	28.883	40.894	41.740	7.884	935	935

d. Composição dos contratos de opções por indexador

	2012		2011	
	Valor contratado	Valor justo (contábil)	Valor contratado	Valor justo (contábil)
Posição comprada				
Dólar	7.901.119	37.600	5.689.314	360.527
Índice	14.674.731	49.520	112.383	1.599
DI	-	-	248.425.587	27.616
Ações	826.500	16.617	177.824	6.682
<i>Commodities</i>	486	7	770	2
Flexíveis	446.646	16.903	1.662.055	91.581
Total	23.849.482	120.647	256.067.933	488.007
Posição vendida				
Dólar	10.027.200	60.307	9.990.840	348.182
Índice	14.643.331	16.562	200.640.079	86.048
DI	-	-	688	54.257
Ações	1.026.600	23.215	122.726	1.509
<i>Commodities</i>	1.105	52	19.769	1.648
Flexíveis	1.091.763	92.428	2.085.477	47.184
Total	26.789.999	192.564	212.859.579	538.828

e. Composição dos contratos de futuros por indexador

	2012	2011
Compromisso de compra	27.063.268	75.672.583
DDI	14.169.766	12.615.757
Dólar	2.225.922	285.048
DI	10.167.834	61.717.665

	2012	2011
<i>Commodities</i>	29.864	8.886
Índice	258.056	52.577
SCC	204.194	577.702
Cupom Cambial	7.632	414.948
Compromisso de venda	75.899.787	79.210.346
DDI	13.745.585	12.527.641
Euro	509	17.814
Dólar	3.313.492	635.806
DI	58.236.640	65.051.440
<i>Commodities</i>	42.679	33.911
<i>T-Note</i>	344.484	330.588
Índice	12.513	35.993
BGI	-	96
SCC	203.460	576.660
Cupom Cambial	425	397
Diferencial líquido	(48.836.519)	(3.537.763)

f. Composição dos contratos de NDF por indexador

	2012		2011	
	Valor contratado	Valor justo (contábil)	Valor contratado	Valor justo (contábil)
Ativo				
Dólar	2.189.894	74.950	2.084.285	99.912
Euro	4.556	169	12.517	313
Yuan	-	-	112.548	2.579
Reais	382.289	58.556	351.712	73.487
Outros	935	110	4.230	140
Total	2.577.674	133.785	2.565.292	176.431
Passivo				
Dólar	3.177.828	58.823	1.153.822	36.632
Euro	38.421	1.319	1.216	11
Yuan	-	-	112.548	1.397
Reais	276.745	2.222	49.708	8.793
Outros	-	-	3.090	287
Total	3.492.994	62.364	1.320.384	47.120
Diferencial líquido	(915.320)	71.421	1.244.908	129.311

g. Derivativos de crédito

	<u>2012</u>		<u>2011</u>	
	Valor de referência	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de mercado
Risco recebido				
Swaps de crédito	<u>2.963.075</u>	<u>10.704</u>	<u>3.132.586</u>	<u>(20.798)</u>
Total	<u>2.963.075</u>	<u>10.704</u>	<u>3.132.586</u>	<u>(20.798)</u>
Risco transferido				
Swaps de crédito	<u>872.596</u>	<u>5.344</u>	<u>946.491</u>	<u>(29.868)</u>
Total	<u>872.596</u>	<u>5.344</u>	<u>946.491</u>	<u>(29.868)</u>

h. Derivativos de crédito por indexador

	<u>2012</u>			<u>2011</u>		
	Valor original	Valor de curva	Valor de mercado	Valor original	Valor de curva	Valor de mercado
Posição ativa						
Pré-fixado	<u>3.187.860</u>	<u>7.128</u>	<u>13.966</u>	<u>2.644.090</u>	<u>29.164</u>	<u>45.216</u>
Total	<u>3.187.860</u>	<u>7.128</u>	<u>13.966</u>	<u>2.644.090</u>	<u>29.164</u>	<u>45.216</u>
Posição passiva						
Pré-fixado	<u>647.810</u>	<u>(95)</u>	<u>8.606</u>	<u>1.434.987</u>	<u>4.507</u>	<u>36.146</u>
Total	<u>647.810</u>	<u>(95)</u>	<u>8.606</u>	<u>1.434.987</u>	<u>4.507</u>	<u>36.146</u>
Diferencial líquido	<u>2.540.050</u>	<u>7.223</u>	<u>5.360</u>	<u>1.209.103</u>	<u>24.657</u>	<u>9.070</u>

i. Hedge Account – Posição patrimonial

Objetos de Hedge de Valor Justo

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Ativos financeiros	<u>45.781.400</u>	<u>44.418.406</u>
Ativos financeiros com acordo de revenda	4.078.677	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	268.514	-
Empréstimos e recebíveis	41.434.209	44.418.406
Passivos financeiros	<u>(10.272.259)</u>	<u>(6.057.213)</u>
Empréstimos e repasses	(1.962.161)	(477.589)
Títulos emitidos	(4.838.636)	(2.888.897)
Passivos subordinados	(2.929.767)	(2.199.747)
Instrumentos financeiros derivativos	(541.695)	(490.980)
Total	<u>35.509.141</u>	<u>38.361.193</u>

Instrumentos financeiros derivativos de Hedge de Valor Justo

	2012	2011
Ativos financeiros	10.438.107	6.912.301
Futuro DDI	9.588.462	5.923.272
Swap IGPM - DI (IGPM)	276.242	-
Swap EUR - DI (EUR)	-	477.771
Swap CHF - DOL (CHF)	573.403	511.258
Passivos financeiros	(50.436.992)	(46.918.583)
Futuro DII	(47.477.052)	(44.279.019)
Futuro DDI	(2.959.940)	(2.597.358)
Futuro DOL	-	(42.206)
Total	(39.998.885)	(40.006.282)

j. Hedge Account – Resultado

Objetos de Hedge de Valor Justo

	2012		2011	
	Resultado positivo	Resultado positivo	Resultado negativo	Resultado negativo
Ativos financeiros	2.677.110	(2.922.998)	2.657.821	(1.479.710)
Passivos financeiros	1.147.529	(440.157)	1.138.902	(2.138.665)
Total	3.824.639	(3.363.155)	3.796.723	(3.618.375)

Instrumentos financeiros derivativos de Hedge de Valor Justo

	2012		2011	
	Resultado positivo	Resultado positivo	Resultado negativo	Resultado negativo
Ativos financeiros	447.094	(1.156.581)	2.153.922	(1.045.530)
Passivos financeiros	2.912.659	(2.712.013)	1.307.821	(2.482.975)
Total	3.359.753	(3.868.594)	3.461.743	(3.528.505)

8 Empréstimos e recebíveis

a. Composição das operações

	2012	2011
Adiantamentos à depositantes	384	895
Empréstimos	16.559.291	16.168.797
Títulos descontados	85.025	61.127
Financiamentos	30.743.468	34.126.401
Financiamentos à exportação	3.581.278	3.429.810
Financiamentos em moeda estrangeira	629.733	550.594
Financiamentos rurais	342.088	877.329
Financiamentos imobiliários	606.365	234.220
Financiamentos de infra-estr. e desenvolvimento	30.667	-
Adiant. sobre contratos de câmbio	892.338	748.484
Operações de arrendamento financeiro *	2.055.060	3.424.935
Créditos por avais e fianças honrados	94	-
Créditos cedidos com coobrigação	10.931.633	15.343.709
Créditos cedidos com retenção substancial de riscos	<u>3.892.084</u>	<u>4.834.530</u>
Total de operações com característica de concessão de crédito	<u>70.349.508</u>	<u>79.800.831</u>
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	(5.198.205)	(3.702.271)
Custos associados	1.064.707	1.402.896
Outros recebíveis	<u>4.026.278</u>	<u>8.272.004</u>
Total de empréstimos e recebíveis	<u>70.242.288</u>	<u>85.773.460</u>

(*) A carteira de operações de arrendamento mercantil segregada pelo seu vencimento, foi apresentada da seguinte forma:

Em 31 de dezembro de 2012

	Pagamentos mínimos futuros	Rendas a apropriar	Valor presente
Até 1 no	2.639.477	(923.931)	1.715.546
Entre 1 e 5 anos	1.059.084	(719.623)	339.461
Acima de 5 anos	<u>87</u>	<u>(34)</u>	<u>53</u>
Total	<u>3.698.648</u>	<u>(1.643.588)</u>	<u>2.055.060</u>

Em 31 de dezembro de 2011

	Pagamentos mínimos futuros	Rendas a apropriar	Valor presente
Até 1 no	4.148.901	(1.224.782)	2.924.119
Entre 1 e 5 anos	2.004.712	(1.503.886)	500.826
Acima de 5 anos	<u>-</u>	<u>(10)</u>	<u>(10)</u>
Total	<u><u>6.153.613</u></u>	<u><u>(2.728.678)</u></u>	<u><u>3.424.935</u></u>

b. Composição de outros recebíveis

	2012	2011
Aplic. depósitos interfinanceiros	1.828.617	1.297.505
Depósitos no Banco Central	1.177.120	5.846.931
Repasse interfinanceiros	98.733	157.524
Relações com correspondentes	33.913	28.460
Rendas a receber	81.061	22.522
Valores a receber de sociedades ligadas	5	122
Transações de cartão de crédito	369.402	281.823
Liquidações de títulos no exterior	16.853	233.741
Usufruto de ações de cias fechadas	239.736	292.521
Negociação e intermediação de valores	116.712	109.115
Outros	<u>64.126</u>	<u>1.740</u>
Total	<u><u>4.026.278</u></u>	<u><u>8.272.004</u></u>

c. Constituição da provisão para perdas por redução ao valor recuperável

	2012	2011
Empréstimos e recebíveis	(4.557.445)	(3.158.572)
Créditos cedidos	<u>(640.760)</u>	<u>(543.699)</u>
Total	<u><u>(5.198.205)</u></u>	<u><u>(3.702.271)</u></u>

9 Ativos tributários correntes

	2012	2011
Impostos de renda a compensar	577.531	874.227
Contribuição social a compensar	243.027	488.829
PIS a compensar	6.984	15.783
COFINS a compensar	42.028	96.212
Outros ativos	1.626	1.624
Compensação de ativos tributários correntes (a)	<u>(204.555)</u>	<u>(353.691)</u>
Total	<u><u>666.641</u></u>	<u><u>1.122.984</u></u>

- (a) Em 2012 referem-se a ativos de antecipações de Imposto de Renda sobre o Lucro Real no montante de R\$ 153.216, antecipações de Contribuição Social sobre o Lucro Real no montante de R\$ 47.372, Imposto de Renda Retido na Fonte a Recuperar no montante de R\$ 2.888, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a Recuperar no montante de R\$ 434 e Imposto de Renda Retido na Fonte sobre JCP no montante de R\$ 645. Em 2011 referem-se a passivos de exercícios correntes sobre o Lucro Real.

10 Ativos tributários diferidos

a. Composição dos ativos tributários diferidos

	2012	2011
Prejuízo fiscal de IR	745.578	856.508
Base negativa de CS	3.914	37.674
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros	96.188	19.603
Ajuste ao valor justo de derivativos	363.215	105.734
Participações no lucro	77.347	-
Provisão para perdas na redução ao valor recuperável	3.312.873	1.346.031
Provisões	322.665	134.519
Obrigações legais	691.429	223.003
Compensação superveniência / insuficiência de depreciação	(217.155)	-
Resultado de dependências no exterior	138.433	138.433
Outros	119.642	38.542
Compensação de ativos fiscais diferidos	<u>(724.771)</u>	<u>(376.683)</u>
Total	<u>4.929.358</u>	<u>2.523.364</u>

b. Movimentação dos ativos tributários diferidos no período

	2012	2011
Saldo inicial	2.523.364	2.040.681
Prejuízo fiscal de IR	(110.930)	22.680
Base negativa de CS	(33.760)	(19.115)
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros	76.585	15.631
Ajuste ao valor justo de derivativos	257.481	103.014
Participações no lucro	77.347	-
Provisão para perdas na redução ao valor recuperável	1.966.842	570.733
Provisões	188.146	91.044
Derivativos - Regime de caixa	-	(1.600)
Obrigações legais	468.426	-
Resultado de dependências no exterior	-	43.945
Insuficiência de depreciação	(217.155)	-
Outros	81.100	33.034
Compensação de ativos fiscais diferidos	<u>(348.088)</u>	<u>(376.683)</u>
Saldo final	<u>4.929.358</u>	<u>2.523.364</u>

c. Expectativa de realização dos ativos tributários diferidos

	Valor contábil
Em 2013	1.239.051
Em 2014	614.321
Em 2015	456.108
Em 2016	598.896
Em 2017	746.461
A partir de 2018	<u>1.274.521</u>
Total	<u><u>4.929.358</u></u>

11 Ativos não correntes mantidos para venda

	2012	2011
Bens não de uso próprio		
Imóveis	10.505	4.326
Veículos	<u>142.051</u>	<u>97.500</u>
Total	<u><u>152.556</u></u>	<u><u>101.826</u></u>

12 Outros ativos

	2012	2011
Câmbio comprado a liquidar	2.277.885	856.544
Direitos sobre vendas de câmbio	1.500.282	9.625
Adtos. em moeda nacional/estrangeira recebidos	(18.412)	(4.504)
Caixa de registro e liquidação	-	15.791
Devedores conta liquidação pendentes	79.980	28.762
Adiantamentos e antecipações salariais	2.791	2.980
Adiantamentos a fornecedores	1.486	3.184
Devedores por depósitos em garantia	625.792	495.789
Outros	<u>16.448</u>	<u>60.904</u>
Total	<u><u>4.486.252</u></u>	<u><u>1.469.075</u></u>

13 Ativos tangíveis

	2012			2011		
	Custo	Depreciação/ amortização	Líquido	Custo	Depreciação/ amortização	Líquido
Imobilizado em curso	-	-	-	111	-	111
Instalações	48.439	(11.527)	36.912	49.795	(6.040)	43.755
Móveis e equipamentos de uso	55.456	(23.775)	31.681	55.433	(18.854)	36.579
Sistema de comunicação	12.062	(8.062)	4.000	11.966	(7.069)	4.897
Sistema de proces. de dados	76.284	(61.238)	15.046	73.580	(52.346)	21.234
Sistema de segurança	2.337	(916)	1.421	2.308	(718)	1.590
Sistema de transporte	1.115	(965)	150	1.685	(1.493)	192
Benfeitorias em prop. terceiros	43.167	(15.990)	27.177	43.164	(12.594)	30.570
Total	238.860	(122.473)	116.387	238.042	(99.114)	138.928

	2012	2011
Saldo inicial	138.928	130.328
Aquisições	15.238	45.467
Alienações	(13.336)	(3.709)
Depreciação/amortização	(24.443)	(33.158)
Saldo final	116.387	138.928

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não foi verificada a existência de ativos relevantes que indique perda de desvalorização.

14 Ativos intangíveis

	2012			2011		
	Valor custo	Amortização acumulada	Líquido	Valor custo	Amortização acumulada	Líquido
Software sem substância física	4.534	(1.282)	3.251	4.031	(971)	3.060
Licenças	24.269	(9.534)	14.735	17.243	(5.355)	11.888
Acordo direitos comercial.	5.000	(1.915)	3.085	5.000	(1.165)	3.835
STI - AMBID	4.485	(2.242)	2.243	3.531	(252)	3.279
Projetos corporativos	29.205	(118)	29.087	20.266	-	20.266
Total	67.493	(15.091)	52.401	50.071	(7.743)	42.328

	2012	2011
Saldo inicial	42.328	22.043
Aquisições	20.219	31.550
Alienações	(5.146)	(7.226)
Amortização	<u>(5.000)</u>	<u>(4.039)</u>
Saldo final	<u>52.401</u>	<u>42.328</u>

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não foi verificada a existência de ativos relevantes que indique perda de desvalorização.

Expectativa de realização dos ativos intangíveis

	Valor contábil
Em 2013	6.537
Em 2014	6.691
Em 2015	6.318
Em 2016	1.314
A partir de 2016	<u>31.541</u>
Total	<u>52.401</u>

15 Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	<u>2012</u>			<u>2011</u>		
	Valor de custo	Valor justo (contábil)	Ganho/ (perda) não realizado	Valor de custo	Valor justo (contábil)	Ganho/ (perda) não realizado
No País						
Oper. Compromissadas – Livre movimentação.	484.661	493.277	(8.616)	8.481	8.465	16
Credores empréstimos de ações	-	27	(27)	4.181	4.169	12
Títulos no exterior	<u>111.453</u>	<u>114.133</u>	<u>(2.680)</u>	<u>109.495</u>	<u>111.072</u>	<u>(1.577)</u>
Total	<u>596.114</u>	<u>607.437</u>	<u>(11.323)</u>	<u>122.157</u>	<u>123.706</u>	<u>(1.549)</u>

16 Passivos financeiros ao custo amortizado

	2012	2011
Oper. compromissadas - Carteira própria	<u>34.087.804</u>	<u>27.111.269</u>
Letras Financeiras do Tesouro	159.652	6.537
Letras do Tesouro Nacional	8.630.826	1.232.272
Notas do Tesouro Nacional	4.377.383	4.204.975
Certificado de depósitos bancários	2.823	9.170

	2012	2011
Debêntures	316.761	634.814
Títulos de Emissão Própria	19.859.603	20.029.599
Outros títulos no exterior	210.471	102.628
Outros	<u>530.285</u>	<u>891.274</u>
Oper. compromissadas - Carteira de terceiros	<u>7.690.514</u>	<u>6.326.734</u>
Letras Financeiras do Tesouro	492.914	2.465.628
Letras do Tesouro Nacional	5.402.562	3.662.673
Notas do Tesouro Nacional	1.795.038	198.433
Bax de opções	<u>1.034.208</u>	<u>1.928.765</u>
Estratégia de renda fixa	<u>1.034.208</u>	<u>1.928.765</u>
Total	<u><u>42.812.526</u></u>	<u><u>35.366.768</u></u>

17 Passivos financeiros associados a ativos transferidos

	2012	2011
Cessionários	12.296.370	17.522.792
Cotistas de FIDC	3.725.425	5.612.141
Outros passivos	<u>148.790</u>	<u>350.040</u>
Total	<u><u>16.170.585</u></u>	<u><u>23.484.973</u></u>

18 Depósitos de instituições financeiras

	2012	2011
Depósitos interfinanceiros	<u>2.356.810</u>	<u>2.856.203</u>
Total	<u><u>2.356.810</u></u>	<u><u>2.856.203</u></u>

19 Depósitos de clientes

	2012	2011
Depósitos à vista	281.492	431.760
Depósitos a prazo	<u>12.626.142</u>	<u>22.336.676</u>
Total	<u><u>12.907.634</u></u>	<u><u>22.768.436</u></u>

20 Empréstimos e repasses

		2012	2011
Empréstimos no País			
Com variação cambial	(a)	11.414	15.279
Empréstimos no exterior			
Com variação cambial	(b)	5.099.219	5.148.118
Repasses no País - Tesouro Nacional			
Pré-fixado	(c)	126.555	155.089
Pós-fixado	(d)	32.727	-
Repasses no País - BNDES			
Pré-fixado	(e)	979.359	1.138.657
Pós-fixado	(f)	1.864.653	2.265.248
Com variação cambial	(g)	113.266	97.038
Repasses no País - FINAME			
Pré-fixado	(h)	1.620.420	2.129.639
Pós-fixado	(i)	<u>388.313</u>	<u>529.294</u>
Total		<u><u>10.235.926</u></u>	<u><u>11.478.362</u></u>

- (a) Taxa de atualização em 2012: CDI + 0,40% a.a. + variação cambial.
- (b) Taxa de atualização em 2012: de 0,50% a.a. a 5,95% a.a. + variação cambial / 0,80% a.a. a 8,45% a.a. + Libor.
- (c) Taxa de atualização em 2012: de 5,50% a.a. a 6,75% a.a.
- (d) Taxa de atualização em 2012: Selic.
- (e) Taxa de atualização em 2012: de 1,50% a.a. a 9,00% a.a.
- (f) Taxa de atualização em 2012: de 8,14% a.a. a 9,91% a.a. + IPCA / de 0,50% a.a. a 4,50% a.a. + TJLP.
- (g) Taxa de atualização em 2012: de 0,90% a.a. a 6,27% a.a. + variação cambial.
- (h) Taxa de atualização em 2012: de 0,30% a.a. a 9,80% a.a.
- (i) Taxa de atualização em 2012: de 0,50% a.a. a 5,50% a.a. + TJLP.

21 Títulos emitidos

		2012	2011
Debêntures			
Pós-fixado	(a)	1.496.058	3.131.148
Custos associados		-	(16.307)
Recursos de Letras de Crédito Imobiliário			
Pós-fixado	(b)	132.530	6.980
Recursos de Letras de Crédito Agronegócio			
Pós-fixado	(c)	2.208.220	1.635.424
Pré-fixado	(d)	5.167	16.535
Letras Financeiras			
Pré-fixado	(e)	180.537	56.886
Pós-fixado	(f)	10.786.552	7.087.451
Obrigações por TVM no Exterior			
Pré-fixado	(g)	1.499.300	-
Com variação cambial	(h)	<u>6.398.021</u>	<u>5.821.147</u>
Total		<u><u>22.706.385</u></u>	<u><u>17.739.264</u></u>

(a) Taxa de atualização em 2012: de 100% a 111% do DI.

(b) Taxa de atualização em 2012: de 93,00% a 97,36% do DI.

(c) Taxa de atualização em 2012: de 80,00% a 97,50% do DI.

(d) Taxa de atualização em 2012: de 8,48% a 12,35% a.a.

(e) Taxa de atualização em 2012: de 8,27% a 14,00% a.a.

(f) Taxa de atualização em 2012: de 100% a 112,02% do DI / de 108% a 109,3% da Selic / de 3,42% a 7,81%a.a. + IPCA / de 5,05% a 5,99% a.a. + IGPM.

(g) Taxa de atualização em 2012: de 3,57% a.a. a 19,77% a.a..

(h) Taxa de atualização em 2012: de 0,70% a.a. a 9,00% a.a. + variação cambial.

22 Passivos subordinados

		2012	2011
Letras financeiras subordinadas			
Pós-fixado	(a)	2.136.530	2.109.441
Certificado de depósito bancário			
Pós-fixado	(b)	2.162.572	3.088.122

	2012	2011
Nota subordinada		
Com variação cambial	(c) <u>2.692.109</u>	<u>2.199.747</u>
Total	<u>6.991.211</u>	<u>7.397.310</u>

- (a) Taxa de atualização em 2012: de 1,30% a.a. a 1,94% a.a. + CDI / de 115% a 119% do CDI / de 6,71% a.a. a 7,70% a.a. + IGPM / de 7,00% a.a. a 8,02% a.a. + IPCA.
- (b) Taxa de atualização em 2012: de 1,64% a.a. a 1,67% a.a. + CDI / de 7,86% a.a. a 8,00% a.a. + IPCA.
- (c) Taxa de atualização em 2012: 7,38% a.a. + PTAX.

23 Provisões

a. Composição dos passivos contingentes classificados na categoria de risco provável

	2012	2011
Contingências fiscais	(a) 472.479	5.307
Contingências cíveis	(b) 274.758	192.217
Contingências trabalhistas	(c) <u>528.058</u>	<u>139.633</u>
Total	<u>1.275.295</u>	<u>337.157</u>

- (a) Referem-se, basicamente: as questões tributárias, envolvendo IR no montante de R\$ 298.188 e CSSL no montante de R\$ 171.726; sendo apresentadas na rubrica Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias. As empresas do Conglomerado Financeiro possuem Mandado de Segurança no qual discutem a ocasião da dedutibilidade da COFINS no Lucro real e na Base de Cálculo CSLL. Para fins de adequação das demonstrações contábeis, no exercício, foi constituída a provisão referente ao passivo em discussão (apresentada na rubrica de Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias) e crédito tributário correspondente, de acordo com as características/argumentações da referida discussão judicial (apresentado na rubrica de Outros créditos – Diversos).
- (b) Referem-se, basicamente, a ações indenizatórias cuja natureza são: contestação do custo efetivo total dos contratos pactuados, revisão das condições e encargos contratuais, e tarifas, sendo apresentadas na rubrica Outras obrigações – Diversas.
- (c) Referem-se a processos movidos, na grande maioria, por ex-empregados, cuja natureza das reclamações envolvem indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros, sendo apresentadas na rubrica Outras obrigações – Diversas.

O quadro abaixo apresenta a expectativa de realização dos fluxos de caixa dos passivos contingentes classificados na categoria de risco provável

Contingências	2013	2014	2015	2016	2017	Após 2017	Total
Fiscais	2.191	3	-	1.488	-	468.797	472.479
Cíveis	144.092	87.308	32.771	8.262	2.325	-	274.758
Trabalhistas	<u>110.725</u>	<u>127.356</u>	<u>127.356</u>	<u>127.235</u>	<u>29.725</u>	<u>5.661</u>	<u>528.058</u>
Total	<u>257.008</u>	<u>214.667</u>	<u>160.127</u>	<u>136.985</u>	<u>32.050</u>	<u>474.458</u>	<u>1.275.295</u>

b. Movimentação dos passivos contingentes classificados na categoria de risco provável

	Demandas fiscais		Demandas cíveis		Demandas trabalhistas	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Saldo inicial	5.307	6.413	192.217	23.290	139.633	83.988
Constituições/(reversões)	466.757	(1.749)	86.860	168.927	390.254	55.645
Baixas	-	-	(4.319)	-	(1.829)	-
Atualizações	<u>415</u>	<u>643</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo final	<u>472.479</u>	<u>5.307</u>	<u>274.758</u>	<u>192.217</u>	<u>528.058</u>	<u>139.633</u>

c. Composição dos passivos contingentes classificados na categoria de risco possível

	2012	2011
Contingências fiscais	(a) 666.473	953.304
Contingências cíveis	(b) 16.843	16.018
Contingências trabalhistas	(c) <u>56.662</u>	<u>61.330</u>
Total	<u>739.978</u>	<u>1.030.652</u>

(a) Referem-se, basicamente: a) IRPJ/CS Equival. Patrim. de Invest. no Ext.: R\$ 191.408; b) IRPJ/CS Compensação indevida - gratificações a diretores estatutários: R\$ 23.718; c) IRPJ - Excesso de destinação ao FINOR (2006/2007): R\$ 10.145; d) INSS - PLR BRANCH: R\$ 43.520; e) ISS: R\$ 94.454; f) INSS: R\$ 141.611; g) PIS/COFINS sobre desmutualização R\$ 31.290;

(b) Referem-se, basicamente, as ações de cobrança.

(c) Referem-se a processos movidos, na grande maioria, por ex-empregados, cuja natureza das reclamações envolvem indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

d. Depósitos judiciais

	2012	2011
Contingências fiscais	484.601	398.412
Contingências cíveis	90.323	-
Contingências trabalhistas	50.709	40.272
Outras	159	57.105
	<u>625.792</u>	<u>495.789</u>
Total	<u>625.792</u>	<u>495.789</u>

24 Passivos tributários correntes

	2012	2011
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	406.766	353.691
Impostos e contrib. sobre serviços terceiros	4.046	5.880
Impostos e contribuições sobre salários	8.470	7.886
Impostos e contrib. sobre aplicações financeiras	22.230	31.348
PIS	5.876	3.501
COFINS	36.162	21.545
ISS	5.506	5.335
IOF	14.665	21.919
Outros impostos e contribuições	595	1.162
Compensação de passivos tributários correntes (a)	(204.555)	(353.691)
	<u>299.761</u>	<u>98.576</u>
Total	<u>299.761</u>	<u>98.576</u>

- (a) Em 2012 referem-se a ativos de antecipações de Imposto de Renda sobre o Lucro Real no montante de R\$ 153.216, antecipações de Contribuição Social sobre o Lucro Real no montante de R\$ 47.372, Imposto de Renda Retido na Fonte a Recuperar no montante de R\$ 2.888, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a Recuperar no montante de R\$ 434, Imposto de Renda Retido na Fonte sobre JCP no montante de R\$ 645. Em 2011 referem-se a passivos de exercícios correntes sobre o Lucro Real.

25 Passivos tributários diferidos

a. Composição dos passivos tributários diferidos

	2012	2011
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros	89.523	18.173
Ajuste ao valor justo de derivativos	-	141
Ajuste ao valor justo de empréstimos e recebíveis	669.728	389.792
Derivativos - Regime de caixa	2.526	2.708
Superveniência de depreciação	723.850	625.918
Compensação superveniência / insuficiência de depreciação	(217.155)	-
Compensação de passivos fiscais diferidos	(724.771)	(376.683)
	<u>543.701</u>	<u>660.049</u>
Total	<u>543.701</u>	<u>660.049</u>

b. Movimentação dos passivos tributários diferidos

	2012	2011
Saldo inicial	660.049	1.164.706
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros	71.350	(62.049)
Ajuste ao valor justo de derivativos	(141)	(150.225)
Ajuste ao valor justo de empréstimos e recebíveis	279.936	259.470
Derivativos - Regime de caixa	(182)	(9.124)
Superveniência de depreciação	97.932	(166.046)
Compensação superveniência / insuficiência de depreciação	(217.155)	-
Compensação de passivos fiscais diferidos	(348.088)	(376.683)
Saldo final	543.701	660.049

26 Obrigações legais

Referem-se, basicamente, ao pleito pelo não pagamento da COFINS com base nas receitas não derivadas do faturamento mensal (ampliação da base de cálculo introduzida pela Lei nº 9.718/98).

27 Outros passivos

	2012	2011
Recursos trânsito terceiros	38.528	122.735
Transfer. internas de recursos	510	218
Câmbio vendido a liquidar	1.500.474	9.642
Obrigações por compras de câmbio	2.259.753	786.635
Caixa de registro e liquidação	8.780	11.524
Comissões e Corretagens a pagar	523	980
Credores conta liquidação pendentes	131.519	51.733
Provisão para participação nos lucros	213.379	99.555
Provisão para despesas de pessoal	183.544	96.732
Provisão para despesas administrativas	106.251	90.998
Comissões por intermediação de operações	40.861	15.405
Transações de cartão de crédito	381.209	287.103
Liquidações de títulos no exterior	1.920	1.050
Operações de crédito e arrendamentos a liberar	36.370	31.364
Outras (a)	342.446	209.215
Total	5.246.067	1.814.889

(a) Refere-se, basicamente, aos valores a processar oriundos do fluxo operacional da carteira de empréstimos e recebíveis.

28 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social do Banco Votorantim é representado por 103.949.376.612 ações, subscritas e inteiramente integralizadas, sendo 85.049.489.946 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e 18.899.886.666 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal.

	Ordinárias	Preferenciais
Quantidade em 31 de dezembro de 2012	<u>85.049.489.946</u>	<u>18.899.886.666</u>
Quantidade por acionista		
Votorantim Finanças	42.524.744.974	9.449.943.332
Banco do Brasil	42.524.744.972	9.449.943.334
Percentual por acionista		
Votorantim Finanças	50,00000001%	49,99999995%
Banco do Brasil	49,99999999%	50,00000005%
Outros	0,00000000%	0,00000000%

Conforme Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de junho de 2012, foi deliberado e aprovado o aumento do capital social no montante de R\$ 2.000.000, mediante a emissão de 22.410.553.662 novas ações, totalmente subscritas e integralizadas. O aumento de Capital foi homologado pelo BACEN em 29 de junho de 2012.

b. Composição das reservas

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Reservas de capital	<u>302.046</u>	<u>585.104</u>
Reservas de lucros	<u>-</u>	<u>1.383.063</u>
Reserva legal	-	421.612
Reserva de expansão	-	961.451
Total de reservas	<u>302.046</u>	<u>1.968.167</u>

Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de Capital exceder 30% do Capital Social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos.

c. Reconciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido do BRGAAP para o IFRS

	<u>2012</u>		<u>2011</u>	
	Patrimônio líquido	Resultado líquido	Patrimônio líquido	Resultado líquido
Saldo em BRGAAP	8.210.437	(1.987.773)	7.823.994	(187.446)
Receitas associadas a captação	-	-	-	93.647
Cessão de créditos com coobrigação, líquido dos efeitos tributários	(411.878)	508.592	(920.469)	(251.939)
Cessão de crédito com retenção substancial de riscos, líquido dos efeitos tributários	(3.337)	78.748	(82.085)	(62.609)
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável, líquido dos efeitos tributários	(110.911)	(280.688)	169.776	(18.862)
Usufruto de ações, líquido dos efeitos tributários	28.921	(22.593)	51.514	51.514
Perda por redução do valor recuperável em ativos financeiros disponíveis para venda	-	55.797	-	(81.861)
Apropriação de desconto - Operações de crédito, líquido dos efeitos tributários	(91.902)	(49.549)	(42.353)	(42.353)
Outros ajustes, liquidados dos efeitos tributários	14.693	31.345	13.035	(4.912)
Saldo em IFRS	<u>7.636.023</u>	<u>(1.666.121)</u>	<u>7.013.412</u>	<u>(504.821)</u>

Sumário das principais diferenças entre BRGAAP (BACEN) e IFRS:

Receitas associadas a captação - No BRGAAP, o prêmio recebido nos exercícios de 2007 e 2006, no valor total de R\$ 500.000, previsto na escritura da 3ª emissão das debêntures da controlada BV Leasing, foi registrado em Reserva de capital, conforme disposto no artigo 182 § 1º - item c, da Lei nº 6.404/76 (legislação vigente na data de emissão das debêntures). No IFRS, o prêmio é reconhecido ao longo da expectativa de vigência da captação.

Cessão de créditos - No curso de suas atividades, o Conglomerado efetua transações que resultam na transferência de ativos financeiros para terceiros e para Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios, os quais o Conglomerado possui a maioria das quotas subordinadas, na qual, os riscos de crédito destas operações são substancialmente retidos. Até 31/12/2011, no BRGAAP, as cessões de operações de crédito eram contabilizadas através do reconhecimento do resultado no momento da realização da cessão, independente da retenção ou não do risco.

Para atendimento as normas do IFRS, quando existe a cessão de ativos financeiros com retenção substancial dos riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos, esses permanecem no balanço do Conglomerado e é reconhecido um passivo em associação.

Pelo advento da Res. 3.533/08 do BACEN, a partir de 01/01/2012, as transferências efetuadas seguem o mesmo procedimento quanto ao tratamento contábil, tanto para o IFRS como para o BRGAAP, não havendo assim diferenças de práticas contábeis para o tratamento contábil das operações realizadas a partir desta data.

Provisão para perdas por redução ao valor recuperável - No BRGAAP, a provisão para créditos de liquidação duvidosa é mensurada considerando-se uma análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas seguindo as normas estabelecidas pelo BACEN. De acordo com essas normas, as provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas na classificação de risco de crédito, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade e não apenas quando da ocorrência de inadimplência. No BRGAAP, a provisão não pode ser inferior ao mínimo requerido pelas normas do regulador, mas uma provisão adicional pode ser reconhecida quando a provisão mínima é considerada insuficiente. O IAS 39 determina que a entidade deve avaliar a cada data-base se existe evidência objetiva que a operação de crédito ou grupo de operações de crédito está em situação de perda por redução do seu valor recuperável. Uma operação de crédito ou grupo de operações de crédito está em situação de perda de seu valor recuperável se existir evidência objetiva de redução ao valor recuperável como consequência de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial da operação de crédito (evento de perda) e este evento ou eventos tem impacto em seu fluxo de caixa futuro e possa ser estimado de forma confiável.

Perda por redução do valor recuperável em ativos financeiros disponíveis para venda – Conforme o IAS 39, quando um declínio no valor justo de um ativo financeiro disponível para a venda tiver sido reconhecido em outros resultados abrangentes e houver evidência objetiva de que o ativo esta com problemas de recuperabilidade, a perda acumulada que tiver sido reconhecida em outros resultados abrangentes será reclassificada do patrimônio líquido para o resultado como um ajuste de reclassificação, mesmo se o ativo financeiro não tiver sido baixado. Alguns investimentos em ações de companhias fechadas, classificadas como disponível para a venda apresentaram ajuste ao valor justo negativo por mais de um exercício.

Durante 2012, alguns investimentos foram baixados pela venda dos ativos. No evento de baixa, a perda por redução do valor recuperável que estava registrada no BRGAAP, é transferida do Patrimônio Líquido para Lucros e Prejuízos pela realização do prejuízo. No IFRS, essa realização já havia sido reconhecida e um ajuste positivo foi efetuado no período para equalização das práticas contábeis.

Usufruto de ações - As operações de usufruto de ações são contratos que dão direito ao Conglomerado Financeiro Votorantim de receber dividendos, de ações preferenciais de uma determinada companhia do mercado por um prazo determinado. O Conglomerado desembolsa um montante com a finalidade de obter tais direitos, onde a expectativa do fluxo de caixa gerado corresponde ao valor total corrigido desembolsado pelo Conglomerado Financeiro Votorantim. Ou seja, o Conglomerado receberá os juros e o principal aplicado em forma de dividendos das ações preferenciais da companhia.

A operação de usufruto de ações possui características de um ativo financeiro não-derivativo, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo.

No BRGAAP essas operações são tratadas contabilmente como ativos financeiros com taxas de juros fixas e variáveis e o valor desembolsado para o usufruto das ações, tem a sua apropriação em lucros e prejuízos em base linear enquanto os valores oriundos dos direitos de recebimento dos dividendos, são reconhecidos como receita quando da comprovação de direito.

Apropriação de desconto – O Conglomerado efetivou operação nas condições usuais de mercado, a qual dá direito à contraparte, em determinado período estipulado em contrato, de adquirir todos os riscos e benefícios sobre determinado ativo financeiro, registrado na rubrica Empréstimos e Recebíveis com desconto no valor presente do ativo financeiro, na data da transferência. O BRGAAP aplicou o tratamento do futuro desconto como impairment.

d. Ajustes de valor patrimonial reconhecidos no patrimônio líquido

	2012	2011
Saldo inicial	18.395	(53.384)
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Instituições financeiras	328.246	19.367
Instituições não-financeiras	72.436	109.903
Instrumentos Financeiros Derivativos		
- Hedge de Fluxo de Caixa	5.005	(5.005)
Efeitos tributários	<u>(116.947)</u>	<u>(52.486)</u>
Saldo final	<u>307.135</u>	<u>18.395</u>

29 Receitas de juros

	2012	2011
Adiantamentos a depositantes	95	127
Empréstimos	3.291.170	2.859.719
Títulos descontados	11.694	10.272
Financiamentos	6.357.019	7.049.297
Financiamentos a exportação	450.003	551.134
Financiamento em moeda estrangeira	30.154	24.563
Financiamentos rurais	51.035	109.876
Financiamentos imobiliários	47.679	22.669
Direitos por empréstimos de ações	-	6
Operações de câmbio	126.803	68.833
Arrendamento mercantil	363.456	657.382
Créditos por avais e fianças honrados	191	78
Aplicações operações compromissadas	1.196.690	1.725.267
Aplicações em depósitos interfinanceiros	133.199	111.303
Aplicações em moedas estrangeiras	-	38.878
Créditos cedidos	2.037.847	2.470.686
Usufruto de ações de cias fechadas	32.677	44.298
Outros	<u>337.407</u>	<u>823.613</u>
Total	<u>14.467.119</u>	<u>16.568.001</u>

30 Despesas de juros

	2012	2011
Operações compromissadas	(2.999.309)	(4.006.056)
Despesas com cessionários	(784.253)	(1.382.693)
Depósitos interfinanceiros	(276.208)	(183.358)
Depósitos a prazo	(1.793.449)	(2.841.357)
Empréstimos no país	(1.321)	(1.317)
Empréstimos no exterior	(355.883)	(409.445)
Repasses Tesouro Nacional	(7.615)	(6.522)
Repasses BNDES	(213.418)	(257.262)
Repasses FINAME	(107.862)	(152.752)
Obrigações c/ Instituições Financeiras no exterior	(109.191)	(84.127)
Debêntures	(206.004)	(600.870)
Recursos de Letras de Crédito Imobiliário	(5.552)	(370)
Recursos de Letras de Crédito Agronegócio	(152.024)	(165.135)
Letras Financeiras	(1.052.978)	(765.578)
Box de opções - estratégia de renda fixa	(145.152)	(218.586)
Obrig. por TVM no exterior	(1.671.734)	(1.541.536)
Outros	<u>(36.595)</u>	<u>(32.120)</u>
 Total	 <u>(9.918.548)</u>	 <u>(12.649.084)</u>

31 Resultado de serviços e comissões

	2012	2011
Tarifas bancárias	528.772	559.741
Rendas de garantias prestadas	170.635	361.104
Administração de fundos de investimento	138.676	125.942
Comissões sobre colocação de títulos	80.157	62.031
Corretagens de operações em bolsa	22.206	32.051
Rendas de cobrança	12.748	11.189
Resultado de Comissões de Interm. de operações (a)	(488.956)	146.026
Assessoria Técnico / Financeira	(694.794)	(721.025)
Custos associados	(411.314)	(1.263.250)
Emolumentos judiciais e cartorários	(263.352)	(121.162)
Transações de cartão de crédito	(22.839)	5.203
Outros	<u>(291)</u>	<u>257</u>
 Total	 <u>(928.352)</u>	 <u>(801.893)</u>

- (a) Os saldos referem-se às despesas de comissões no montante de R\$ 584.732 (R\$ 160.770 em 2011) e receitas de ressarcimento de comissões no montante de R\$ 95.776 (R\$ 306.796 em 2011).

32 Resultado de ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	2012	2011
Ativos financeiros	3.852.165	3.057.715
Passivos financeiros	(444.743)	(98.205)
Empréstimos e recebíveis	580.766	487.344
	<hr/>	<hr/>
Total	<u>3.988.188</u>	<u>3.446.854</u>

33 Resultado de instrumentos financeiros derivativos

	2012	2011
Contratos de <i>swap</i>	(93.644)	(62.188)
Contratos a termo	(1.281)	2.521
Contratos de futuros	(1.774.417)	(1.408.274)
Contratos de opções	46.167	26.286
Contratos de NDF	19.078	18.556
Derivativos de crédito	37.150	40.605
Outros	23.398	54.027
	<hr/>	<hr/>
Total	<u>(1.743.549)</u>	<u>(1.328.467)</u>

34 Outros resultados operacionais

	2012	2011
Ganhos de capital	23.626	46.645
Correção monetária de depósitos judiciais	30.675	48.120
Provisão para passivos contingentes	(473.448)	(103.517)
Indenizações cíveis	(217.373)	(84.666)
Depósitos judiciais	(5.521)	-
Desvalorização de outros valores e bens	(5.194)	-
Outras	(87.854)	(357.363)
	<hr/>	<hr/>
Total	<u>(735.089)</u>	<u>(450.781)</u>

35 Resultado de perdas por redução ao valor recuperável

	2012	2011
(Constituições)/reversões de provisão para perdas	(5.932.196)	(4.211.719)
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	252.707	188.232
	<hr/>	<hr/>
Total	<u>(5.679.489)</u>	<u>(4.023.487)</u>

36 Despesas de pessoal

	2012	2011
Honorários	(18.718)	(26.662)
Benefícios	(146.727)	(139.447)
Encargos sociais	(185.700)	(184.422)
Proventos	(622.145)	(503.191)
Treinamentos	(5.484)	(4.928)
	<u>(978.774)</u>	<u>(858.650)</u>
Total	<u>(978.774)</u>	<u>(858.650)</u>

37 Outras despesas administrativas

	2012	2011
Água, energia e gás	(5.120)	(5.204)
Aluguéis	(135.561)	(133.605)
Arrendamento de bens	(3.997)	(4.353)
Comunicações	(80.454)	(101.454)
Contribuições filantrópicas	(8.086)	(2.683)
Manutenção e conservação de bens	(14.201)	(17.183)
Material	(2.409)	(4.632)
Processamento de dados	(169.204)	(152.250)
Promoções e relações públicas	(5.711)	(16.222)
Propaganda e publicidade	(3.350)	(10.211)
Publicações	(1.220)	(1.000)
Seguros	(13.352)	(12.161)
Serviços do sistema financeiro	(2.227)	(692)
Serviços de terceiros	(13.385)	(17.274)
Vigilância e segurança	(3.553)	(5.604)
Transportes	(15.975)	(24.151)
Viagens	(10.467)	(34.821)
Serviços técnicos especializados	(563)	(27)
Outras	(16.252)	(14.021)
	<u>(505.087)</u>	<u>(557.548)</u>
Total	<u>(505.087)</u>	<u>(557.548)</u>

38 Despesas de depreciação e amortização

	2012	2011
Amortização	(8.134)	(16.736)
Depreciação	(21.309)	(20.466)
	<u>(29.443)</u>	<u>(37.202)</u>
Total	<u>(29.443)</u>	<u>(37.202)</u>

39 Despesas tributárias

	2012	2011
ISS	(50.042)	(65.963)
PIS	(54.460)	(54.262)
COFINS	(335.140)	(314.698)
Outros	<u>(73.719)</u>	<u>(145.345)</u>
Total	<u>(513.361)</u>	<u>(580.268)</u>

40 Resultado na alienação de ativos não correntes para a venda

	2012	2011
Alienação de bens	(145.255)	(105.282)
Alienação de investimentos	<u>-</u>	<u>84</u>
Total	<u>(145.255)</u>	<u>(105.198)</u>

41 Despesas de impostos e contribuições sobre a renda

a. Encargos devidos sobre as operações

	2012	2011
Lucro antes do imposto de renda, da contribuição social das participações	<u>(2.728.202)</u>	<u>(1.228.936)</u>
Encargos à alíquota nominal vigente	<u>1.091.281</u>	<u>491.574</u>
Exclusões/(adições)	<u>(2.380.515)</u>	<u>(604.227)</u>
Prejuízo fiscal de IR	110.930	(22.680)
Base negativa de CS	33.760	19.113
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros	(125.180)	(130.938)
Ajuste ao valor justo de derivativos	(257.622)	(253.240)
Ajuste ao valor justo de empréstimos e recebíveis	279.936	259.469
Participações no lucro	40.536	74.064
Provisão para perdas na redução ao valor recuperável	(1.718.807)	(867.217)
Provisões	(188.145)	(91.043)
Derivativos - Regime de caixa	(182)	(7.525)
Obrigações legais	(468.426)	-
Superveniência/Insuficiência de depreciação	(170.317)	102.204
Resultado de dependências no exterior	-	(43.945)
Adições permanentes e incentivos fiscais	174.273	261.988
Outros	<u>(91.271)</u>	<u>95.523</u>
Impostos e contribuições sobre a renda correntes	<u>(1.289.234)</u>	<u>(112.653)</u>

b. Imposto sobre a renda diferidos com efeito sobre o resultado

Ativos tributários diferidos	2012	2011
Adições/(exclusões)		
Prejuízo fiscal de IR	(110.930)	50.146
Base negativa de CS	(33.760)	(2.634)
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros	124.519	53.803
Ajuste ao valor justo de derivativos	260.258	103.016
Participações no lucro	100.083	-
Obrigações legais	468.426	-
Provisão para perdas na redução ao valor recuperável	1.731.625	867.217
Provisões	191.360	91.043
Derivativos - Regime de caixa	-	(1.600)
Insuficiência de depreciação	51.095	(268.250)
Outros	22.115	4.799
	<hr/>	<hr/>
Total	<u>2.804.791</u>	<u>897.540</u>

Passivos tributários diferidos	2012	2011
Adições/(exclusões)		
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros	5.158	76.364
Ajuste ao valor justo de derivativos	(2.635)	150.224
Ajuste ao valor justo de empréstimos e recebíveis	(279.935)	(259.470)
Derivativos - Regime de caixa	182	9.124
Superveniência/Insuficiência de depreciação	119.222	166.045
	<hr/>	<hr/>
Total	<u>(158.008)</u>	<u>142.287</u>

42 Partes relacionadas

a. Sumário das transações com partes relacionadas

Os saldos das operações ativas, passivas, de receitas e despesas envolvendo partes relacionadas são os seguintes:

	<u>Banco do Brasil (a)</u>		<u>Votorantim (b)</u>		<u>Controladas</u>	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Ativos						
Caixa e equivalente de caixa	34.691	854.187	-	-	-	39.817.150
Ativos financeiros	-	-	-	-	23.042.927	20.299.006
Ativos finan. com acordo de revenda	-	-	-	-	36.758.158	-
Empréstimos e recebíveis	1.161.033	-	(608)	(9.384)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	3.015	481.643	6.264	9.656	1.067.643	532.630
Outros ativos	-	-	6	-	-	379

	Banco do Brasil (a)		Votorantim (b)		Controladas	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Passivos						
Depósitos	25.635	267.408	310.587	228.404	575.890	333.247
Passivos fin. custo amortizado	74.997	72.131	359.707	307.281	3.189.889	-
Pass. fin. assoc. a ativos transferidos	9.701.002	16.514.998	-	-	-	-
Títulos emitidos	-	-	6.347	-	-	-
Empréstimos e repasses	-	1.547.155	-	-	-	-
Instrumentos finan. derivativos	154.247	1.064.760	947.902	1.755.141	21.041.020	21.397.652
Outros passivos	-	-	-	-	3.722	508
Receitas						
Receitas de juros	927.442	432.627	-	2.811	-	12
Receitas de serviços e comissões	129	-	-	-	-	-
Res. instru. fin. ao valor justo	8.016	262.514	-	-	5.389.953	195.482
Instrum. financeiros derivativos	-	5.197	885	-	-	6.657.207
Despesas						
Despesas de juros	(896.515)	179.489	(11.574)	91.201	(328.496)	(6.786.446)
Despesas de serviços e comissões	-	-	-	-	(4.906)	-
Res. instru. fin. ao valor justo	-	-	-	(39)	-	-
Instrum. financeiros derivativos	(313.435)	-	-	-	(1.486.908)	-
Outras despesas operacionais	-	-	-	-	-	(11.114)
Outras despesas administrativas	(6.663)	-	-	-	-	-

(a) Banco do Brasil - Compreendem as empresas que compõem o Conglomerado Financeiro Banco do Brasil, sendo as principais Banco do Brasil S.A.

(b) Votorantim - Compreendem as empresas que compõem o Conglomerado Industrial Votorantim, sendo as principais Votorantim Finanças S.A. e Votorantim Industrial S.A.

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

b. Remuneração de pessoal-chave da Administração

O Conglomerado Votorantim despendeu os seguintes montantes como remuneração às pessoas-chave da Administração:

	2012	2011
Honorários	18.592	26.662
Gratificações	98.663	55.568
Encargos sociais	35.763	25.080
Total	<u>153.018</u>	<u>107.310</u>

43 Segmentos operacionais

Um segmento operacional é um componente do Conglomerado que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes do Conglomerado.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos, despesas da sede e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

O Conglomerado possui dois segmentos divulgáveis, conforme descrito abaixo, que são as unidades de negócio estratégicas do Conglomerado. As unidades de negócio estratégicas oferecem diferentes produtos e serviços e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias e estratégias de marketing. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis do Conglomerado:

- **Varejo** - Operações com característica de concessão de crédito direto ao consumidor, cessões de crédito, e remuneração do capital;
- **Atacado** - Operações com característica de concessão de crédito, operações estruturadas direcionadas ao segmento não varejo. Aplicação em ativos financeiros, como: Títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos, financiamento aos agronegócio, receitas de serviços e administração de recursos de terceiros;

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável estão incluídas abaixo. O desempenho é avaliado com base no lucro do segmento antes do imposto de renda e contribuição social.

<i>Em R\$ Milhões</i>	2012	
	Varejo	Atacado
Receitas e Despesas Financeiras	2.803	1.777
Provisão para perdas por redução do valor recuperável	(4.545)	(546)
Receita de prestação de serviços	-	314
Despesas administrativas e de pessoal	(767)	(493)
Despesas tributárias	(312)	(184)

44 Gerenciamento de Riscos

Gestão integrada de riscos

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

A consolidação dos riscos abrange todas as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, agrupados nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de

crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados nas atividades diárias do Conglomerado, através de um processo organizado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

O retorno financeiro é apurado através de processos que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados.

Em síntese, o Conglomerado adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- Visão consolidada de riscos;
- Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
- Segregação funcional entre áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
- Adoção de metodologias de cálculo de riscos em função das melhores práticas de mercado;
- Envolvimento da Alta Administração.

Atividades de gerenciamento de riscos

O Conglomerado utiliza um enfoque estruturado para a padronização das atividades de gerenciamento de riscos. Estas atividades compreendem as seguintes etapas:

- Identificação de riscos e controles;
- Avaliação e mensuração de riscos e controles;
- Análise de vulnerabilidades de controles;
- Definição do nível de exposição a riscos;
- Implantação de respostas aos riscos;
- Definição de indicadores de desempenho;
- Monitoramento de histórico destes indicadores; e
- Reporte das informações para a estrutura de governança.

Políticas, normas, manuais e procedimentos

O processo de gerenciamento de riscos conta com um conjunto de documentos que estabelece as principais diretrizes que devem ser observadas nas atividades de gerenciamento de riscos. O nível de detalhamento destes normativos está estruturado em função do objetivo de cada documento e organizado conforme a hierarquia apresentada a seguir:

- Políticas Corporativas: princípios e diretrizes fundamentais estabelecidas pelo nível máximo da hierarquia e aplicadas para toda a organização e que norteiam as demais normas, procedimentos e manuais de produtos e serviços;
- Normas: regras estabelecidas para definir as atividades e a forma como os procedimentos são organizados, aprofundando os aspectos abordados nas políticas corporativas;
- Procedimentos: regras operacionais estabelecidas para descrever as atividades e as etapas de sua execução, detalhando os aspectos abordados nas normas; e
- Manuais de Produtos, Serviços, Sistemas e de Modelagens de Cálculo: conjunto de documentos que compilam as principais características sobre a estruturação dos produtos, serviços, sistemas e metodologias de cálculos utilizados.

Estes normativos estão publicados para consulta interna do Conglomerado, no Portal Corporativo (intranet), e são revistos e atualizados com periodicidade mínima anual, ou quando houver mudanças significativas nos objetivos e estratégias do negócio ou mudanças significativas no enfoque e na metodologia de gestão do risco.

Comitês de gestão e controle de riscos

O Conglomerado possui uma estrutura de Governança Corporativa que estabelece fóruns colegiados, formalmente organizados e com delegação de alçadas, para o acompanhamento e tomada de decisões dos vários aspectos inerentes à gestão e controle do Conglomerado para assuntos relacionados ao gerenciamento de riscos.

A governança está organizada em dois níveis complementares de alçada: a primeira é composta pelo Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, e envolve os acionistas; a segunda é composta pelo Comitê Executivo e seus Comitês, Comissões e Subcomissões Operacionais e envolve as lideranças executivas do Conglomerado.

Os Comitês, Comissões e Subcomissões estão formalmente constituídos em normativos internos, que estabelecem seus respectivos objetivos e atribuições, composição e membros votantes, e regras para deliberações.

As obrigações do Conselho de Administração estão formalizadas no Estatuto Social do Conglomerado Votorantim S.A.

A estruturação destes fóruns colegiados segue a seguinte hierarquia:

- Comitês: fóruns de decisão em esfera macro e de ratificação de decisões estabelecidas nas comissões. São compostos pelo presidente, vice-presidentes e diretores das áreas envolvidas;

- Comissões: fóruns de análise de um determinado grupo de assuntos e de ratificação das decisões das subcomissões, com reporte ao respectivo comitê. São compostos por diretores, superintendentes e gerentes das áreas envolvidas;
- Subcomissões: fóruns de tratamento de assuntos especificamente técnicos e com reporte à respectiva comissão. São compostos por diretores, superintendentes e gerentes das áreas envolvidas.

Nesse contexto, o gerenciamento de riscos do Conglomerado é realizado por decisões colegiadas, apoiando-se nas diversas comissões e comitês, conforme sua atribuição. Esse processo conta com a participação de todas as instâncias decisórias de Governança Corporativa que compreende desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios, operacionais, produtos e serviços. Os fóruns envolvidos na gestão de risco estão detalhados a seguir:

Conselho de administração

- Atribuições: entre outras responsabilidades registradas no Estatuto, destacam-se a aprovação de desenvolvimento de novos negócios, a aprovação de políticas de concessão de crédito e de risco de mercado e a avaliação de determinadas operações, em razão de sua natureza e valor financeiro envolvido;
- Periodicidade: mensal.

Comitê de assessoramento - finanças

- Atribuições: assessoramento técnico ao Conselho de Administração e suporte no estudo prévio de quaisquer matérias que este julgar necessárias;
- Periodicidade: mensal.

Comitê de produtos e marketing

- Atribuições: assessoramento técnico ao Conselho de Administração em assuntos relativos a produtos e *marketing*, incluindo o plano de negócios, estratégias e novas oportunidades de negócio;
- Periodicidade: trimestral.

Comitê de auditoria

- Atribuições: aprovação do planejamento anual e acompanhamento dos trabalhos de auditoria interna, de avaliação de aderência aos normativos internos e aos dispositivos legais, de verificação da integridade das demonstrações contábeis e da efetividade das atividades de gerenciamento de risco e acompanhamento dos trabalhos realizados pela auditoria externa;
- Periodicidade: mensal.

Comitê executivo

- Atribuições: acompanhamento do desempenho geral do Conglomerado, do contexto do mercado e de temas abordados nos comitês e comissões operacionais e deliberação sobre questões que exigem a participação da Alta Administração;
- Periodicidade: semanal.

Comitê de ALM, riscos e capital

- Atribuições: encaminhamento ao Conselho de Administração e ao Comitê Executivo de propostas relativas a gerenciamento e controle de riscos e gestão de capital, avaliação de operações estratégicas que possam gerar impactos relevantes ao consumo ou à base de capital, análise das propostas de limites, metas e estrutura ótima para gestão do capital, gerir a reserva de segurança para garantir que o capital se mantenha em níveis regulatórios adequados e análise e ratificação das decisões das Comissões subordinadas (Risco Mercado, Risco de Liquidez, Risco de Crédito, Risco Operacional, Gestão de Capital e *Banking*);
- Periodicidade: quinzenal

Comissão de risco de crédito

- Atribuições: definição do nível de provisionamento das operações de crédito frente à inadimplência, definir as estratégias e políticas para as operações e a carteira de crédito, aprovação das metodologias de mensuração do risco de crédito e do estabelecimento de provisões para devedores duvidosos, estabelecimento e monitoração dos limites de risco de crédito em níveis acordados com a Alta Administração, definição da estrutura de Comitês e alçadas de aprovação de limites de crédito, alocação do capital econômico com os riscos incorridos, coordenação de testes de estresse das carteiras, proposição de mudanças no portfólio de alocação de riscos de crédito.
- Periodicidade: trimestral.

Comissão de risco operacional

- Atribuições: análise e validação de ações para a correção de fragilidades ou para o aprimoramento do sistema de gerenciamento de riscos, acompanhamento dos processos relacionados ao gerenciamento de risco operacional e de controles internos, de prevenção à lavagem de dinheiro e dos planos de continuidade do negócio e acompanhamento da implantação dos planos de ação de melhorias;
- Periodicidade: mensal.

Comissão de risco de mercado

- Atribuições: avaliação das exposições a riscos de mercado e acompanhamento de limites de exposição dos principais riscos de mercado da carteira *trading*;
- Periodicidade: mensal.

Subcomissão de precificação de ativos

- Atribuições: avaliação técnica de metodologias de construção de curvas de juros, marcação a mercado e de marcação a modelo de produtos, deliberação sobre os modelos de apreamento e sobre a padronização de cálculos e metodologias adotadas;
- Periodicidade: mínima mensal;
- Subordinada à Comissão de Risco de Mercado.

Subcomissão de cenários

- Atribuições: criação e atualização de cenários macroeconômicos para risco de mercado e para fins de limites operacionais e alocação de capital, avaliação da consistência teórica e empírica das premissas adotadas;
- Periodicidade: mensal ou extraordinária;
- Subordinada à Comissão de Risco de Mercado.

Comissão de gestão de capital

- Atribuições: definição de estratégias para gestão, monitoramento e controle de capital, análise das simulações e projeções de capital, proposição de limites e de planos de contingência de capital e planejamento de metas de capital;
- Periodicidade: mensal.

Comissão de liquidez

- Atribuições: avaliação a exposições a riscos de liquidez e dos cenários de estratégias de caixa, acompanhamento e revisão dos limites mínimos de caixa e monitoramento e atualização do plano de contingência de captação;
- Periodicidade: quinzenal.

Comissão de banking

- Atribuições: avaliação da estrutura de balanço, deliberação de estratégias, definição e acompanhamento de métricas relacionadas ao risco de taxa de juros e proposição de limites para as carteiras;
- Periodicidade: quinzenal.

Comitê de produtos

- Atribuições: avaliação e aprovação para o desenvolvimento de novos produtos, acompanhamento da implementação de novos produtos, acompanhamento da implementação de melhorias e da manutenção dos produtos existentes;
- Periodicidade: semanal.

a. Risco de mercado

É objetivo do controle de risco de mercado apoiar a gestão do negócio, estabelecer os processos e implementar as ferramentas necessárias para avaliação e controle dos riscos de mercado, possibilitando a mensuração e acompanhamento dos níveis de tolerância ao risco definidos pela Alta Administração.

Definições

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas pelo Conglomerado. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação das taxas de juros, das paridades cambiais, dos preços de ações e de *commodities*.

A principal ferramenta utilizada para a mensuração de riscos de mercado é o VaR (Valor em Risco).

Princípios básicos

Os princípios básicos que são observados pelo Conglomerado na gestão e controle de riscos de mercado estão em conformidade com a Resolução 3.464 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e as melhores práticas de mercado:

- Envolvimento da Alta Administração: os comitês e comissões existentes estão estruturados com o objetivo de envolver a Alta Administração na supervisão global da tomada de riscos;
- Segregação de carteiras: para efeito da gestão e do controle consolidado do risco de mercado das exposições, as operações são segregadas em dois tipos de carteiras, conforme a sua estratégia de negócio: carteira de negociação (*trading*) ou carteira de não negociação (*banking*);
- Independência de funções: segregação de funções entre as áreas responsáveis pela execução de operações e a definição de estratégias de negócio, e as áreas encarregadas pela sua contabilização, pelo controle de riscos, *compliance* e controles internos e auditoria, está estruturada com o objetivo de garantir independência e autonomia na condução das atribuições inerentes a cada função;
- Definição de atribuições: definição clara dos processos e do leque de atividades de cada função envolvida na gestão e controle de riscos de mercado está estruturada com o objetivo de possibilitar uma gestão operacional organizada e eficiente;
- Definição de metodologias de precificação e cálculo de riscos: para efeito do controle de riscos são adotadas metodologias estruturadas, de utilização corporativa mandatória, baseadas em melhores práticas de mercado;

- Estabelecimento de limites: definição clara e objetiva dos limites autorizados de risco, com base nas medidas de riscos, está estruturada com o objetivo de inserir nas atividades diárias os níveis de tolerância a risco definidos pela instituição;
- Monitoramento de limites: definição do processo de acompanhamento e reporte do nível de utilização dos limites autorizados.

Áreas envolvidas

As funções de gerenciamento de risco de mercado compreendem um conjunto de atividades funcionais que permeiam toda a cadeia de negócio, desde o desenvolvimento de produtos, a negociação de operações, a modelagem e o controle de risco de mercado e de resultado e a formalização, contabilização e liquidação de operações, bem como o acompanhamento da efetividade dos processos e controles utilizados.

Tais funções são desempenhadas por unidades funcionais formalmente constituídas, com equipes tecnicamente capacitadas, sob gestão segregada, e com atribuições claramente definidas, conforme apresentado a seguir:

Controle de risco de mercado

- Responsável pelas metodologias e modelagem de precificação e de cálculo de risco de mercado e pela captura independente dos preços utilizados;
- Responsável pela apuração dos valores em risco e do capital alocado e pelo monitoramento de limites autorizados.

Tesouraria

- Responsável pela execução da negociação de operações com o mercado, buscando sempre o preço justo e a conformidade destas operações;
- Responsável pelo acompanhamento das oportunidades e tendências de mercado, a gestão das exposições em risco, observando as estratégias definidas e os limites autorizados.

Operações

- Responsável pela confirmação independente, pela formalização, pelo registro e contabilização, pela liquidação de operações e pela garantia da abrangência, consistência, integridade e confiabilidade das bases de dados.

Medidas e limites de risco para gestão e controle

O Conglomerado adota um conjunto de medidas objetivas para gestão e controle de riscos de mercado:

- VaR (Valor em Risco): compreende a apuração, com base em técnicas estatísticas, da perda máxima em valor de mercado, em condições normais, de uma determinada posição ou carteira, dado um grau de certeza estatística (nível de confiança) e um determinado horizonte de tempo;

- Cenários de estresse: compreendem simulações do impacto nas posições ou carteiras decorrente de condições extremas de mercado, que possam produzir perdas ou ganhos extraordinários;
- Capital Regulatório de Risco de Mercado: compreende o capital regulatório apurado em decorrência das exposições das carteiras de negociação e não-negociação;
- Análises de Sensibilidade: compreendem simulações de sensibilidade nos resultados das carteiras em função da alteração de posições e/ou pequenas oscilações nas condições de mercado; e
- Posições e Carteiras: compreendem o acompanhamento de volume de exposições brutas ou líquidas.

As medidas de risco são utilizadas em conjunto com limites para a gestão do risco de mercado. Estes limites compreendem a definição dos valores máximos autorizados, em aderência às estratégias adotadas, ao leque de operações e produtos com negociação autorizada e consistentemente às premissas e metas orçamentárias.

Existem dois tipos de limites, conforme alçada de decisão:

- Limites Superiores: limites máximos autorizados na alçada do Conselho de Administração;
- Limites Operacionais: limites internos autorizados na alçada do Comitê de ALM, Riscos e Capital e da Comissão de Risco de Mercado, sempre observando os limites Superiores.

O estabelecimento de limites tem por base o apetite de risco e é definido de tal forma a possibilitar, de forma pragmática, o cumprimento das metas de *performance* financeira pretendidas. Os limites e as metas são compatibilizados por ocasião da programação orçamentária.

Os valores estabelecidos nos limites são atualizados e revistos, com periodicidade mínima anual, juntamente com programação orçamentária.

Segregação de carteiras

Para fins da gestão e o controle consolidado do risco de mercado das exposições, as operações são segregadas em dois tipos de carteiras, de acordo com a sua estratégia de negócio: carteira de negociação ou carteira de não negociação.

A carteira de negociação abrange todas as operações, instrumentos financeiros, mercadorias ou derivativos, detidas com a intenção de negociação, ou giro, ou destinadas a *hedging* de outras operações integrantes da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade.

Os principais mecanismos que são adotados pelo Conglomerado para a segregação de carteiras são:

- segregação de operações é feita com base na intenção das estratégias de negócio, capturadas no momento da negociação, refletindo a gestão pró-ativa da tesouraria, podendo estas ser classificadas como de negociação ou não negociação;

- condições para classificação de negociação: intenção de negociação no curto prazo, precisam ter liquidez, serem marcadas a mercado diariamente e observar enquadramento aos prazos de giro e de carregamento definidos; e
- composição da carteira de não negociação: inclui demais operações, instrumentos financeiros, mercadorias ou derivativos, que, por exclusão, não são detidas com a intenção exclusiva de negociação no curto prazo.

Carteira de Negociação – Metodologia de Mensuração de Risco

A carteira de negociação é composta pelas operações que o Banco possui e que estão disponíveis para negociação.

Para a mensuração do risco da carteira de negociação, o Banco adota metodologia de VaR por Simulação Histórica, com Nível de Confiança de 99% e janela de 252 retornos, considerando um *holding period* de 10 dias úteis.

A tabela abaixo apresenta o VaR mínimo, médio e máximo da carteira de negociação.

Período	Mínimo	Médio	Máximo
Janeiro a Dezembro/ 2012	8.573	42.658	115.210
Julho a Dezembro/ 2011	24.930	80.556	228.981

Carteira de Não Negociação - Metodologia de Mensuração de Risco

A carteira de não negociação é composta pelas exposições estruturais, decorrentes da concessão e manutenção das operações de crédito, propriamente ditas, e das captações, que provêm funding para estas operações de crédito, independentemente dos prazos e moedas das operações ou de suas segmentações comerciais (varejo, *middle* ou *corporate*). Também são consideradas na carteira de não negociação as operações destinadas a *hedging* do Patrimônio ou das operações de crédito ou de captação integrantes da carteira de não negociação.

Esta carteira é também conhecida como a carteira estrutural, por compreender a gestão estrutural dos descasamentos entre ativos e passivos.

Para a mensuração do risco da carteira de não negociação, o Banco adota metodologia de VaR por Simulação Histórica, com Nível de Confiança de 99%, janela de 1260 retornos e *holding period* de 10 dias úteis. A metodologia adota os preceitos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN), por meio da Circular 3.365, de 12.09.2007.

O Conglomerado utiliza premissas conservadoras para a liquidação antecipada de empréstimos e depósitos que não possuam vencimento definido:

- no caso de empréstimos, assume-se a data final de liquidação de contrato, não havendo qualquer modelagem estatística para a cenarização da antecipação do recebimento dos valores devidos;
- no caso de depósitos com liquidez diária, como é o caso das captações compromissadas, realizadas através de compromissos de recompra, assume-se a data a partir da qual é possível o resgate (antecipação da liquidação); e

- no caso de depósitos à vista, cujas posições não são materialmente relevantes, assume-se o primeiro dia útil subsequente, à data base de cálculo, para seu vencimento.

A tabela abaixo apresenta o VaR mínimo, médio e máximo da carteira consolidada.

Período	Mínimo	Médio	Máximo
Janeiro a Dezembro/ 2012	383.670	492.488	593.157
Julho a Dezembro/ 2011	218.737	333.597	508.866

Sistemas de mensuração e processo de comunicação

O Conglomerado adota sistemas corporativos para mensuração e controle de riscos de mercado, combinando aplicativos desenvolvidos internamente com soluções de mercado, de atestada robustez. Estes sistemas compreendem o tratamento integrado de informações, de forma seqüenciada:

- a captura de preços e curvas de fontes independentes de mercado, refletindo parâmetros das condições efetivamente praticadas para negociação;
- a captura do registro das operações negociadas e de seus dados cadastrais;
- a atualização e o arquivamento contínuo destas informações em bases de dados estruturadas, com monitoramento de sua integridade e consistência contábil;
- a apuração dos valores a mercado de posições, para fins contábeis, do acompanhamento gerencial de posições e de performance financeira realizada; e
- o cálculo dos valores em risco, seguindo a metodologia de VaR.

Complementarmente, o Conglomerado adota processo estruturado para a comunicação dos assuntos relacionados ao gerenciamento de riscos de mercado. Este processo de comunicação compreende:

- a emissão periódica de relatórios objetivos, nos quais são apresentadas as exposições e demonstrados os níveis de utilização de limites autorizados;
- a realização periódica dos fóruns colegiados de acompanhamento, em observância às alçadas decisórias e nos quais são debatidos de forma participativa os assuntos em pauta; e
- a emissão de mensagens eletrônicas específicas para reporte e monitoramento de ocorrências de extrapolação de limites ou de desenquadramento de operações, nas quais são identificadas posições e os gestores responsáveis.

Comunicação de extrapolação de limites e desenquadramento de operações

O procedimento adotado para o monitoramento da utilização de limites ou do desenquadramento de operações compreende duas etapas: (i) de comunicação e (ii) de re-enquadramento.

Comunicação:

- Para comunicação são utilizadas mensagens padrão de Alerta de Utilização, indicando níveis pré-estabelecidos de gatilho na utilização de limites, e de Extrapolação de Limite, indicando ocorrência de exposições superiores ao risco autorizado, são encaminhadas por meio eletrônico.

Re-enquadramento:

- Eventual extrapolação de limites ou desenquadramento de operações implica obrigatoriamente na execução de estratégias de negociação para re-enquadramento aos limites autorizados e redução dos valores utilizados.
- Estas estratégias são de responsabilidade dos gestores de negócio, considerando as condições do mercado, e acompanhadas na Comissão de Risco de Mercado subsequente.

Políticas e estratégias de *hedge*

As operações de *hedge* têm o objetivo de neutralizar, total ou parcialmente, os riscos de mercado e/ou de crédito incidentes sobre as exposições de negociação e não negociação, em observância às estratégias definidas e ao nível estabelecido de tolerância ao risco. No caso da carteira de não negociação, o Conglomerado adota políticas e estratégias para a negociação de operações de *hedge* com o objetivo de mitigar os riscos de mercado escriturais e estruturais do balanço. A exposição escritural de balanço compreende a gestão e controle dos impactos contábeis decorrentes da natureza intrínseca de operações, produtos, carteiras, ou da flutuação da paridade de conversão de investimentos ou participações societárias e a exposição de mercado estrutural compreende a gestão e controle dos impactos econômicos decorrentes do risco de mercado incidente sobre a carteira de não negociação.

Para tanto são negociados instrumentos financeiros, mercadorias ou derivativos, com o objetivo de neutralizar, total ou parcialmente, os riscos de mercado incidentes sobre as exposições, em observância às estratégias definidas e ao nível estabelecido de tolerância ao risco.

Todo e qualquer instrumento financeiro, mercadoria ou derivativo pode ser considerado e utilizado como instrumento de *hedge*, desde que configurem produtos cuja negociação tenha sido previamente autorizada e cujo desempenho financeiro esperado atenda aos objetivos pretendidos com a estratégia de mitigação de riscos de mercado.

Estes produtos podem ser padronizados, negociados via câmaras de liquidação, ou não padronizados, negociados via mercado de balcão. O Conglomerado faculta a utilização de um ou mais instrumentos para execução do *hedge*, ou uma proporcionalidade dos mesmos, tendo em vista os riscos a serem cobertos.

No caso da execução de *hedge* através da negociação de derivativos, o Conglomerado pode usar uma estratégia de *duration*, de *hedge* de fluxo de caixa, de decomposição dos fatores de risco nos vértices que possuam liquidez, ou outra estratégia específica, levando-se sempre em consideração a dinâmica de formação do preço do instrumento e da estratégia especificamente selecionada, de tal forma que seja verificada sua liquidez de mercado e, portanto, garantida a prática do preço justo e sua representatividade ao longo da vida útil da estratégia de *hedge*.

Análises de Sensibilidade

O Banco Votorantim utiliza duas metodologias de análise de sensibilidade das suas exposições.

Análise 1 – Inicialmente, utiliza como método a aplicação de choques paralelos nas curvas dos fatores de risco mais relevantes. Tal método tem como objetivo simular os efeitos no resultado do Conglomerado diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas no mercado. Para efeito de simulação, são considerados dois cenários eventuais, nos quais o fator de risco analisado sofreria um aumento ou uma redução da ordem de 100 pontos base.

Análise 2 – São realizadas simulações que medem o efeito dos movimentos das curvas de mercado e dos preços sobre as exposições mantidas pelo Conglomerado, tendo como objetivo simular os efeitos no resultado diante de três cenários específicos, conforme apresentado a seguir:

- Cenário 1 - Consiste no cenário provável de mercado para os fatores de risco, na concepção da instituição.
- Cenário 2 - Cenário com choque de 25% sobre o cenário provável de mercado (Cenário 1), conforme norma interna de precificação de ativos e análise econômica, consistente com as melhores práticas de mercado.
- Cenário 3 - Cenário com choque de 50% sobre o cenário provável de mercado (Cenário 1), conforme norma interna de precificação de ativos e análise econômica, consistente com as melhores práticas de mercado.

Com relação aos efeitos da aplicação do método sobre as carteiras do Banco, apresentamos duas situações distintas:

- i. Para as operações classificadas na carteira de Negociação, composta por operações com intenção de negociação, os possíveis efeitos dos movimentos nas taxas de juros e preços praticadas no mercado geram impacto direto no resultado do Conglomerado; e
- ii. Para as operações classificadas na Carteira de Não Negociação, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças em taxa de juros e preços praticados no mercado, não representam impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do Conglomerado. Isto porque esta carteira é composta, majoritariamente, por operações de créditos (créditos diretos ao consumidor, agronegócios, capital de giro etc.), captações de varejo (depósitos à vista, a prazo e de poupança) e títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas na contratação das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessas carteiras apresentarem como principal característica a classificação contábil disponível para venda e, portanto, os efeitos das oscilações em taxa de juros ou preços são refletidos no Patrimônio Líquido e não no resultado. Há também operações atreladas naturalmente a outros instrumentos (*hedge natural*), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse.

Nos quadros a seguir, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação, composta por títulos públicos e privados, instrumentos financeiros derivativos e recursos captados por meio de operações compromissadas, e de Não Negociação, apresentando os valores observados em cada data base:

Análise de Sensibilidade 1 – Carteira de Negociação

Fator de risco	Conceito	Choque da taxa básica de juros			
		2012		2011	
		+ 100 bps	- 100 bps	+ 100 bps	- 100 bps
Taxa prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	(2.679)	2.673	(44.468)	46.158
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	(99)	89	(18.249)	21.422
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	-	-	-	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	228	(222)	726	(709)
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	-	-	-	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	-	-	-	-

Análise de Sensibilidade 1 – Carteira de Negociação e Não Negociação

Fator de risco	Conceito	Choque da taxa básica de juros			
		2012		2011	
		+ 100 bps	- 100 bps	+ 100 bps	- 100 bps
Taxa prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	(41.564)	41.739	(432.265)	448.240
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	2.335	(2.342)	(32.183)	38.067
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	-	-	-	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	(714)	723	6.085	(5.478)
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	1.614	(1.623)	11.425	(11.792)
Outros	Risco de variação dos demais cupons	-	-	-	-

Análise de Sensibilidade 2 – Carteira de Negociação

Cenário I					
2012			2011		
Fator de risco	Conceito	Variação de taxas	Resultado	Variação de taxas	Resultado
Taxa prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Redução	17.016	Redução	33.363
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	7.971	Aumento	2.791
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	2.355	Aumento	260
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-	Redução	(975)

Cenário II					
2012			2011		
Fator de risco	Conceito	Variação de taxas	Resultado	Variação de taxas	Resultado
Taxa prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(26.562)	Aumento	(75.889)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(5.659)	Aumento	(1.845)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(232.197)	Aumento	(182.305)

Cenário II					
2012			2011		
Fator de risco	Conceito	Variação de taxas	Resultado	Variação de taxas	Resultado
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Redução	1.110	Redução	(631)
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Aumento	(25.462)	Aumento	(26.408)

Cenário III					
2012			2011		
Fator de risco	Conceito	Variação de taxas	Resultado	Variação de taxas	Resultado
Taxa prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(71.157)	Aumento	(175.389)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(11.036)	Aumento	(3.626)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(490.294)	Aumento	(857.311)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Redução	(19)	Redução	(1.482)
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Redução	(55.244)	Aumento	(94.304)

Análise de Sensibilidade 2 – Carteira de Negociação e Não Negociação

Cenário I					
2012			2011		
Fator de risco	Conceito	Variação de taxas	Resultado	Variação de taxas	Resultado
Taxa prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Redução	268.574	Redução	377.871
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-	Aumento	(8.087)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(3.405)	Aumento	4.380
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Manutenção	-	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-	Manutenção	-
Índice de Preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	(8.355)	Aumento	2.509

Cenário II					
2012			2011		
Fator de risco	Conceito	Variação de taxas	Resultado	Variação de taxas	Resultado
Taxa prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(399.452)	Aumento	(863.263)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(9.791)	Aumento	(33.678)

Cenário II					
2012			2011		
Fator de risco	Conceito	Variação de taxas	Resultado	Variação de taxas	Resultado
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(130.956)	Aumento	(192.363)
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Redução	(7.228)	Redução	(3.975)
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Redução	(77)	Redução	(1.211)
Índice de Preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(11.158)	Redução	(5.298)

Cenário III					
2012			2011		
Fator de risco	Conceito	Variação de taxas	Resultado	Variação de taxas	Resultado
Taxa prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(1.024.921)	Aumento	(2.006.273)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(19.100)	Aumento	(58.480)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(266.203)	Aumento	(883.107)
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Redução	(14.633)	Redução	(8.199)
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Redução	(154)	Redução	(2.413)
Índice de Preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(13.787)	Redução	(11.760)

Testes de Estresse

O Banco utiliza métricas de estresse resultantes de simulações de suas exposições sujeitas a riscos de mercado sob condições extremas, tais como crises financeiras e choques econômicos. Estes testes objetivam dimensionar os impactos de eventos plausíveis, mas com baixa probabilidade de ocorrência.

O programa de testes de estresse de risco de mercado do Conglomerado faz uso de métodos de avaliação baseados em:

- Testes Retrospectivos; e
- Testes Prospectivos.

Testes Retrospectivos

O teste retrospectivo de estresse estima a variação das exposições da carteira consolidada do Banco, mediante a aplicação de choques nos fatores de risco equivalentes aos registrados em períodos históricos de estresse do mercado, considerando os seguintes parâmetros:

- Extensão da série histórica para determinação dos cenários: 2004 até a data-base de referência;

- Período de manutenção: retornos acumulados de 10 dias úteis;
- Periodicidade do teste: diária.

Os resultados dos testes retrospectivos de estresse objetivam avaliar a capacidade de absorção de grandes perdas e identificar eventuais medidas para redução dos riscos da instituição. Os valores demonstrados nas tabelas representam as maiores perdas e os maiores ganhos na Carteira Consolidada dentre todos os cenários da série histórica utilizados na simulação.

Seguem os resultados do teste retrospectivo de estresse da carteira consolidada de acordo com o programa de teste de estresse de risco de mercado do Conglomerado.

Estimativas de maiores perdas do teste retrospectivo de estresse – Carteira Consolidada

Fator de risco	2012		2011	
	Exposição	Estresse	Exposição	Estresse
Ações	29.739	(26.659)	38.060	(12.871)
Commodities	(9.457)	(322)	7.421	(462)
Moedas estrangeiras	(634.265)	(3.414)	347.204	(171.242)
Taxa de juros	17.087.953	(1.515.240)	25.719.378	(87.199)
Total	16.473.970	(1.545.635)	26.112.063	(271.774)

Estimativas de maiores ganhos do teste retrospectivo de estresse – Carteira Consolidada

Fator de risco	2012		2011	
	Exposição	Estresse	Exposição	Estresse
Ações	29.739	4.662	38.060	-
Commodities	(9.457)	322	7.421	508
Moedas estrangeiras	(634.265)	-	347.204	-
Taxa de juros	17.087.953	855.023	25.719.378	88.666
Total	16.473.970	860.007	26.112.063	89.174

Testes Prospectivos

O método do teste prospectivo de estresse estima a variação das exposições da carteira consolidada do Conglomerado, mediante a aplicação de choques nos fatores de risco, estimados a partir de cenários de estresse gerados pela Subcomissão de Cenários, considerando os seguintes parâmetros:

- Resultado do cenário pessimista e resultado do cenário otimista;
- Extensão da série: prospecção para retornos acumulados de 10 dias úteis;
- Periodicidade do teste: diária.

Os testes prospectivos de estresse objetivam simular adversidades baseadas em características da carteira da instituição e do ambiente macroeconômico, sob condições severas e plausíveis.

Seguem os resultados do teste prospectivo de estresse para a carteira consolidada de acordo com o programa de teste de estresse de risco de mercado do Conglomerado.

Estimativas de maiores perdas do teste prospectivo de estresse – Carteira Consolidada

Fator de risco	2012		2011	
	Exposição	Estresse	Exposição	Estresse
Ações	29.739	(12.317)	38.060	(5.800)
Commodities	(9.457)	(322)	7.421	(462)
Moedas estrangeiras	(634.265)	(83.739)	347.204	(78.240)
Taxa de juros	17.087.953	(747.502)	25.719.378	(79.250)
Total	16.473.970	(843.880)	26.112.063	(163.752)

Estimativas de maiores ganhos do teste prospectivo de estresse – Carteira Consolidada

Fator de risco	2012		2011	
	Exposição	Estresse	Exposição	Estresse
Ações	29.739	-	38.060	-
Commodities	(9.457)	322	7.421	508
Moedas estrangeiras	(634.265)	1.338	347.204	-
Taxa de juros	17.087.953	625.449	25.719.378	66.937
Total	16.473.970	627.109	26.112.063	67.445

b. Risco operacional

O gerenciamento do risco operacional tem como objetivo apoiar a gestão dos negócios por meio da avaliação e controle do risco, da captura e gestão da base de perdas operacionais e da mensuração do capital alocado para risco operacional, possibilitando a priorização e implantação de planos de melhoria de processos, de acordo com os níveis de tolerância ao risco definidos pela Alta Administração.

Definições

Risco operacional é definido como o risco de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos à instituição – inclui o Risco Legal, porém exclui o Risco Estratégico e o Risco de Imagem.

Princípios básicos

Os princípios básicos observados pelo Conglomerado na gestão e controle do risco operacional estão em conformidade com a Resolução 3.380 do CMN e com as melhores práticas de mercado:

- Envolvimento da Alta Administração na supervisão global da tomada de riscos através dos comitês e comissões estabelecidos;

- Mapeamento dos processos operacionais e sistêmicos, mapeamento de controles existentes e análise dos riscos inerentes e residuais;
- Avaliação do impacto financeiro potencial e da possibilidade de ocorrência dos riscos mapeados. A partir dessa avaliação, define-se a exposição ao risco operacional, de acordo com a matriz de risco padronizada para todo o Conglomerado;
- Captura de perdas operacionais e manutenção de base de dados estruturada com informações referentes aos eventos;
- Análise, comunicação e implantação de planos de ação para melhoria de processos e controles para mitigação dos riscos incorridos; e
- Cálculo de capital alocado para risco operacional a partir de metodologias estruturadas, baseadas nas melhores práticas de mercado e adequadas em relação às exigências regulatórias.

Áreas envolvidas

As funções de gerenciamento de risco operacional são desempenhadas por unidades funcionais segregadas, formalmente constituídas, formadas por equipes capacitadas e com atribuições claramente definidas, conforme apresentado a seguir:

Área de controles internos

- Responsável pelo mapeamento e avaliação de riscos e controles, acompanhamento dos planos de ação para riscos não aceitos e deficiências de controle;
- Responsável pela atualização e revisão periódica das políticas, procedimentos e planos de comunicação relacionados às atividades de controles internos.

Área de risco operacional

- Responsável pela gestão e manutenção da base de dados de perdas operacionais, acompanhamento dos planos de ação para perdas relevantes, definição de metodologias e ferramentas para estruturação de indicadores de risco operacional, construção de cenários e cálculo de capital alocado para risco operacional;
- Responsável pela atualização e revisão periódica das políticas, procedimentos e planos de comunicação relacionados às atividades de gestão e mensuração do risco operacional.

Gestores e colaboradores

- Responsáveis pela gestão e revisão dos riscos operacionais existentes nas suas atividades e processos, pela implementação de controles e definição de indicadores para acompanhamento dos riscos e planos de ação para sua mitigação;
- Responsáveis pela comunicação tempestiva das ocorrências relacionadas a risco operacional.

Sistema de mensuração e processo de comunicação

A mensuração da exposição ao risco operacional é realizada a partir da aplicação de um questionário aos gestores dos processos. O questionário é composto por avaliações quantitativas e qualitativas do impacto financeiro potencial (severidade) e da possibilidade de materialização do risco (probabilidade). A partir dessas avaliações, define-se a exposição ao risco operacional, de acordo com a matriz de risco padronizada para toda a organização, onde os riscos são categorizados em Baixos, Médios, Altos ou Extremos, segundo critérios aprovados pela Comissão de Risco Operacional.

O processo de comunicação garante que os riscos mapeados e classificados sejam submetidos à validação dos gestores dos processos, para definição do tratamento adequado: evitar, aceitar, reduzir ou transferir o risco.

Após essa validação, o mapeamento de riscos e controles é submetido à aprovação da Comissão de Risco Operacional, que possui autonomia para revisar o tratamento dado ao risco pelo gestor e propor novas ações de mitigação.

A área de Risco Operacional elabora e divulga à Alta Administração o Relatório Anual de Risco Operacional descrevendo a estrutura de gerenciamento do risco operacional, bem como as ações realizadas no ano corrente e as planejadas para o ano seguinte visando o aprimoramento da gestão do risco operacional no Conglomerado.

Gerenciamento de continuidade de negócios

O Conglomerado conta com um ambiente de tecnologia de robusto, envolvendo diversos níveis de soluções, dentre as quais se destacam:

- *Datacenter* na matriz do Conglomerado com certificação de segurança física e ambiental, onde estão instalados os servidores de aplicação, banco de dados e comunicação;
- *Datacenter hotsite*, também certificado, em localização alternativa com duplicação dos componentes críticos;
- Sistema de *storage* em ambos os *datacenters*, replicados em tempo real;
- Pool de servidores de aplicação e cluster de servidores de arquivos para os processos e sistemas críticos;
- Unidades de fitas em ambos os *datacenters*;
- Acesso remoto às aplicações críticas;
- Ferramenta de acesso aos planos de contingência pela Internet;
- Célula de Continuidade Operacional com 171 posições de trabalho.

O modelo de Gerenciamento de Continuidade está documentado em norma interna, que define um ciclo de melhoria contínua através de quatro grandes atividades: (i) Planejamento, quando são definidas as estratégias de continuidade; (ii) Desenvolvimento, quando são definidos os planos e equipes que atuarão em caso de contingência; (iii) Testes, quando os planos são

aferidos e os usuários são treinados; e (iv) Revisão, quando os planos, premissas, equipes e estratégias são revisados para garantir a efetividade.

Ao longo dos últimos anos foram realizadas revisões e testes periódicos no Gerenciamento de Continuidade de Negócios que vêm demonstrando sua robustez e adequação aos níveis de recuperação necessários para o negócio.

Metodologia de cálculo da parcela do patrimônio exigido - risco operacional (POPR)

Desde a data base de Junho/10 a parcela de capital alocado para risco operacional (POPR) é apurada através da Abordagem Padronizada Alternativa, regulamentada pela Circular 3.383 do BACEN.

Através dessa Abordagem o capital é calculado a partir da média dos últimos três períodos do Indicador de Exposição (IE) e do Indicador Alternativo de Exposição (IAE), multiplicados por um fator de alocação específico para cada linha de negócio. O IE corresponde, para cada período anual, à soma dos valores semestrais das receitas de intermediação financeira e das receitas de prestação de serviços, deduzidas as despesas de intermediação financeira. O IAE corresponde, para cada período anual, à média aritmética dos saldos semestrais das operações de crédito, de arrendamento mercantil e de outras operações com características de concessão de crédito e dos títulos e valores mobiliários não classificados na carteira de negociação, multiplicada pelo fator 3,5% determinado pelo BACEN.

c. Risco de crédito

O objetivo da gestão do risco de crédito é apoiar a Alta Administração no processo decisório, definindo estratégias e políticas, estabelecendo limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis considerados aceitáveis pela administração da instituição.

Definições

Risco de Crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como a desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, a vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Princípios básicos

Os princípios básicos que são observados pelo Conglomerado na gestão e controle de riscos de crédito estão em conformidade com a Resolução 3.721 do CMN e as melhores práticas de mercado:

- Manuais e documentos contendo a estrutura organizacional, produtos, políticas corporativas, normas e procedimentos contendo fluxos e regras relacionados aos processos de governança, negócios e suporte de crédito;
- Adequado ambiente tecnológico englobando o ciclo de crédito com um fluxo de sistemas desde a admissão, acompanhamento e monitoramento até a reestruturação de crédito;

- Processo de validação cobrindo os riscos envolvidos em sistemas, acurácia dos modelos para cálculo e qualidade dos dados processados, bem como, a abrangência dos documentos;
- Estrutura de comitês e alçadas de aprovação de crédito;
- Critérios e procedimentos de seleção de clientes e prevenção à lavagem de dinheiro;
- Normas de análise e concessão de crédito;
- Procedimentos de análise, aprovação e liberação de novos produtos com risco de crédito;
- Classificação da carteira em níveis de risco, ponderando o rating dos clientes, as garantias envolvidas, prazos e atrasos das operações;
- Classificação e análise de risco país;
- Acompanhamento de concentrações geográficas, setoriais e de grupos econômicos, bem como, monitoramento dos limites internos e regulatórios definidos dentro das políticas e normas;
- Gestão de limites e risco de crédito de contraparte de instrumentos financeiros derivativos;
- Avaliação do risco em operações de venda ou transferência de ativos;
- Procedimentos formalizados contemplando o fluxo de recuperação de créditos;
- Estabelecimento de limites para a realização de operações sujeitas ao risco de crédito, tanto em nível individual quanto em nível agregado - grupo com interesse econômico comum - e de tomadores ou contrapartes com características semelhantes;
- Controle de garantias e instrumentos de mitigação de risco de crédito;
- Monitoramento da carteira ativa de crédito com sinais de alerta que possam influenciar a performance operacional ou financeira dos clientes, minimizando o risco de perdas;
- Realização de testes de estresse, mensurando o efeito combinado de movimentos adversos em indicadores de atividade econômica, taxas de juros, taxa de câmbio e índices de crédito, estimando impactos financeiros afetando políticas e critérios de crédito;
- Emissão de relatórios gerenciais periódicos para a Alta Administração, com indicadores do desempenho do gerenciamento do risco em decorrência das políticas e estratégias adotadas; e
- Procedimentos documentados de exceções à política.

Áreas envolvidas

As funções de gerenciamento de risco de crédito compreendem um conjunto de atividades estratégicas, táticas e operacionais que permeiam toda a cadeia de negócio, desde o desenvolvimento de produtos, a concessão de limites, gestão da carteira, informações gerenciais, cobrança e recuperação de crédito, bem como o acompanhamento da efetividade dos processos e controles utilizados.

As funções de gerenciamento de risco de crédito são desempenhadas por unidades formalmente constituídas, com equipes tecnicamente capacitadas, sob gestão segregada, e com atribuições claramente definidas.

Diretoria de crédito – atacado

Concessão de crédito

O processo de concessão de crédito para o cliente é centralizado e baseado na constituição de um detalhado dossiê de crédito com informações cadastrais, operacionais, econômico-financeiras e relatórios de visitas aos nossos clientes prospectivos.

A responsabilidade da área é amparar, de forma consistente, as aprovações de limites de crédito e/ou operações específicas em Fóruns Deliberadores; acompanhar, monitorar e revisar periodicamente os clientes aprovados e atribuir *rating* ao cliente, por meio de modelos estatísticos e julgamentais.

Gestão e controle de crédito

- **Gestão e Controle de Crédito:** Responsável pelo gerenciamento e suporte das áreas de Gestão de Limites, Informações Gerenciais de Crédito, Gestão de Portfólio, Modelagem de Crédito e Políticas de Crédito, visando resultados através da integração de processos, gestão de pessoas e estratégias inovadoras.
- **Soluções de Crédito:** Responsável pela coordenação, em conjunto com as áreas de tecnologia, das demandas relacionadas às ferramentas sistêmicas que permeiam toda a cadeia de crédito.
- **Informações Gerenciais de Crédito:** Responsável pelas informações gerenciais da carteira de risco de crédito para o BACEN, Acionistas, Diretorias de Crédito e Finanças e Conselho de Administração; apura o *rating* da operação de crédito considerando *rating* do cliente, prazo, garantia e status de monitoramento para constituição da Provisão para Devedores Duvidosos (PDD).
- **Políticas de Crédito:** Responsável pela elaboração e revisão das políticas e normativos de Crédito, assegurando que as novas estratégias comerciais estejam em conformidade com as políticas de crédito vigentes. Responsável pela estruturação e acompanhamento das definições dos processos e regras que serão documentados ao longo do projeto Basileia II – *Internal Rating Based* (IRB).
- **Gestão de Limites de Crédito:** Responsável pelo suporte aos fóruns deliberadores, registrando as suas decisões e efetuando o despacho eletrônico, e pelo monitoramento dos limites de crédito aprovados por grupo econômico, setor econômico e produto, evitando e comunicando eventuais inconformidades com as políticas de crédito.
- **Gestão de Portfólio:** Responsável pelo monitoramento do risco de crédito em nível de portfólio, com o objetivo de apoiar as demais áreas da instituição na identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos associados.

- **Modelagem de Crédito:** Responsável pelo desenvolvimento e implementação dos modelos estatísticos de crédito (*Scoring, Rating, Probability of Default (PD), Loss Given Default (LGD), Exposure At Default (EAD), Stress Tests*).
- **Monitoramento:** Responsável pelo acompanhamento de todos os clientes do Conglomerado, detectando sinais de alerta, por meio de relatórios de *bureaux* de informação (Monitore Serasa), relatório de operações Vencidas e Não Pagas (VNP), análise de insuficiência de Garantias, análise do Índice de Liquidez Média (ILM), relatórios de performance de direitos creditórios, informações de endividamento do BACEN e informações de mercado. Estas informações são consolidadas, gerando automaticamente classificações/status dos clientes.

Reestruturação e monitoramento

- **Reestruturação de Crédito:** Responsável pela gestão e controle dos créditos em atraso, apoiando a área comercial nas renegociações, realizando cobranças amigáveis e assunção dos processos judiciais, atuando como interlocutor e coordenador entre as áreas envolvidas, além de analisar e apresentar as propostas de renegociação ao comitê responsável.
- **Gestão de Garantias:** Responsável pelo gerenciamento da carteira de clientes com garantias reais, analisando e acompanhando a manutenção dos níveis de cobertura. Para os clientes com status Monitorado e Saída de Risco, ou sob demanda, responsável pela análise das características e peculiaridades de cada garantia, os respectivos detalhamentos definidos quando da aprovação do crédito e sua real condição de contratação e formalização.

Diretoria de crédito – varejo

Concessão de crédito

O processo de concessão de crédito para o segmento Varejo pauta-se em análise através de modelos estatísticos que disponibilizam valores de acordo com a capacidade de pagamento e a qualidade do cliente. As propostas de crédito tramitam por um sistema automatizado e parametrizado, com o propósito de fornecer subsídios imprescindíveis para a tomada de decisão da aprovação do crédito.

Estratégia e modelagem de crédito

- **Estratégia Veículos:** Responsável por estudos e análises de informações para definições de estratégias de crédito para este segmento.
- **Modelagem de Crédito:** Responsável pelo desenvolvimento e implementação dos modelos estatísticos de crédito (*Score, Rating, PD, LGD, EAD, Stress Tests*).
- **Estratégia de Empréstimos e Cartões:** Responsável por estudos e análises de informações para definições de estratégias de crédito para os produtos deste segmento.
- **Modelagem e MIS:** Responsável pelo desenvolvimento de Modelos Estatísticos, tais como *Credit Score, Behaviour Score, Collection Score* e Classificação de empresas privadas e órgãos públicos, em linha com as exigências do novo acordo de Basileia, além de acompanhamento e gestão da carteira de crédito.

Operações de crédito

- **Operações de Crédito:** Analisar todas as solicitações de crédito produzidas através das estruturas comerciais corporativas, assegurando que as mesmas sejam tratadas com aderência às normas, procedimentos, aos respectivos níveis de alçada de cada operação, bem como o controle da exposição de risco da carteira.

Soluções e infraestrutura de crédito

- **Soluções de Processos:** Responsável pela conceituação e desenho funcional de processos, procedimentos e rotinas internas para concessão e gestão de crédito.
- **Ambiente Tecnológico:** Responsável pela conceituação e especificação funcional dos sistemas e entorno tecnológico de crédito.

Cobrança

- **Recuperação de Crédito:** Responsável pelas cobranças administrativas, contenciosas, massificadas (produtos: consignado, cartões, crédito pessoal e Crédito Direto ao Consumidor (CDC)).
- **Retomados:** Responsável pelo controle de apreensão, remoção, liberação para leilão e documentação.
- **Estratégia e MIS:** Responsável pela conceituação, especificação e acompanhamento de projetos de cobrança, geração e acompanhamento de relatórios e indicadores de cobrança e definição de políticas.

Diretoria de risco e compliance

Responsável pelo monitoramento, por meio de controles efetivos, da manutenção da exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pelos acionistas, e pela preparação de estudos e análises para a tomada de decisão pela Alta Administração:

- **Governança:** Membro dos comitês de crédito das unidades e atendimento aos aspectos regulamentares demandados;
- **Capital:** Responsável pela construção dos modelos e pela execução do cálculo de capital regulatório e econômico;
- **Validação:** Responsável pela validação dos parâmetros de risco de crédito.

Sistemas de mensuração e processo de comunicação

Em linha com as boas práticas de mercado e com as exigências impostas pelo novo acordo de Basileia (BIS II), o Conglomerado possui sistemas que suportam os processos de crédito, bem como está modernizando sua estrutura de entorno tecnológico a fim de proporcionar maior qualidade das informações que são utilizadas no processo decisório e estratégico do Conglomerado.

No processo de admissão, contamos com sistemas para cadastro de clientes (conheça seu cliente / *Know Your Client* – (KYC), concessão e aprovação de propostas de limites de crédito, além de

plataformas de boletagem, isto é, de registro de operações, e verificação de disponibilidade de limites de crédito.

No processo de acompanhamento, contamos com sistemas de monitoramento de clientes, com indicadores comportamentais internos e externos, gestão de limites com relatórios de disponibilidade de limites, relacionando os limites e *outstanding*, classificação de *rating* de operações, controle de recebíveis e checagem de títulos, ferramentas com relatórios gerenciais da carteira de crédito e bureaus internos e externos.

Metodologias para mensuração e mitigação de risco de crédito

O Conglomerado realiza avaliações de risco de crédito das operações, por meio de sistemas de monitoramento com parâmetros estabelecidos em normas internas, para acompanhar e antecipar eventuais perdas na carteira. Ressalta-se que, na identificação de deterioração da qualidade da carteira de crédito, são tomadas ações de mitigação de riscos, tais como, reavaliação do perfil de risco dos clientes, garantias e visitas in loco.

Metodologias para limites de risco de crédito de contraparte

No processo de gestão de crédito, são realizados controles e acompanhamentos das políticas e normas de crédito, bem como, dos respectivos processos, restrições e limites estabelecidos, além da análise dos riscos e submissão às alçadas e aos comitês aprovadores.

As políticas, normativos e procedimentos de crédito foram elaborados em linha com as exigências regulamentares e melhores práticas de mercado, com o intuito de tornar as políticas e estratégias para o gerenciamento do risco de crédito do Conglomerado claramente documentadas, estabelecendo limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis considerados aceitáveis pela administração da instituição.

O Conglomerado dispõe de uma estrutura dedicada à gestão de limites, cujo objetivo é acompanhar o comportamento da carteira e comunicar a Alta Administração, por meio de relatórios periódicos, oportunidades de negócios e eventuais riscos de extrapolação de limites.

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros e os saldos *off balance* representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2012	2011
Ativos financeiros	<u>52.461.791</u>	<u>42.947.346</u>
Caixa e equivalentes de caixa	1.178.101	5.594.904
Ativos financeiros com acordo de revenda	13.914.873	9.618.225
Ativos financeiros valor justo por meio do resultado	12.460.855	10.011.804
Ativos financeiros disponíveis para venda	22.928.411	16.045.469
Instrumentos financeiros derivativos	1.979.551	1.676.944
Ativos financeiros com característica de concessão de crédito	<u>70.349.508</u>	<u>79.800.831</u>
Empréstimos e recebíveis - (a)	70.349.508	79.800.831

Off Balance	<u>12.946.828</u>	<u>11.858.993</u>
Avais e fianças	12.545.114	11.838.994
Cartas de fianças	<u>401.714</u>	<u>19.999</u>
Total	<u><u>135.758.127</u></u>	<u><u>134.607.170</u></u>

- (a) O Conglomerado tem como política utilizar para fins de exposição de risco de crédito em empréstimos e recebíveis as operações com característica de concessão de crédito, vide nota explicativa 8a.

Qualidade de Crédito dos Ativos Financeiros

Abaixo apresentamos a segregação das operações com característica de concessão de crédito considerando o valor contábil da exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras:

Carteira vencida

Classificação interna	31/12/2012	31/12/2011
Baixo	52.977.135	63.347.934
Médio	838.615	571.124
Alto	<u>162.954</u>	<u>599.849</u>
Total	<u><u>53.978.704</u></u>	<u><u>64.518.907</u></u>

Carteira vencida sem incidência de impairment

Classificação por vencimento	31/12/2012	31/12/2011
De 1 a 30 dias de atraso	7.777.770	6.876.074
De 31 a 60 dias de atraso	-	2.193.253
De 61 a 90 dias de atraso	<u>-</u>	<u>1.141.231</u>
Total	<u><u>7.777.770</u></u>	<u><u>10.210.558</u></u>

Carteira vencida com incidência de impairment

Classificação interna	31/12/2012	31/12/2011
Avaliação coletiva	7.872.530	4.549.143
Avaliação individual	<u>720.504</u>	<u>522.223</u>
Total	<u><u>8.593.034</u></u>	<u><u>5.071.366</u></u>
Total da carteira	<u><u>70.349.508</u></u>	<u><u>79.800.831</u></u>

Ativos Financeiros

A exposição máxima ao risco de crédito para os ativos financeiros na data das demonstrações financeiras, por região geográfica da contraparte, foi:

	2012	2011
Doméstico	50.494.516	40.316.764
Exterior	<u>1.967.275</u>	<u>2.630.582</u>
Total	<u><u>52.461.791</u></u>	<u><u>42.947.346</u></u>

A exposição máxima ao risco de crédito para os ativos financeiros na data das demonstrações financeiras, segregado pela contraparte em:

	2012	2011
Público	25.657.733	16.722.265
Privado	<u>26.804.058</u>	<u>26.225.081</u>
Total	<u><u>52.461.791</u></u>	<u><u>42.947.346</u></u>

O fluxo de vencimento das parcelas dos ativos financeiros, na data das demonstrações financeiras, era:

	2012	2011
Até 90 dias	18.136.654	21.886.799
De 91 a 360 dias	8.045.607	2.726.025
De 1 a 3 anos	9.403.206	5.962.882
De 3 a 5 anos	11.570.068	6.478.959
Acima de 5 anos	<u>5.306.256</u>	<u>5.892.681</u>
Total	<u><u>52.461.791</u></u>	<u><u>42.947.346</u></u>

Ativos financeiros com característica de concessão de crédito

A exposição máxima ao risco de crédito para empréstimos e recebíveis com características de concessão de crédito na data das demonstrações financeiras, por região geográfica da contraparte, foi:

	2012	2011
Doméstico	70.349.508	79.800.831
Exterior	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>70.349.508</u></u>	<u><u>79.800.831</u></u>

A exposição máxima ao risco de crédito para empréstimos e recebíveis com características de concessão de crédito na data da demonstrações financeiras, por segmento de negócio, foi:

	2012	2011
Clientes varejo	50.854.298	58.980.102
Clientes atacado	<u>19.495.210</u>	<u>20.820.729</u>
Total	<u><u>70.349.508</u></u>	<u><u>79.800.831</u></u>

A exposição máxima ao risco de crédito para empréstimos e recebíveis com características de concessão de crédito na data das demonstrações financeiras, por concentração de risco, foi:

	2012	2011
Dez maiores devedores	2.960.084	3.018.213
Cinquenta seguintes maiores devedores	4.018.461	4.266.170
Cem seguintes maiores devedores	3.056.467	3.458.730
Demais clientes	<u>60.314.496</u>	<u>69.057.718</u>
Total	<u><u>70.349.508</u></u>	<u><u>79.800.831</u></u>

A exposição máxima ao risco de crédito para empréstimos e recebíveis com características de concessão de crédito na data das demonstrações financeiras por setor de atividade econômica foi:

	2012	2011
Pessoas jurídicas	<u>20.613.713</u>	<u>21.971.937</u>
Setor público estadual	<u>26.253</u>	<u>53.417</u>
Serviços	26.253	53.417
Setor privado	<u>20.587.460</u>	<u>21.918.520</u>
Indústria	9.999.478	10.535.227
Comércio	3.738.451	3.995.092
Rural	342.349	877.330
Serviços	6.507.182	6.510.871
Pessoas físicas	<u>49.735.795</u>	<u>57.828.894</u>
Total	<u><u>70.349.508</u></u>	<u><u>79.800.831</u></u>

O fluxo de vencimento das parcelas da carteira de empréstimos e recebíveis com características de concessão de crédito, concedidos na data das demonstrações financeiras, era:

	2012	2011
Parcelas vencidas		
A partir de 15 dias	1.893.450	1.974.370
Parcelas a vencer		
Até 90 dias	13.646.984	13.415.668
De 91 a 360 dias	20.334.140	22.121.653
De 1 a 3 anos	28.197.221	32.749.900
De 3 a 5 anos	4.522.949	7.303.112
Acima de 5 anos	1.754.764	2.236.128
Total	70.349.508	79.800.831

Off Balance

A exposição máxima ao risco de crédito para a carteira de compromissos de crédito por avais e fianças, registrados em contas de compensação, na data das demonstrações financeiras, por ramo de atuação da contraparte, foi:

	2012						2011	
	Comércio	Indústria	Instituições Financeiras	Pessoa Física	Serviços	Outros	Total	Total
Avais e Fianças	471.948	2.242.558	5.038.622	9.662	3.811.935	970.389	12.545.114	11.838.994
Cartas de Fianças	-	-	401.714	-	-	-	401.714	19.999
Total	471.948	2.242.558	5.440.336	9.662	3.811.935	970.389	12.946.828	11.858.993

A exposição máxima ao risco de crédito para a carteira de compromissos de crédito por avais e fianças, registrados em contas de compensação, na data das demonstrações financeiras, por região geográfica da contraparte, foi:

	2012				2011
	Nordeste	Sul	Sudeste	Total	Total
Avais e Fianças	162.419	12.094.050	288.645	12.545.114	11.838.994
Cartas de Fianças	-	401.714	-	401.714	19.999
Total	162.419	12.495.764	288.645	12.946.828	11.858.993

Garantias recebidas

As garantias recebidas pela concessão de crédito para as operações do segmento atacado, registradas em contas de compensação, na data das demonstrações financeiras, por ramo de atuação da contraparte, eram:

	2012						2011
	Comércio	Indústria	Instituições Financeiras	Pessoa Física	Serviços	Total	Total
Avais e Fianças	2.887.331	8.676.751	2.109.394	109.039	4.615.904	18.398.420	17.719.650
Títulos e Valores Mobiliários	1.537.636	6.156.149	1.406.223	616.679	3.589.759	13.306.446	7.211.957
Máquinas e Equipamentos	57.046	721.051	-	69.939	524.811	1.372.847	1.533.353
Hipotecas	113.518	601.063	-	20.893	90.074	825.548	644.707
Outros	401.500	668.343	-	2.096	390.120	1.462.060	4.415.365
Total	4.997.031	16.823.357	3.515.617	818.646	9.210.668	35.365.321	31.525.032

As garantias recebidas pela concessão de crédito para as operações do segmento atacado, registradas em contas de compensação, na data das demonstrações financeiras, por região geográfica da contraparte, eram:

	2012					2011
	Centro - Oeste	Nordeste	Sul	Sudeste	Total	Total
Avais e Fianças	334.352	473.332	14.864.657	2.726.079	18.398.420	17.719.650
Títulos e Valores Mobiliários	221.436	889.616	10.547.028	1.648.366	13.306.446	7.211.957
Máquinas e Equipamentos	30.457	26.861	1.174.339	141.190	1.372.847	1.533.353
Hipotecas	5.826	18.089	650.878	150.755	825.548	644.707
Outros	58.590	73.514	1.146.665	183.291	1.462.060	4.415.365
Total	650.661	1.481.412	28.383.567	4.849.681	35.365.321	31.525.032

Para o segmento Varejo, os contratos de financiamento têm como garantia real, o bem financiado, que são regulamentadas nas cláusulas do contrato firmado entre as partes e os valores das garantias são mensurados mensalmente através da cotação do valor de mercado divulgados em websites de empresas especializadas e usualmente utilizadas pelo mercado financeiro. Em 31 de dezembro de 2012 o valor estimado de venda para o segmento de varejo, já deduzidas dos custos para efetivação das vendas, somavam R\$ 25.146.679.

O valor estimado de venda foi apurado através de estudo comparativo entre o valor de mercado dos bens, divulgados em websites de empresas especializadas e usualmente utilizadas pelo mercado financeiro e o valor efetivo de venda do bem. Fatores que influenciam no preço como marca, modelo e idade da garantia foram considerados no cálculo.

Em relação aos custos, são utilizados valores médios de custos de todo o processo de retomada, incluindo: ajuizamento, localização da garantia, serviço de guincho, custo de estadia em pátio, taxas do Detran, honorários de venda etc.

Provisão para perdas por redução no valor recuperável

A provisão para perdas por redução no valor recuperável segregada por operações individualmente significativas e carteira massificada, está apresentada abaixo:

	2012	2011
Operações individualmente significativas	369.627	336.539
Operações massificadas	4.828.578	3.365.732
Total	5.198.205	3.702.271

A movimentação na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação aos empréstimos e recebíveis com características de concessão de crédito foi:

	2012	2011
Saldo inicial	3.702.271	1.052.182
Constituições/(reversões)	5.932.196	4.211.719
Baixas para prejuízo	(4.475.273)	(1.289.886)
Outros	39.011	(271.744)
Saldo final	5.198.205	3.702.271

A Administração avalia em cada data de fechamento de balanço, o comportamento de risco de ativos financeiros e de grupos de ativos financeiros a fim de identificar a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas incorridas e não identificadas, de acordo com o IAS 39.58. Em caso de evidência de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros apresente problemas de recuperação, deve ser constituída a provisão para impairment.

Durante 2012, o Conglomerado renegociou/aditou R\$ 6.224.322 (R\$ 9.981.306 em 2011) de empréstimos e recebíveis com características de concessão de crédito. Esse montante considera as renegociações/aditamentos de contratos adimplentes e inadimplentes. No mesmo período, o Conglomerado recuperou R\$ 252.707 (R\$ 188.232 em 2011) baixados como prejuízo.

Transferência de ativos financeiros que não são desreconhecidos

No ano de 2012 em seu curso dos negócios, o Conglomerado efetuou transações que resultaram na transferência de ativos financeiros representados por títulos e valores mobiliários de emissão pública e empréstimos e recebíveis para clientes. De acordo com as condições das operações, os ativos financeiros transferidos continuam sendo reconhecidos em sua totalidade nos livros da instituição.

O Conglomerado transfere ativos financeiros através das seguintes transações:

Venda com compromisso de recompra

Venda com compromisso de recompra são transações nas quais o Conglomerado vende um título, em sua maioria de emissão pública, e simultaneamente se compromete a comprar esse mesmo título com preço fixo, em data futura. O Conglomerado continua reconhecendo o título em sua totalidade no balanço patrimonial porque os riscos e benefícios dos títulos foram

substancialmente retidos, isto é, qualquer mudança de valor de mercado e os rendimentos que o título oferece são de inteira responsabilidade do Conglomerado. Abaixo, demonstramos nas rubricas os saldos que contemplam as operações:

Venda com compromisso de recompra	2012	2011
Ativo		
Ativos financeiros ao valor justo no resultado	<u>7.722.421</u>	<u>6.383.763</u>
Letras Financeiras do Tesouro	494.867	2.471.265
Letras do Tesouro Nacional	5.422.676	3.712.412
Notas do Tesouro Nacional	1.804.878	200.086
Passivo associado		
Passivos financeiros ao custo amortizado	<u>(7.690.514)</u>	<u>(6.326.734)</u>
Letras Financeiras do Tesouro	(492.914)	(2.465.628)
Letras do Tesouro Nacional	(5.355.181)	(3.662.673)
Notas do Tesouro Nacional	(1.842.419)	(198.433)
Total	<u><u>31.907</u></u>	<u><u>57.029</u></u>

Cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios

O Conglomerado transfere o direito de receber o fluxo financeiro futuro dos ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis, ao cessionário, mediante recebimento de uma quantia em caixa, calculada na data da transferência. Contudo o Conglomerado continua reconhecendo em seu balanço patrimonial, os saldos dos ativos financeiros em rubricas destacadas porque os riscos e benefícios dos títulos foram substancialmente retidos, isto é, qualquer situação de inadimplência ocorrida nos recebíveis transferidos é de inteira responsabilidade do Conglomerado. Por conta desta responsabilidade perante o cessionário, um passivo financeiro associado é reconhecido. Abaixo, demonstramos nas rubricas os saldos que contemplam as operações:

Cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios	2012	2011
Ativo		
Empréstimos e Recebíveis	<u>10.931.633</u>	<u>15.343.707</u>
Créditos cedidos com coobrigação	10.931.633	15.343.707
Passivo associado		
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	<u>(12.296.370)</u>	<u>(17.522.792)</u>
Cessionários (cessões com coobrigação)	(12.296.370)	(17.522.792)
Total	<u><u>(1.364.737)</u></u>	<u><u>(2.179.085)</u></u>

O Conglomerado detém garantias para empréstimos e recebíveis com características de concessão de crédito na forma de hipotecas sobre propriedades, valores mobiliários e outras garantias.

d. Gerenciamento do capital

Alocação de capital

A alocação de capital entre operações e atividades específicas é, na sua maioria, impulsionada pela otimização de retorno sobre o capital alocado.

O valor de capital alocado para cada operação ou atividade é baseado principalmente no capital regulador, mas em alguns casos as normas reguladoras não refletem completamente o grau de variação de risco associado com as diferentes atividades. Em tais casos, as exigências de capital podem ser adaptadas para refletir os diferentes perfis de risco, sujeitos ao nível geral de capital para sustentar uma operação específica ou atividade que não caia abaixo do mínimo exigido para os fins reguladores.

O processo de alocação de capital para operações e atividades específicas é realizado de maneira independente daquelas pessoas responsáveis pela operação e está sujeita a análise pelo Comitê Operacional de ALM, Riscos e Capital.

Embora a maximização do retorno sobre o capital ajustado para risco seja a base principal usada para determinar como o capital é alocado dentro do Conglomerado para operações ou atividades específicas, não é a única base usada para a tomada de decisões. As sinergias com outras operações e atividades, a disponibilidade da administração e outros recursos e a adequação da atividade com os objetivos estratégicos de longo prazo do Conglomerado também são outros fatores levados em consideração. As políticas do Conglomerado com relação ao gerenciamento e alocação de capital são analisadas regularmente pela Diretoria.

Capital regulatório

O Banco Central do Brasil é o órgão regulador que estabelece e monitora as normas de capital para o Conglomerado como um todo.

Com relação à implementação de normas atuais de capital, o Banco Central do Brasil exige que o Conglomerado mantenha uma proporção estabelecida do capital total em relação ao total dos ativos de risco ponderado. O Conglomerado calcula a necessidade para o risco de mercado em suas carteiras negociáveis com base nos modelos de VaR adotados e utiliza suas classificações internas como base para ponderar o risco de crédito.

O capital regulador do grupo é analisado em dois níveis:

- Capital de Nível 1, que inclui, basicamente, o capital de ações ordinárias e preferenciais, lucros acumulados e reservas de capital e de lucros.
- Capital de Nível 2, que inclui basicamente passivos subordinados.

A política do Conglomerado procura manter uma base de capital sólida para manter a confiança do investidor, credor e do mercado, e para sustentar o desenvolvimento futuro do negócio. O impacto do nível de capital no retorno do acionista também é reconhecido e o Conglomerado reconhece a necessidade de manter um equilíbrio entre retornos maiores que talvez sejam possíveis com maior alavancagem e os benefícios e segurança proporcionados por uma posição sólida de capital.

O Conglomerado e suas operações regulamentadas individualmente cumpriram com todas as exigências de capital impostas externamente durante o período.

Não houve mudanças significativas no gerenciamento de capital do Conglomerado durante o período.

A posição de capital regulador do Conglomerado em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é apresentada abaixo:

Índice de Basileia calculado com base na posição patrimonial elaborada a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações e normas e instruções do CMN.

	2012	2011
Patrimônio de Referência Total (PR)	<u>12.110.639</u>	<u>12.054.180</u>
Patrimônio de Referência Nível I	7.874.507	8.086.351
Patrimônio de Referência Nível II	4.236.132	3.967.829
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	<u>9.315.088</u>	<u>9.385.714</u>
Risco de Crédito	8.720.810	8.923.661
Risco de Mercado	294.179	193.114
Risco Operacional	300.099	268.939
Excesso de Patrimônio de Referência	<u>2.795.551</u>	<u>2.668.466</u>
Índice (PR x 100)/(PRE/0,11)	<u>14,3%</u>	<u>14,2%</u>
	2012	2011
Valor da situação para o limite de imobilização	198.944	213.460
Valor da margem ou insuficiência	<u>5.856.374</u>	<u>5.813.628</u>
Limite para imobilização	<u><u>6.055.318</u></u>	<u><u>6.027.088</u></u>

e. Risco de liquidez

A gestão de Risco de Liquidez visa organizar, avaliar e monitorar o controle do risco de liquidez do conglomerado financeiro Banco Votorantim estabelecendo os processos ferramentas e limites, necessários para a geração e análise de cenários prospectivos de liquidez e o acompanhamento dos níveis de tolerância ao risco estabelecidos pela Alta Administração.

Definições

O risco de liquidez é definido pela:

- Possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

As principais ferramentas utilizadas para a mensuração do risco de liquidez são a Meta de Liquidez e o Caixa Mínimo, construídas com metodologia de teste de estresse.

Princípios Básicos

Os princípios básicos que são observados pelo Conglomerado na gestão e controle de riscos de liquidez estão em conformidade com a Resolução 4.090 do CMN e as melhores práticas de mercado:

- Envolvimento da Alta Administração: os comitês e comissões existentes estão estruturados com o objetivo de envolver a Alta Administração na supervisão global da tomada de riscos;
- Independência de funções: segregação de funções entre as áreas responsáveis pela execução de operações e a definição de estratégias de negócio, e as áreas encarregadas pela sua contabilização, pelo controle de riscos, *compliance* e controles internos e auditoria, está estruturada com o objetivo de garantir independência e autonomia na condução das atribuições inerentes a cada função;
- Definição de atribuições: definição clara dos processos e do leque de atividades de cada função envolvida na gestão e controle de riscos de liquidez, está estruturada com o objetivo de possibilitar uma gestão operacional organizada e eficiente;
- Definição de metodologias para construção de cenários: são adotadas metodologias estruturadas, de utilização corporativa mandatória, baseadas em melhores práticas de mercado, que visam incorporar a dinâmica da contratação de novas operações e da liquidação das carteiras existentes;
- Estabelecimento de limites: definição clara e objetiva dos limites autorizados de risco, com base nas métricas de riscos, estruturadas com o objetivo de inserir nas atividades diárias os níveis de tolerância a risco definidos pela instituição pelo Conselho de Administração;
- Monitoramento de limites: definição do processo de acompanhamento e reporte do nível de utilização dos limites autorizados;

- Plano de contingência de liquidez: definição e revisão periódica de plano estruturado para recomposição dos níveis pré-estabelecidos de caixa, com atribuição de responsáveis e instrumentos.

Governança e Comissões de Gestão e Controle

O acompanhamento das atividades de gerenciamento do risco de liquidez é parte integrante das atribuições dos seguintes órgãos colegiados, com definição clara de atribuições, composição e periodicidade:

Conselho de Administração

- Responsável por fixar as diretrizes fundamentais da política geral da Instituição, verificar e acompanhar a sua execução.

Comitê Executivo

- Responsável por discutir e acompanhar temas recorrentes do negócio abordados nos comitês e comissões operacionais e revisar continuamente a estrutura de governança interna a fim de promover melhorias e aprovar os eventuais ajustes e modificações nos comitês, comissões e subcomissões operacionais da governança interna.

Comitê Operacional de ALM, Riscos e Capital

- Responsável por analisar e ratificar as propostas encaminhadas para aprovação pelas Comissões subordinadas e encaminhá-las ao Comitê Executivo no que se refere a ações para gerenciamento e controle de riscos e gestão de capital.

Comissão de Liquidez

- Responsável pelo acompanhamento e deliberação dos assuntos relacionados à gestão do risco de liquidez, submetendo-os para acompanhamento ao Comitê Operacional de ALM, Riscos e Capital.

Áreas Envolvidas

As funções de gerenciamento de risco de liquidez compreendem um conjunto de atividades funcionais que permeiam toda a cadeia de negócio, desde o desenvolvimento de produtos, a negociação e o desembolso de operações, a modelagem e o controle de risco de liquidez, bem como o acompanhamento da efetividade dos processos e controles utilizados.

As funções de gerenciamento de risco de liquidez são desempenhadas por unidades funcionais formalmente constituídas, com equipes tecnicamente capacitadas, sob gestão segregada, e com atribuições claramente definidas, conforme apresentado a seguir:

Risco de Mercado e Liquidez

- Responsável pelas metodologias de modelagem e pela validação das premissas utilizadas para os cenários de risco de liquidez;
- Responsável pela atualização e revisão periódica dos cenários de liquidez e do plano de contingência de liquidez e pela monitoração de limites autorizados de caixa.

Tesouraria e Área de Captação

- Responsáveis pela execução da negociação de operações com o mercado e clientes, buscando sempre o preço justo e a conformidade destas operações;
- Responsáveis pela definição e atualização periódica das premissas de aplicação e captação, pela implementação do plano de contingência de liquidez, observando as estratégias definidas e os instrumentos previamente autorizados.

Medidas e Limites de Risco para Gestão e Controle

O Conglomerado adota um conjunto de medidas objetivas para gestão e controle de riscos de liquidez:

- Meta de Liquidez e Caixa Mínimo: compreende o estabelecimento de intervalos e patamares mínimos aceitáveis, configurando limites prospectivos para os diversos cenários de liquidez projetados;
- Cenários de vencimento: compreendem a apuração do perfil futuro de liquidez, tendo por base a premissa geral de vencimento das carteiras atuais;
- Cenários orçamentários: compreendem a apuração do perfil futuro de liquidez, com premissas consistentes com o planejamento orçamentário, tendo por base a premissa geral de rolagem das carteiras atuais;
- Cenários de estresse: compreendem simulações do impacto nas carteiras decorrente de condições extremas de mercado e/ou da dinâmica e da composição das carteiras, que possam alterar de forma significativa e os cenários projetados de liquidez do Conglomerado;
- Análises de Sensibilidade: compreendem simulações de sensibilidade no perfil futuro de liquidez em função de pequenas oscilações nas condições de mercado e/ou na dinâmica e composição das carteiras; e
- Perfil de Concentração de Captação: compreende o acompanhamento do perfil de concentração das carteiras, em termos de volumes, prazos, instrumentos, segmentos e contrapartes.

As medidas de risco são utilizadas para o estabelecimento de limites e para a tomada de risco. Estes limites compreendem a definição dos valores máximos autorizados, através do estabelecimento de níveis mínimos de caixa e de ações contingenciais. A área de Risco de Mercado e Liquidez é responsável por monitorar diariamente o risco de liquidez e acionar os fóruns competentes em caso de aumento do risco.

Os valores estabelecidos nos limites de liquidez e no plano de contingência são atualizados e revistos periodicamente, em função da alteração significativa das condições de mercado ou da dinâmica e composição das carteiras.

Sistemas de Mensuração e Processo de Comunicação

O Conglomerado adota sistemas corporativos para mensuração e controle de riscos de liquidez, combinando aplicativos desenvolvidos internamente com soluções de mercado, de atestada robustez. Estes sistemas operacionalizam o tratamento integrado de informações, de forma sequenciada:

- a captura do registro das operações negociadas e de seus dados cadastrais;
- a atualização e o arquivamento contínuo destas informações em bases de dados estruturadas, com monitoramento de sua integridade e consistência contábil;
- a apuração do perfil de liquidez, pelo cálculo da rolagem e do vencimento de operações, conforme as premissas dos diversos cenários em pauta.

Adicionalmente, o Conglomerado adota processo estruturado para a comunicação dos assuntos relacionados ao gerenciamento de riscos de liquidez. Este processo de comunicação compreende:

- a emissão periódica de relatórios objetivos, nos quais são apresentados os cenários de liquidez e a evolução do perfil das carteiras de captação, bem como demonstrados os níveis de utilização de limites autorizados;
- a realização periódica dos fóruns colegiados de acompanhamento, em observância às alçadas decisórias e nos quais são debatidos de forma participativa os assuntos em pauta.

Comunicação e Extrapolação de Limites e Plano de Contingência

O procedimento adotado para o monitoramento dos níveis de caixa mínimo e do plano de contingência compreende duas etapas: (i) de comunicação e (ii) de monitoramento.

Comunicação:

- Para comunicação são apresentados os cenários e métricas de liquidez na Comissão de Liquidez e Comitê de ALM, Riscos e Capital, onde são analisadas as variações e considerados os níveis pré-estabelecidos de acionamento do plano de contingência em caso de potencial extrapolação dos limites estabelecidos.

Monitoramento:

- Eventual extrapolação de limites implica obrigatoriamente a implementação de estratégias combinadas de negócio, de gestão das carteiras de aplicação e captação, para a recomposição dos níveis de liquidez, incluindo, caso necessário, o lançamento e a adoção das ações estabelecidas previamente no plano de contingência.

- Estas estratégias são de responsabilidade dos gestores de negócio, considerando as condições do mercado, e acompanhadas na Comissão de Liquidez e no Comitê de ALM, Riscos e Capital.

f. Gestão de ativos e passivos

O Comitê Operacional de ALM, Riscos e Capital é responsável pela gestão dos riscos estruturais de taxa de juros, taxa de câmbio e de liquidez, bem como a gestão do capital que busca otimizar a relação risco versus retorno e maior eficiência na composição dos fatores que impactam no Índice de Solvabilidade (Basileia).

A seguir, estão as maturidades de ativos e passivos:

	2012					
	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	1.178.101	-	-	-	-	1.178.101
Ativos financeiros com acordo de revenda	9.822.755	4.092.118	-	-	-	13.914.873
Ativos financeiros valor justo resultado	12.460.855	-	-	-	-	12.460.855
Ativos financeiros disp. venda	3.060.305	1.094.757	6.967.949	9.193.925	2.611.475	22.928.411
Instrumentos financeiros derivativos	366.186	388.545	337.663	585.045	302.112	1.979.551
Empréstimos e recebíveis	15.116.305	21.084.742	28.052.026	4.252.872	1.736.343	70.242.288
Total	42.685.999	26.761.038	35.151.922	13.447.941	4.657.179	122.704.079
Passivo						
Passivos financeiros ao valo justo por meio do resultado	334.961	220.892	51.584	-	-	607.437
Passivos financeiros ao custo amortizado	24.905.454	14.160.019	3.539.713	96.025	111.315	42.812.526
Passivos financeiros assoc. ativos transferidos	6.354.988	3.417.770	6.057.725	339.300	802	16.170.585
Depósitos de instituições financeiras	948.428	44.995	617.515	7.446	738.426	2.356.810
Depósitos de clientes	3.389.040	7.597.541	1.818.586	98.046	4.421	12.907.634
Empréstimos e repasses	1.751.656	5.440.352	1.781.639	600.570	661.709	10.235.926
Títulos emitidos	3.089.738	4.604.041	9.822.236	5.149.451	40.919	22.706.385
Instrumentos financeiros derivativos	223.233	328.839	570.597	219.543	393.038	1.735.250
Passivos subordinados	216.490	-	1.946.082	2.108.452	2.720.187	6.991.211
Total	41.213.988	35.814.449	26.205.677	8.618.833	4.670.817	116.523.764

2011						
	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	5.594.904	-	-	-	-	5.594.904
Ativos financeiros com acordo de revenda	8.998.430	619.795	-	-	-	9.618.225
Ativos financeiros valor justo resultado	4.016.503	1.138.598	2.486.184	1.558.621	811.898	10.011.804
Ativos financeiros disp. venda	3.006.885	181.522	3.202.330	4.659.018	4.995.714	16.045.469
Instrumentos financeiros derivativos	270.078	786.110	274.368	261.320	85.068	1.676.944
Empréstimos e recebíveis	<u>20.920.990</u>	<u>22.023.288</u>	<u>33.568.876</u>	<u>7.117.533</u>	<u>2.142.773</u>	<u>85.773.460</u>
Total	<u>42.807.790</u>	<u>24.749.313</u>	<u>39.531.758</u>	<u>13.596.492</u>	<u>8.035.453</u>	<u>128.720.806</u>
Passivo						
Passivos financeiros ao valo justo por meio do resultado	11.843	-	100.332	11.531	-	123.706
Passivos financeiros ao custo amortizado	14.264.319	16.717.088	4.091.613	191.711	102.037	35.366.768
Passivos financeiros assoc. ativos transferidos	8.139.340	5.108.308	8.270.791	1.958.893	7.641	23.484.973
Depósitos de instituições financeiras	821.803	802.329	612.149	15.513	604.409	2.856.203
Depósitos de clientes	4.556.105	13.453.414	4.635.533	108.467	14.917	22.768.436
Empréstimos e repasses	1.813.798	3.493.210	4.780.924	692.817	697.613	11.478.362
Títulos emitidos	179.617	4.952.744	8.765.520	3.760.147	81.236	17.739.264
Instrumentos financeiros derivativos	330.008	648.857	193.115	185.616	124.408	1.482.004
Passivos subordinados	-	1.136.579	2.002.476	445.759	3.812.496	7.397.310
Total	<u>30.116.833</u>	<u>46.312.529</u>	<u>33.452.453</u>	<u>7.370.454</u>	<u>5.444.757</u>	<u>122.697.026</u>

Os ativos e passivos de prazo indeterminado, para efeito de segregação no balanço patrimonial, classificam-se as operações ativas como acima de 5 anos e as operações passivas como até 90 dias. O patrimônio líquido não tem prazo determinado e está sendo apresentado como acima de 5 anos.

O perfil dos instrumentos financeiros derivativos segregados por local de negociação nas respectivas datas base são:

Posição ativa	2012	2011
Operações em Bolsa	<u>214.501</u>	<u>517.136</u>
Balcão	<u>1.765.050</u>	<u>1.159.808</u>
Instituições financeiras	1.505.298	909.473
Clientes	<u>259.752</u>	<u>250.335</u>
Total	<u>1.979.551</u>	<u>1.676.944</u>

Posição passiva	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Operações em Bolsa	266.955	546.213
Balcão	1.468.295	935.791
Instituições financeiras	1.386.873	864.600
Clientes	81.422	71.191
Total	<u>1.735.250</u>	<u>1.482.004</u>

Os ativos financeiros dados em garantia para operações em Bolsa, Câmeras de compensação, entre outros, são:

	2012	2011
Operações em Bolsa	<u>1.670.125</u>	<u>2.015.730</u>
Notas do Tesouro Nacional	513.913	256.790
Letras Financeiras do Tesouro	38.601	21.920
Letras do Tesouro Nacional	1.117.611	1.737.020
Operações Câmera Comp.	<u>128.373</u>	<u>61.463</u>
Notas do Tesouro Nacional	110.615	6.652
Letras Financeiras do Tesouro	17.758	-
Letras do Tesouro Nacional	-	54.811
Outros	<u>2.710.876</u>	<u>1.774.907</u>
Notas do Tesouro Nacional	1.019.543	410.859
Letras Financeiras do Tesouro	30.947	21.820
Letras do Tesouro Nacional	690.745	-
Títulos de Governos estrangeiros	594.235	-
Outros (a)	375.406	1.342.228
Total	<u>4.509.373</u>	<u>3.852.100</u>

(a) Em 2012, referem-se, basicamente, a títulos no exterior no montante de R\$ 375.406 (R\$9.671 de títulos no exterior e R\$1.332.557 títulos do governo estrangeiro, em 2011).

A exposição do Conglomerado ao risco de moeda estrangeira foi a seguinte:

2012								
	Moeda local	Dólar	Euro	Iene	Franco Suíço	Libra Esterlina	Outras	Total
Ativo								
Caixa e equivalentes de caixa	1.177.896	(3.457)	3.349	-	313	-	-	1.178.101
Ativos financeiros com acordo de revenda	13.607.002	307.871	-	-	-	-	-	13.914.873
Ativos financeiros valor justo resultado	11.106.727	1.354.128	-	-	-	-	-	12.460.855
Ativos financeiros disp. venda	22.928.411	-	-	-	-	-	-	22.928.411
Empréstimos e recebíveis	63.013.153	7.172.050	57.085	-	-	-	-	70.242.288
Outros ativos	4.080.978	388.778	6.391	298	3.567	461	5.779	4.486.252
Total	115.914.167	9.219.370	66.825	298	3.880	461	5.779	125.210.780
Passivo								
Passivos financeiros ao valor justo resultado	607.437	-	-	-	-	-	-	607.437
Passivos financeiros ao custo amortizado	42.812.526	-	-	-	-	-	-	42.812.526
Passivos financeiros assoc. ativ transferidos	16.170.585	-	-	-	-	-	-	16.170.585
Depósitos de instituições financeiras	2.146.001	210.809	-	-	-	-	-	2.356.810
Depósitos de clientes	12.071.593	827.503	8.538	-	-	-	-	12.907.634
Empréstimos e repasses	7.525.343	2.702.075	8.508	-	-	-	-	10.235.926
Títulos emitidos	13.839.946	7.755.354	535.987	-	575.098	-	-	22.706.385
Passivos subordinados	3.694.142	3.297.069	-	-	-	-	-	6.991.211
Outros passivos	3.758.779	1.466.059	21.229	-	-	-	-	5.246.067
Total	102.626.352	16.258.869	574.262	-	575.098	-	-	120.034.581
Instrumentos financeiros derivativos								
		Dólar	Euro	Iene	Franco Suíço	Libra Esterlina	Outras	
Posição ativa em moeda estrangeira	10.620.168	541.284	-	-	577.810	-	-	-
Posição passiva em moeda estrangeira	3.610.986	77.912	850	-	-	-	-	-
Exposição cambial	(30.317)	(44.065)	(552)	-	6.592	461	5.779	-
2011								
	Moeda local	Dólar	Euro	Iene	Franco Suíço	Outras	Total	
Ativo								
Caixa e equivalentes de caixa	5.529.277	64.456	908	-	263	-	5.594.904	
Ativos financeiros com acordo de revenda	9.173.337	444.888	-	-	-	-	9.618.225	
Ativos financeiros valor justo resultado	8.578.171	1.422.972	205	-	10.456	-	10.011.804	
Ativos financeiros disp. venda	16.045.469	-	-	-	-	-	16.045.469	
Empréstimos e recebíveis	79.618.444	6.116.655	38.361	-	-	-	85.773.460	
Outros ativos	1.289.472	158.354	-	12.455	-	8.794	1.469.075	
Total	120.234.170	8.207.325	39.474	12.455	10.719	8.794	128.512.937	
Passivo								
Passivos financeiros ao valor justo resultado	123.706	-	-	-	-	-	123.706	
Passivos financeiros ao custo amortizado	35.366.768	-	-	-	-	-	35.366.768	
Passivos financeiros assoc. ativ transferidos	23.484.973	-	-	-	-	-	23.484.973	
Depósitos de instituições financeiras	2.753.460	102.743	-	-	-	-	2.856.203	
Depósitos de clientes	22.055.819	705.062	7.555	-	-	-	22.768.436	
Empréstimos e repasses	10.045.723	1.418.720	13.919	-	-	-	11.478.362	
Títulos emitidos	7.586.918	9.143.415	486.159	-	522.772	-	17.739.264	
Passivos subordinados	4.728.358	2.668.952	-	-	-	-	7.397.310	
Outros passivos	955.461	839.101	20.327	-	-	-	1.814.889	
Total	107.101.186	14.877.993	527.960	-	522.772	-	123.029.911	
Instrumentos financeiros derivativos								
		Dólar	Euro	Iene	Franco Suíço	Outras		
Posição ativa em moeda estrangeira	8.427.165	515.414	-	-	527.595	-	-	
Posição passiva em moeda estrangeira	1.841.189	69.179	-	-	-	-	-	
Exposição cambial	(84.692)	(42.251)	12.455	-	15.542	8.794	-	

g. Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2012 e 2011, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- Nível 2: inputs incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	2012			2011		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo						
Ativos financeiros valor justo resultado	8.909.966	2.972.081	578.808	7.207.612	2.249.338	554.854
Ativos financeiros disp. venda	18.929.309	2.518.421	1.480.681	12.439.540	992.856	2.613.073
Instrumentos financeiros derivativos	93.853	1.883.822	1.876	28.152	1.647.151	1.641
Empréstimos e recebíveis	-	41.434.209	-	-	44.418.406	-
Total	27.933.128	48.808.533	2.061.365	19.675.304	49.307.751	3.169.568
Passivo						
Passivos financeiros ao valo justo resultado	493.304	114.133	-	8.465	115.241	-
Instrumentos financeiros derivativos	74.391	1.660.755	104	7.386	1.442.054	32.564
Empréstimos e repasses	-	1.962.161	-	-	477.589	-
Títulos emitidos	-	4.838.636	-	-	2.888.897	-
Passivos subordinados	-	2.929.767	-	-	2.199.747	-
Total	567.695	11.505.452	104	15.851	7.123.528	32.564

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Conglomerado é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

O valor justo dos instrumentos financeiros classificados como nível 3, não apresentam informações de precificação em mercado ativo, o Conglomerado usa critérios de precificação a

partir de modelos matemáticos conhecidos no meio acadêmico e/ou através de governança específica com a participação de especialistas e processos internos estruturados.

O objetivo é a obtenção do valor mais adequado para a apresentação dessas operações, e o Conglomerado acredita que as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com as praticadas no mercado.

Composição do nível 3

Ativo	2012	2011
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	<u>578.808</u>	<u>554.854</u>
Debêntures	-	87.762
Ações de Cias. Fechadas	578.808	467.092
Ativos financeiros disponíveis para venda	<u>1.480.681</u>	<u>2.613.073</u>
Debêntures	-	924.637
Ações de Cias. Fechadas	1.480.681	1.688.436
Instrumentos financeiros derivativos	<u>1.876</u>	<u>1.641</u>
Derivativos de crédito	1.876	1.641
Total	<u><u>2.061.365</u></u>	<u><u>3.169.568</u></u>
Passivo	2012	2011
Instrumentos financeiros derivativos	<u>104</u>	<u>32.564</u>
Derivativos de crédito	104	32.564
Total	<u><u>104</u></u>	<u><u>32.564</u></u>

Movimentação do nível 3

Ativo	Ativos financeiros valor justo resultado		Ativos financeiros disp. venda		Instrumentos financeiros derivativos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Saldo inicial	554.854	412.279	2.613.073	1.883.520	1.641	358.158
Aquisições	120.302	467.092	27.140	-	-	-
Ações Cias Fechadas	111.716	467.092	27.140	-	-	-
Debêntures	8.586	-	-	-	-	-
Vendas e/ou Resgates	-	(330.395)	(165.552)	-	-	-
Ações Cias Fechadas	-	(330.395)	(155.854)	-	-	-
Debêntures	-	-	(9.698)	-	-	-
Transferências	(96.348)	-	(917.449)	-	-	(350.733)
Para Nível 1 - Debêntures – (a)	-	-	(93.014)	-	-	-
Para Nível 2 – (b)	(96.348)	-	(824.435)	-	-	-
Debêntures	(96.348)	-	(824.435)	-	-	-
Opções	-	-	-	-	-	(11.270)
CLN	-	-	-	-	-	(320.542)
Derivativo de Crédito	-	-	-	-	-	(18.921)
Resultado	-	5.878	(76.531)	729.553	235	(5.784)
Ações Cias Fechadas	-	-	(79.041)	153.344	-	-
Debêntures	-	5.878	2.510	576.209	-	-
Derivativo de Crédito	-	-	-	-	235	(5.784)
Opção Flexível	-	-	-	-	-	-
Saldo final	578.808	554.854	1.480.681	2.613.073	1.876	1.641

Passivo	Instrumentos financeiros derivativos	
	2012	2011
Saldo inicial	32.564	304.081
Transferências	-	(272.421)
Para Nível 2 – (a)	-	(272.421)
Opções	-	(113.674)
CLN	-	(147.544)
ELN	-	(9.315)
Derivativo de crédito	-	(1.888)
Resultado	(32.460)	906
Derivativo de crédito	(32.460)	906
Saldo final	104	32.564

- (a) Observou-se a existência de taxa indicativa divulgada pela ANBIMA que passou a ser adotada como o spread de credito vigente.
- (b) Observou-se a existência de taxa indicativa para um papel ou uma cesta de papeis (segundo sua similaridade), adotando-se a taxa do mesmo como spread de credito.

45 Outras informações

a. Benefícios a empregados pós emprego

Não existem benefícios pós emprego, tais como pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida e assistência médica pós emprego, outros benefícios de longo prazo a empregados e administradores, incluindo licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço, remuneração baseada em ações e benefícios de rescisão de contrato de trabalho com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria.

b. Cobertura de seguros

O Conglomerado adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.